



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 015 - TERÇA-FEIRA, 27 DE FEVEREIRO DE 2007 - BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Álvaro Dias – PSDB-PR 1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB 2º Secretário Gerson Camata – PMDB-ES	3º Secretário César Borges – PFL-BA 4º Secretário Magno Malta – PR-ES Suplentes de Secretário 1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP 2ª - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE 3ª - João Vicente Claudino – PTB-PI 4ª - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 25	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30
LÍDER (vago) VICE-LÍDERES (vago) LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB (vago)	LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES (vago) LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT (vago) LÍDER DO PTB – 4 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR (vago) LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB (vago) LÍDER DO PC do B – 1 (vago) LÍDER DO PRB – 1 (vago) LÍDER DO PP – 1 (vago)	LÍDER (vago) VICE-LÍDERES (vago) LÍDER DO PFL – 17 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL (vago) LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB (vago)
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT (vago)	LÍDER DO P-SOL – 1 (vago) LÍDER DO PRTB – 1 (vago)	LÍDER DO GOVERNO (vago) VICE-LÍDERES DO GOVERNO (vago)

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia
---	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 13ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 26 DE FEVEREIRO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Nº 75, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as Emendas nºs 1 e 2-PLN, à Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Tasso Jereissati, que acrescenta o art. 174-A à Constituição Federal, para fixar os princípios da atividade regulatória. 02864

Nº 76, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2005, de autoria do Senador César Borges, que dá nova redação ao inciso III do art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para incluir entre as competências dos Juizados Especiais Cíveis o processamento e julgamento de ações de despejo para uso de ascendentes e descendentes. 02878

1.2.2 – Ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 3/2007, de 14 do corrente, comunicando a aprovação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2005, em reunião realizada naquela data. 02882

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2005, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. 02882

Arquivamento definitivo da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que dá nova redação ao § 8º do art. 14 da Constituição Federal e revoga seus incisos I e II, para autorizar o militar a retornar às suas atividades após cumprir mandato eletivo. 02883

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organiza-

ção de Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências” e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências” (dispõe sobre segurado da sociedade conjugal ou união estável). 02883

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2005 (nº 1.447/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, determinando que as Prefeituras Municipais convenientes com a Administração Pública Federal dêem ampla divulgação das liberações de recursos decorrentes dos convênios celebrados. 02883

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2005 (nº 433/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. 02883

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2006 (nº 832/2003, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar que parcela dos recursos alocados em ações de qualificação profissional, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, seja destinada à população afrodescendente. 02883

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea b do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988 (dispõe sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho). 02883

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, do Pro-

jeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004, na Casa de origem), que dá nova redação ao **caput** do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória. 02883

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2006 (nº 1.106/2003, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Conselheiro Tutelar. 02883

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, ao Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2005, de autoria do Senador Romeu Tuma, que disciplina o funcionamento de empresas de desmontagem de veículos automotores terrestres, altera o § 3º do art. 114 e o Parágrafo Único do art. 126 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, e dá outras providências, aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 02883

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, ao Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, determinando às instituições de ensino obrigatoriedade no envio de informações escolares a pais ou responsáveis não conviventes, aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. 02883

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, ao Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2006, de autoria do Senador Marcos Guerra, que inclui parágrafo no art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de incluir o empreendedorismo como componente curricular dos ensinos fundamental e médio, aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. 02883

1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 94, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria no Sistema de pagamentos das Loterias da Caixa Econômica Federal, visando verificar a lavagem de dinheiro, bem como a possibilidade de manipulação dos resultados. 02883

Nº 95, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. 02884

1.2.5 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, que estabelece instrumentos para evitar que as loterias da Caixa Econômica Federal possam vir a ser utilizadas para ações de “lavagem” de dinheiro. 02885

Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera dispo-

sitivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização. 02885

1.2.6 – Mensagem do Presidente da República

Nº 38, de 2007 (nº 80/2007, na origem), de 22 do corrente, comunicando que se ausentará do País no dia 26 do corrente, em visita oficial ao Uruguai.. 02888

1.2.7 – Ofício do Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família na Câmara dos Deputados

Nº 15/2007, de 14 do corrente, comunicando que, em reunião realizada naquela data, foram eleitos o presidente da Comissão e os primeiro, segundo e terceiro vice-presidentes..... 02888

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR PAPALÉO PAES – Análise sobre a falta de acesso aos sistemas de comunicações vigentes no País por parte das populações do Norte do País..... 02888

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Defesa da votação do projeto que modifica a maioria penal e da proposta de emenda constitucional do Fundo de Combate à Violência e Amparo às Vítimas da Criminalidade..... 02891

SENADOR PAULO PAIM – A importância do debate, amanhã, na Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Previdência, evento que contará com a presença confirmada do Ministro da Previdência. Considerações sobre o projeto que modifica a maioria penal. 02895

SENADOR GERSON CAMATA – Considerações sobre a maioria penal. 02899

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Alerta sobre a transformação dos Ministérios em feudos dos partidos políticos. 02900

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Relatório da participação de S.Exa. no I Fórum Parlamentar sobre mudanças climáticas, realizado em Washington, nos dias 14 e 15 de fevereiro último. 02901

SENADOR SIBÁ MACHADO – Considerações sobre a vinda do Presidente Americano, George Bush, ao Brasil..... 02901

1.2.9 – Leitura de requerimento

Nº 96, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à população de Atalaia do Norte/AM, pelo transcurso do 42º aniversário de criação do Município. 02911

1.2.10 – Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR ALVARO DIAS – Encaminhamento de projeto que coíbe a lavagem de dinheiro por meio da loteria da Caixa Econômica Federal..... 02912

1.2.11 – Leitura de requerimento

Nº 97, de 2007, de autoria do Senador José Agripino, solicitando voto de pesar pelo falecimento

da Sra. Janete Mesquita de Faria. **Usam da palavra o autor e o Senador Osmar Dias.....** 02915

1.2.12 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA IDELI SALVATTI – Anúncio da reunião da OIE no mês de maio que deverá reconhecer o Estado de Santa Catarina como um Estado livre de aftosa. Ressalta os dados positivos da economia do Estado de Santa Catarina. Indicação, pelo Governo brasileiro, do economista Paulo Nogueira Batista Júnior para o Fundo Monetário Internacional..... 02915

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Comentários a respeito das reservas brasileiras. Análise sobre a violência no Brasil..... 02918

1.2.13 – Leitura de requerimentos

Nº 98, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, e ao povo do Amazonas pelo transcurso do 40º aniversário de sua criação..... 02923

Nº 99, de 2007, de autoria do Senador Paléo Paes, solicitando ao Ministro de Estado das Comunicações as informações que menciona..... 02923

1.2.14 – Ofício

Nº 19/2007, de 15 do corrente, do Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, comunicando a aprovação, em primeiro turno, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2004. 02923

1.2.15 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo para oferecimento de emendas até o encerramento da discussão, em turno suplementar, perante a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2004. 02923

1.2.16 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Transcrição de matérias publicadas recentemente sobre a importância da atuação da Suframa para o desenvolvimento econômico do Amazonas e, consequentemente, do Brasil..... 02924

SENADOR PEDRO SIMON – Catástrofe anunciada no relatório da ONU sobre aquecimento global. Comentários a matéria da revista **Veja** que anuncia que, na próxima quinta-feira, o STF decidirá sobre a lei dos crimes de improbidade administrativa..... 02930

SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Preocupação com distorções causadas por programas sociais..... 02933

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Proposta de uma agenda para o Senado Federal e de medidas para melhoria da educação..... 02934

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentários a respeito das reservas brasileiras. 02940

SENADOR FLÁVIO ARNS, como Líder – Considerações sobre a Lei nº 11.274/06, que ampliou o ensino fundamental obrigatório para nove anos. 02941

SENADOR CÉSAR BORGES – Preocupação com o contingenciamento de recursos do Orçamento da União. 02942

SENADOR FRANCISCO DORNELLES, como Líder – Apreensão com notícias de que a Petrobrás pretende construir plataformas no exterior. 02946

SENADOR MÃO SANTA – Apoio ao nome do Deputado Michel Temer para a presidência do PMDB. 02946

SENADOR VALTER PEREIRA, como Líder – Comentários a respeito da disputa para a presidência do PMDB. Registro da aprovação hoje, pelo Conselho Diretor do INCRA, de assentamento no município de Itaquiraí/MS. Registro do julgamento, amanhã, de recurso do ex-Governador Zeca do PT, pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, referente a operação no Terminal Portuário de Porto Murtinho. 02949

SENADOR MÃO SANTA – Comentários a respeito da disputa para a presidência do PMDB. 02950

SENADOR RENATO CASAGRANDE – Necessidade de melhora da gestão pública na área criminal. 02951

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Explicação do motivo pelo qual não deu entrada no requerimento sobre a CPI das ONGs..... 02952

1.2.17 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, terça-feira, dia 27, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 02952

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 26-2-2007

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

4 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 13ª Sessão Não Deliberativa, em 26 de fevereiro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Álvaro Dias, Gerson Camata, César Borges,
Papaléo Paes, Valter Pereira e Paulo Paim*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 75, DE 2007

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as Emendas nºs 1 e 2, de Plenário, à Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 2003, tenho como primeirosignatário o Senador Tarso Jereissati, que acrescenta o art. 174-A à Constituição Federal, para fixar os princípios da atividade regulatória.

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

Cabe-me o exame das Emenda nºs 1 e 2, de Plenário, à Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 2003. Essa proposição legislativa tem como primeiro subscritor o Senador Tasso Jereissati e por escopo a determinação de acrescentar o art.174-A à Constituição Federal, para fixar os princípios da atividade regulatória.

A Emenda nº 1-Plen, pretende dar nova redação para a Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 2003, com a seguinte redação:

“Art. 174-A. A atividade regulatória, destinada a promover o funcionamento adequado dos mercados dos serviços públicos de competência federal em regime de autorização, permissão ou concessão, atendendo aos interesses dos consumidores, do poder público e das empresas, poderá ser desempenhada por agências reguladoras, entidades sujeitas a regime autárquico especial, com quadro

próprio de pessoal, e observará os seguintes princípios:

- I – proteção do interesse público;
 - II – defesa do consumidor e da concorrência;
 - III – promoção da livre iniciativa;
 - IV – prestação de contas;
 - V – mínima intervenção na atividade empresarial;
 - VI – universalização, continuidade e qualidade dos serviços;
 - VII – imparcialidade, transparência e publicidade;
 - VIII – autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira;
 - IX – decisão colegiada;
 - X – investidura a termo dos dirigentes e estabilidade durante mandatos;
 - XI – notória capacidade técnica e reputação ilibada para exercício das funções de direção;
 - XII – estabilidade e previsibilidade das regras; e
 - XIII – vinculação aos regulamentos, contratos e pactos;
- Parágrafo único. Lei regulamentará o disposto neste artigo, inclusive quanto ao controle externo e supervisão, pelo Poder Executivo, das agências reguladoras.”

Argumenta-se, para justificar a iniciativa, que a redação do **caput** da emenda proposta pelo Senador Tasso Jereissati, é muito abrangente, permitindo-se depreender que qualquer atuação estatal nas atividades econômicas deverá ser operada por meio de agências reguladoras. Nesse sentido, alertou-se para o fato de que várias entidades estatais exercem atribuições de “regulamentação habilitação e fiscalização, inclusive aplicação de sanções” mesmo não possuindo o formato de agências reguladoras, tal como a Receita Federal e o Banco Central, entre outros. Portanto, aprovado na forma original, surgiriam sérios obstáculos para o seu

funcionamento e dificuldades para se encontrar um adequado desenho institucional.

Outro destaque, é que a proposição original poderia afetar serviços em que os titulares são outros entes federados (Estado, Município e Distrito Federal), o que não configura, necessariamente, o objeto precípua da proposta.

A existência e a atuação das agências reguladoras, ainda que imprescindíveis para o sucesso dos investimentos privados devem estar vinculadas à necessidade de regulação por parte de determinados mercados, em especial àqueles sujeitos a falhas de mercado. Dessa forma, a criação de agências deve ser levada de maneira parcimoniosa, com vistas a evitar a captura por grupos de interesse (corporações burocráticas ou grupos econômicos) no sentido de pressionar o governo a instituir agências nos respectivos setores de atuação. Desse modo, alinham-se a essas características os serviços públicos em regime de autorização, permissão ou concessão no âmbito da União.

No que tange à modificação sugerida relativamente aos incisos IX e X, a justificação destaca que o texto original poderia suscitar controvérsias jurídicas sobre o desenho institucional das agências reguladoras existentes, aumentando o risco das atividades reguladas.

Finalizando, os autores da emenda ressaltam que a redação do parágrafo único, ao exigir **quorum** qualificado para a regulamentação das atividades dos setores regulados, dificultaria demasiadamente as proposições de políticas setoriais, bem como a tramitação de uma lei geral para as agências que oferecesse um quadro que discipline a tentação da singularidade de regimes sem justificação razoável.

A Emenda nº 2-Plen, por sua vez, busca dar nova redação tão-somente ao **caput** do art. 174-A da Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 2003, com a redação que se segue:

Art. 174-A. A atividade regulatória destina-se a promover o funcionamento adequado dos mercados dos serviços públicos de competência federal em regime de autorização, concessão ou permissão, atendendo aos interesses dos consumidores, do Poder Público e das empresas, será desempenhada por agências reguladoras, órgãos de Estado sujeitos ao regime autárquico especial, com quadro próprio de pessoal, e observará os seguintes princípios:

Utilizando-se de uma argumentação semelhante ao da emenda anterior, os autores da Emenda nº 2-Plen, visam restringir a aplicação do artigo aos serviços públicos de competência federal e passível de delegação à iniciativa privada, excluindo outras atividades estatais que poderiam ser enquadradas como

“atividades regulatórias”, hoje exercidos pela Administração Pública direta ou indireta.

Além disso, a emenda também visa restringir a abrangência do artigo aos serviços públicos de competência federal, preservando a iniciativa dos demais entes federados de decidir pela estrutura adequada de fiscalização e regulamentação do serviço, bem como pela decisão de delegar ou não os serviços de sua competência à iniciativa privada.

II – Análise

Afirmar, em parecer anterior sobre a mesma matéria, que a iniciativa merece acolhimento, em seu esforço de formular um estatuto principiológico da atividade regulatória, preenchendo, com isso, uma lacuna em nosso ordenamento jurídico-constitucional, o qual dispõe, tão-somente, de normas infraconstitucionais avulsas, tópicas, e por isso mesmo, insuficientes.

Ambas as emendas objetivam restringir o escopo da proposta original, de maneira a focalizar o significado da “atividade regulatória” estritamente aos mercados de serviços públicos em regime de autorização, permissão e concessão, bem como a circunscrevendo no âmbito federal.

Nesse particular, entendo que as emendas favorecem o aperfeiçoamento da proposta original, uma vez que não se pode atribuir todas as atividades normativas e regulamentadoras do Estado às autarquias especiais denominadas agências reguladoras. Restringir as opções de que dispõe o Estado para cumprir seus objetivos não é algo recomendável, dada a multiplicidade de outras responsabilidades e de contextos em que se exige a presença e a atuação do ente estatal. E isso, sem dúvida, não é a intenção da PEC nº 81, de 2003.

Nesse mesmo sentido, os Estados e Municípios também não deveriam ter suas alternativas de supervisão de serviços públicos restritas às agências reguladoras, em respeito ao art. 18 da Constituição Federal, que assegura autonomia aos entes federados. Nesse ponto, também é válido observar que, em muitos casos, o custo regulatório é elevado. Dependendo do serviço, há soluções mais fáceis de serem implementadas.

A emenda nº 1-Plen, melhor delinea os incisos do art. 174-A, por três motivos:

a) Introdúz, no inciso VIII, o termo “autonomia” no lugar de “Independência”, ambos aparentemente semelhantes. A autonomia é a possibilidade de determinar regras de exercício, enquanto independência é algo muito mais abrangente, refere-se à liberdade de qualquer sujeição, de ser senhor de suas próprias decisões sem ter que se reportar a qualquer órgão externo. Em qualquer regime democrático, apenas três são os poderes harmônicos e independentes.

b) A fusão dos incisos IX e X traz coerência ao texto. Além de a maioria das agências reguladoras existentes possuir estrutura decisória em forma de colegiado, a restrição do escopo da PEC nº 81, de 2003, na forma proposta, exclui a adoção de agências do tipo executivas para regular e supervisionar mercados de serviços públicos.

c) E por fim, relativamente ao inciso XII da PEC nº 81, de 2003, a emenda corrige distorção no sentido de que as funções de direção sejam ocupadas por qualquer pessoa de notória capacidade técnica e reputação ilibada em função de direção. O princípio a ser ressaltado é de capacidade gerencial aliada ao conhecimento técnico vinculado ao mercado regulado.

Não obstante esses avanços, creio que a proposta de alteração do parágrafo único enfraquece a atuação do Poder Legislativo, uma vez que as maiorias qualificadas tendem a melhorar a qualidade da legislação, agregando-se uma variedade de segmentos sociais, tal como representados no Congresso. Ademais, entendendo que tal dispositivo se circunscreverá tão-somente à atividade regulatória, ou seja, sem estender-se às atividades dos setores regulados.

Após entendimentos levados a termo com os senadores Tasso Jereissati, primeiro subscritor da PEC, e Aloizio Mercadante, autor da Emenda nº 2, sob análise, entendi ser mais adequada a inclusão do tema topograficamente após o art. 175 da CF, que prevê o regime jurídico dos serviços públicos prestados sob o regime de concessão ou permissão e não da atividade reguladora do Estado como um todo.

Vejo como necessária a alteração do **caput** que se pretende dar ao novo art. 175-A, para explicitar o entendimento supra, assim como para definir o escopo das agências reguladoras, destinadas a promover o funcionamento adequado a mercados e de serviços públicos prestados em regime de autorização, concessão ou permissão.

Importante também suprimir o inciso V (mínima intervenção na atividade empresarial), para evitar a ambigüidade que tal princípio possa provocar, voltando-se contra o próprio exercício da atividade. O princípio deve ser o da proporcionalidade e razoabilidade. A intervenção do Estado no domínio econômico não deve ser a mínima nem a máxima, mas a correta. O inciso II que contempla a promoção da livre iniciativa já opera a favor da intenção original da proposta.

Considero mais adequado substituir o termo “imparcialidade” no inciso VII da proposta original pelo princípio já consagrado da impessoalidade, que em última instância, abrange a imparcialidade sugerida.

Substituí também o termo “independência” presente no inciso VIII da proposta original por “autonomia”, preservada a intenção de conferir às agências o desejável grau de distanciamento da influência governamental, assegurada a liberdade decisória administrativa e financeira.

III – Voto

Em face do exposto, voto pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 1 e 2 de Plenário, nos termos da seguinte subemenda:

SUBEMENDA ÀS EMENDAS Nºs 1 e 2-PLEN:

Dê-se ao art. 175-A da Constituição, nos termos do art. 1º da PEC nº 81, de 2003, a seguinte redação:

“Art.1º.....

Art. 175. A. As agências reguladoras, entidades sujeitas a regime autárquico especial, destinadas ao exercício de atividades de regulação e fiscalização, inclusive aplicação de sanções, com vistas ao funcionamento adequado dos mercados e da exploração e prestação dos serviços e bens públicos em regime de autorização, concessão ou permissão, harmonizando interesses dos consumidores, do Poder Público, empresas e demais entidades legalmente constituídas, observarão, em sua constituição e funcionamento, os seguintes princípios:

I – proteção do interesse público;

II – defesa da concorrência e do direito do consumidor;

III – promoção da livre iniciativa;

IV – prestação de contas;

V – universalização, continuidade e qualidade dos serviços;

VI – impessoalidade, transparência e publicidade;

VII – autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira;

VIII – decisão colegiada;

IX – investidura a termo dos dirigentes e estabilidade durante os mandatos;

X – notória capacidade técnica e reputação ilibada para exercício das funções de direção;

XI – estabilidade e previsibilidade das regras;

XII – vinculação aos atos normativos e a contratos,

Parágrafo único. Lei regulamentará o disposto neste artigo, inclusive quanto ao controle externo e supervisão das agências reguladoras pelo Poder Executivo. (NR)

Sala da Comissão, 14 de fevereiro de 2007.

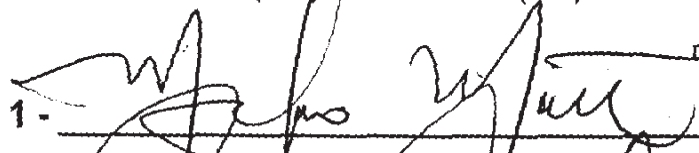
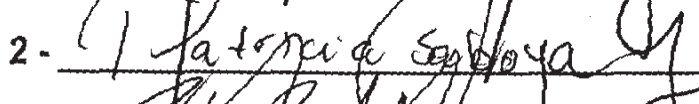





COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Emendas nºs 1 e 2 - PLEN. enviada à
PROPOSIÇÃO: DEC Nº 81 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/02/2004, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE : <i>Antônio Carlos Valadares</i>	
RELATOR: <i>Demóstenes Torres</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESARENKO	1. PAULO PAIM
SIBÁ MACHADO	2. IDELI SALVATTI
EDUARDO SUPLYC <i>Edmundo</i>	3. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE <i>Alcides</i>	4. INÁCIO ARRUDA <i>João</i>
EPITÁCIO CAFETEIRA <i>Epitácio</i>	5. JOÃO RIBEIRO
MOZARILDO CAVALCANTI	6. ALFREDO NASCIMENTO
ANTONIO CARLOS VALADARES	
PSOL	
	7. JOSÉ NERY
PMDB	
PEDRO SIMON <i>Pedro</i>	1. ROSEANA SARNEY
VALDIR RAUPP <i>Valdir</i>	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ <i>Romero</i>	3. LEOMAR QUINTANILHA
JARBAS VASCONCELOS <i>Jarbas</i>	4. PAULO DUQUE
VALTER PEREIRA <i>Valter</i>	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES <i>Gilvam</i>	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ADELMIR SANTANA <i>Adelmir</i>	1. ELISEU RESENDE
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (Presidente)	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES (Relator)	3. JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>Edison</i>	4. KÁTIA ABREU
ROMEU TUMA <i>Romeu</i>	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO <i>Arthur</i>	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>Lucia</i>	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>Tasso</i>	9. MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PERES <i>Jefferson</i>	1- OSMAR DIAS

ASSINAM O PARECER
ÀS EMENDAS NºS 1 e 2, de PLENÁRIO oferecidas à
À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 81, DE 2003,
NA REUNIÃO ordinária DE 14/02/2004, COMPLEMENTANDO
AS ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS
DO ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F.,
OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

1 -  Sen. Magno Malta
2 -  Sen. Patricia Saboya
3 -  Sen. Papaléo Paes
4 -  Sen. Flexa Ribeiro
5 -  Sen. Marconi Perillo
6 -  Sen. José Agripino
7 - 

1 – Magno Malta

2 – Patricia Saboya Gomes

3 – Papaléo Paes

4 – Flexa Ribeiro

5 – Marconi Perillo

6 – José Agripino

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

Cabe-me o exame da Emenda nº 1 e 2, de Plenário, à Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 2003. Essa proposição legislativa tem como primeiro subscritor o Senador Tasso Jereissati e por escopo a determinação de acrescentar o art. 174-A a Constituição Federal, para fixar os princípios da atividade regulatória.

A Emenda nº 1-Plen pretende dar nova redação para a Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 2003, com a seguinte redação:

“Art. 174-A. A atividade regulatória destinada a promover o funcionamento adequado dos mercados dos serviços públicos de competência federal em regime de autorização, permissão ou concessão, atendendo aos interesses dos consumidores, do Poder Público e das empresas, poderá ser desempenhada por agências reguladoras, entidades sujeitas a regime autárquico especial, com quadro próprio de pessoal, e observará os seguintes princípios:

- I – proteção do interesse público;
- II – defesa do consumidor e da concorrência;
- III – promoção da livre iniciativa;
- IV – prestação de contas;
- V – mínima intervenção na atividade empresarial;
- VI – universalização, continuidade e qualidade dos serviços;
- VII – imparcialidade, transparência e publicidade;
- VIII – autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira;
- IX – decisão colegiada;
- X – investidura a termo dos dirigentes e estabilidade durante mandatos;
- XI – notória capacidade técnica e reputação ilibada para exercício das funções de direção;
- XII – estabilidade e previsibilidade das regras; e
- XIII – vinculação aos regulamentos, contratos e pactos;

Parágrafo único. Lei regulamentará o disposto neste artigo, inclusive quanto ao controle externo e supervisão, pelo Poder Executivo, das agências reguladoras.”

Argumenta-se, para justificar a iniciativa, que a redação do **caput** da emenda proposta pelo Senador Tasso Jereissati, é muito abrangente, permitindo-se depreender que qualquer atuação estatal nas atividades econômicas deverá ser operada por meio de agências reguladoras. Nesse sentido, alertou-se para o fato de que várias entidades estatais exercem atribuições de “regulamentação, habilitação e fiscalização, inclusive aplicação de sanções” mesmo não possuindo o formato de agências reguladoras, tal como a Receita Federal e o Banco Central, entre outros. Portanto, aprovado na forma original, surgiriam sérios obstáculos para o seu funcionamento e dificuldades para se encontrar um adequado desenho institucional.

Outro destaque, é que a proposição original poderia afetar serviços em que os titulares são outros entes federados (Estado, Município e Distrito Federal), o que não configura, necessariamente, o objeto precípua da proposta.

A existência e a atuação das agências reguladoras, ainda que imprescindíveis para o sucesso dos investimentos privados devem estar vinculadas à necessidade de regulação por parte de determinados mercados, em especial àqueles sujeitos a falhas de mercado. Dessa forma, a criação de agências deve ser levada de maneira parcimoniosa, com vistas a evitar a captura por grupos de interesse (corporações burocráticas ou grupos econômicos) no sentido de pressionar o governo a instituir agências nos respectivos setores de atuação. Desse modo, alinham-se a essas características os serviços públicos em regime de autorização, permissão ou concessão no âmbito da União.

No que tange à modificação sugerida relativamente aos incisos IX e X, a justificação destaca que o texto original poderia suscitar controvérsias jurídicas sobre o desenho institucional das agências reguladoras existentes, aumentando o risco das atividades reguladas.

Finalizando, os autores da emenda ressaltam que a redação do parágrafo único, ao exigir quorum qualificado para a regulamentação das atividades dos setores regulados, dificultaria demasiadamente as proposições de políticas setoriais, bem como a tramitação de uma lei geral para as agências que oferecesse um quadro que discipline a tentação da singularidade de regimes sem justificação razoável.

A Emenda nº 2-Plen, por sua vez, busca dar nova redação tão-somente ao **caput** do art. 174-A da Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 2003, com a redação que se segue:

Art. 174-A. A atividade regulatória destinada a promover o funcionamento adequado dos mercados dos serviços públicos de competência federal em regime de autorização, concessão ou permissão, atendendo aos interesses dos consumidores, do Poder Público e das empresas, será desempenhada por agências reguladoras, órgãos de Estado sujeitos ao regime autárquico especial, com quadro próprio de pessoal, e observará os seguintes princípios:

Utilizando-se de uma argumentação semelhante ao da emenda anterior, os autores da Emenda nº 2-Plen visam restringir a aplicação do artigo aos serviços públicos de competência federal e passível de delegação à iniciativa privada, excluindo outras atividades estatais que poderiam ser enquadradas como “atividades regulatórias”, hoje exercidos pela administração pública direta ou indireta.

Além disso, a emenda também visa restringir a abrangência do artigo aos serviços públicos de competência federal, preservando a iniciativa dos demais entes federados de decidir pela estrutura adequada de fiscalização e regulamentação do serviço, bem como pela decisão de delegar ou não os serviços de sua competência à iniciativa privada.

II – Análise

Afirmar, em parecer anterior sobre a mesma matéria, que a iniciativa merece acolhimento, em seu esforço de formular um estatuto principiológico da atividade regulatória, preenchendo, com isso, uma lacuna em nosso ordenamento jurídico-constitucional, o qual dispõe, tão-somente, de normas infraconstitucionais avulsas, tópicas, e, por isso mesmo, insuficientes.

Ambas as emendas objetivam restringir o escopo da proposta original, de maneira a focalizar o significado da “atividade regulatória” estritamente aos mercados de serviços públicos em regime de autorização, permissão e concessão, bem como a circunscrevendo no âmbito federal.

Nesse particular, entendo que as emendas favorecem o aperfeiçoamento da proposta original, uma vez que não se pode atribuir todas as atividades normativas e regulamentadoras do Estado às autarquias especiais denominadas agências reguladoras. Restringir as opções de que dispõe o Estado para cumprir seus objetivos não é algo recomendável, dada a multiplicidade de outras

responsabilidades e de contextos em que se exige a presença e a atuação do ente estatal. E isso, sem dúvida, não é a intenção da PEC nº 81, de 2003.

Nesse mesmo sentido, os Estados e Municípios também não deveriam ter suas alternativas de supervisão de serviços públicos restritas às agências reguladoras, em respeito ao art. 18 da Constituição Federal, que assegura autonomia aos entes federados. Nesse ponto, também é válido observar que, em muitos casos, o custo regulatório é elevado. Dependendo do serviço, há soluções mais fáceis de serem implementadas.

A Emenda nº 1-Plen melhor delinea os incisos do art. 174-A, por três motivos:

a) Introduz, no inciso VIII, o termo “autonomia” no lugar de “independência”, ambos aparentemente semelhantes. A autonomia é a possibilidade de determinar regras de exercício, enquanto independência é algo muito mais abrangente, refere-se à liberdade de qualquer sujeição, de ser senhor de suas próprias decisões sem ter que se reportar a qualquer órgão externo. Em qualquer regime democrático, apenas três são os poderes harmônicos e independentes.

b) A fusão dos incisos IX e X traz coerência ao texto. Além de a maioria das agências reguladoras existentes possuir estrutura decisória em forma de colegiado, a restrição do escopo da PEC nº 81, de 2003, na forma proposta, exclui a adoção de agências do tipo executivas para regular e supervisionar mercados de serviços públicos.

c) E por fim, relativamente ao inciso XII da PEC nº 81, de 2003, a emenda corrige distorção no sentido de que as funções de direção sejam ocupadas por qualquer pessoa de notória capacidade técnica e reputação ilibada em função de direção. O princípio a ser ressaltado é de capacidade gerencial aliada ao conhecimento técnico vinculado ao mercado regulado.

Não obstante esses avanços, creio que a proposta de alteração do parágrafo único enfraquece a atuação do Poder Legislativo, uma vez que as maiorias qualificadas tendem a melhorar a qualidade da legislação, agregando-se uma variedade de segmentos sociais, tal como representados no Congresso. Ademais, entendendo que tal dispositivo se circunscreverá tão-somente à atividade regulatória, ou seja, sem estender-se às atividades dos setores regulados.

No que diz respeito à Emenda nº 2-Plen, deve-se ressaltar que, a despeito da semelhança com a Emenda nº 1-Plen, apresenta a melhor alternativa para compor o **caput** da PEC nº 81, de 2003, pois melhor

focaliza a ação da atividade regulatória no âmbito de atividades econômicas.

III – Voto

Em face do exposto, voto pelo acolhimento integral da Emenda nº 2 de Plenário e parcial da Emenda nº 1 de Plenário, nos termos da seguinte subemenda:

SUBEMENDA À EMENDA Nº 1–PLEN:

Dê-se ao art. 174–A da Constituição, nos termos do art. 1º da PEC nº 81, de 2003, a seguinte redação:

- Art. 1º.
- Art. 174–A.
- I – proteção do interesse público;
 - II – defesa do consumidor e da concorrência;
 - III – promoção da livre iniciativa;
 - IV – prestação de contas;
 - V – mínima intervenção na atividade empresarial;
 - VI – universalização, continuidade e qualidade dos serviços;
 - VII – imparcialidade, transparência e publicidade;
 - VIII – autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira;
 - IX – decisão colegiada;
 - X – investidura a termo dos dirigentes e estabilidade durante mandatos;
 - XI – notória capacidade técnica e reputação ilibada para exercício das funções de direção;
 - XII – estabilidade e previsibilidade das regras; e
 - XIII – vinculação aos regulamentos, contratos e pactos.

.....(NR)

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

RELATÓRIO

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

Vem ao exame desta Comissão as Emendas nºs 1 e 2, de Plenário, à Proposta de Emenda à Cons-

tituição nº 81, de 2003. Essa proposição legislativa tem como primeiro subscritor o ilustre Senador Tasso Jereissati e visa acrescentar o art. 174-A à Constituição Federal, para fixar os princípios da atividade regulatória.

A Emenda nº 1-Plen, dá nova redação para a Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 2003, com a redação que se segue:

Art. 174-A. A atividade regulatória, destinada a promover o funcionamento adequado dos mercados dos serviços públicos de competência federal em regime de autorização, permissão ou concessão, atendendo aos interesses dos consumidores, do Poder Público e das empresas, poderá ser desempenhada por agências reguladoras, entidades sujeitas a regime autárquico especial, com quadro próprio de pessoal, e observará os seguintes princípios:

- I – proteção do interesse público;
 - II – defesa do consumidor e da concorrência;
 - III – promoção da livre iniciativa;
 - IV – prestação de contas;
 - V – mínima intervenção na atividade empresarial;
 - VI – universalização, continuidade e qualidade dos serviços;
 - VII – imparcialidade, transparência e publicidade;
 - VIII – autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira;
 - IX – decisão colegiada;
 - X – investidura a termo dos dirigentes e estabilidade durante mandatos;
 - XI – notória capacidade técnica e reputação ilibada para exercício das funções de direção;
 - XII – estabilidade e previsibilidade das regras; e
 - XIII – vinculação aos regulamentos, contratos e pactos;
- Parágrafo único. Lei regulamentará o disposto neste artigo, inclusive quanto ao controle externo e supervisão, pelo Poder Executivo, das agências reguladoras.

Argumenta-se, para justificar a iniciativa, que a redação do **caput** da emenda proposta pelo Senador Tasso Jereissati é muito abrangente, permitindo-se depreender que qualquer atuação estatal nas atividades econômicas deverá ser operada por meio de agências reguladoras. Nesse sentido, alertou-se

para o fato de que várias entidades estatais exercem atribuições de “regulamentação, habilitação e fiscalização, inclusive aplicação de sanções”, mesmo não possuindo o formato de agências reguladoras, tal como é o caso da Receita Federal, Banco Central, dentre outros. Portanto, aprovado na forma original, surgiriam sérios obstáculos para o seu funcionamento e dificuldade para se encontrar um adequado desenho institucional.

Outro destaque é que a proposição poderia afetar serviços em que os titulares são outros entes federados (Estados, Municípios e Distrito Federal), o que não configura, necessariamente, o objeto precípua da proposta.

A existência e a atuação das agências reguladoras, ainda que imprescindíveis para o sucesso dos investimentos privados, devem estar vinculadas à necessidade de regulação por parte de determinados mercados, em especial àquele sujeito a falhas de mercado. Dessa forma, a criação de agências deve ser levada de maneira parcimoniosa, com vistas a evitar a captura por grupos de interesse (corporações burocráticas ou grupos econômicos) no sentido de pressionar o governo para a instituição de agências nos respectivos setores de atuação. Desse modo, alinhem-se a essas características os serviços públicos em regime de autorização, permissão ou concessão no âmbito da União.

No que tange à modificação sugerida relativamente aos incisos IX e X, a justificação destaca que o texto original poderia suscitar controvérsias jurídicas sobre o desenho institucional das agências reguladoras existentes, aumentando o risco das atividades reguladas.

Finalizando, os autores da emenda ressaltam que a redação do parágrafo único, ao exigir **quorum** qualificado para a regulamentação das atividades dos setores regulados, dificultaria demasiadamente as proposições de políticas setoriais, bem como a tramitação de uma lei geral para as agências que oferecesse um quadro que discipline a tentação da singularidade de regimes jurídicos sem justificção razoável.

A Emenda nº 2-Plen, por sua vez, dá nova redação tão-somente ao **caput** do art. 174-A da Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 2003, como segue:

Art. 174-A. A atividade regulatória destinada a promover o funcionamento adequado dos mercados dos serviços públicos de competência federal em regime de autorização, concessão ou permissão, atendendo aos interesses dos consumidores, do Poder Público e das empresas, será desempenhada por agências reguladoras, órgãos de Estado sujeitos

ao regime autárquico especial, com quadro próprio de pessoal, e observará os seguintes princípios:

Utilizando-se de uma argumentação semelhante ao da emenda anterior, os autores da Emenda nº 2-Plen visam restringir a aplicação do artigo aos serviços públicos de competência federal e passível de delegação à iniciativa privada, excluindo outras atividades estatais que poderiam ser enquadradas como “atividades regulatórias”, hoje exercidas pela administração pública direta ou indireta.

Além disso, a emenda também delimita a ação do dispositivo aos serviços públicos de competência federal, preservando a iniciativa dos demais entes federados em decidir pela estrutura adequada de fiscalização e regulamentação do serviço, bem como pela decisão de delegar ou não os serviços de sua competência à iniciativa privada.

II – Análise

Afirmar, em parecer anterior sobre a mesma matéria, que a iniciativa merece acolhimento, em seu esforço de formular um estatuto principiológico da atividade regulatória, preenchendo, com isso, uma lacuna em nosso ordenamento jurídico-constitucional, o qual dispõe, apenas, de normas infraconstitucionais avulsas, tópicas, e, por isso mesmo, insuficientes.

Ambas as emendas objetivam restringir a proposta original, de maneira a focalizar o significado da “atividade regulatória” estritamente aos mercados de serviços públicos em regime de autorização, permissão e concessão, bem como a circunscrevendo no âmbito federal, de maneira a diminuir o escopo de atuação das agências reguladoras.

Nesse particular, entendo que a apresentação das emendas suscita um problema cuja raiz se encontra na compreensão do que seja “atividade regulatória” e seus respectivos princípios constitucionais. Dificuldade em se definir essa atividade ficou refletida nas emendas ora apresentadas, as quais se restringiram primordialmente ao papel das agências reguladoras, especialmente ao fato de que não se poderia atribuir todas as atividades normativas e regulamentadoras do Estado a essas autarquias especiais. Dessa maneira, em suas próprias justificativas, as emendas trazem à lume elemento que não pode ser negligenciado a atuação de vários órgãos de Estado na esfera regulatória.

Nesse sentido, externo os seguintes comentários acerca das emendas apresentadas.

A Emenda nº 1-Plen, melhor delineia os incisos do art. 174-A. A fusão dos incisos IX e X traz coerência ao texto. Além de a maioria das agências reguladoras

existentes possuir estrutura decisória em forma de colegiado, a restrição do escopo da PEC nº 81, de 2003, na forma proposta, exclui a adoção de agências do tipo executivas para regular e supervisionar mercados de serviços públicos.

Relativamente ao inciso XII da PEC nº 81, de 2003, a emenda corrige distorção no sentido de que as funções de direção sejam ocupadas por qualquer pessoa de notória capacidade técnica e reputação ilibada em função de direção. O princípio a ser ressaltado é de capacidade gerencial aliado ao conhecimento técnico vinculado ao mercado regulado.

Não obstante esses avanços, creio que a proposta de alteração do parágrafo único enfraquece a atuação do Poder Legislativo, uma vez que as maiorias qualificadas tendem a melhorar a qualidade da legislação, agregando-se uma variedade de segmentos sociais, tal como representados no Congresso. Ademais, o entendimento é que tal dispositivo se circunscreverá apenas à atividade regulatória, ou seja, sem ser estendida às atividades dos setores regulados.

Como afirma o Ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal, “em razão do caráter de manifesta preponderância do Poder Executivo e de uma certa tendência do Legislativo nacional a renunciar a algumas das suas mais salientes e importantes atribuições (a de controle do Executivo), as nossas agências já nascem com a marca de um inequívoco déficit democrático. Nomeados os seus dirigentes máximos pelo Chefe do Poder Executivo, mas sem a contrapartida de um controle e triagem efetivos dessas nomeações por parte do Poder que representa a soberania popular, as agências consagrarão, provavelmente, um processo ainda mais intenso de fortalecimento do Executivo em detrimento do Legislativo.”

No que diz respeito à Emenda nº 2-Plen, de maneira semelhante se esforça em focalizar a ação da atividade regulatória exercida no âmbito de atividades econômicas. Não obstante a precisão do texto, os propósitos de um texto constitucional devem ser, nesse particular, mais abrangentes no que concerne à atuação do Estado.

Assim, levando-se em conta a riqueza do debate fomentado pelas emendas de plenário apresentadas, proponho uma adaptação do texto da PEC em discussão, segundo as seguintes linhas de pensamento.

A atividade regulatória deriva não tanto das características intrínsecas da organização estatal e dos instrumentos de que se vale, mas muito mais dos fins buscados pelo Estado e do modo como se desenvolve sua atuação. Com a retirada gradual da ação direta do Estado no cenário econômico, as necessidades co-

letivas passaram a ser satisfeitas pela ação dos próprios particulares. Daí a necessidade de constranger os limites, os fins e a natureza da atividade privada, de maneira a mantê-la sobre monitoramento intenso e contínuo, a fim de atingir os resultados necessários ao bem comum.

Está claro que é possível cogitar uma abordagem ampla e genérica, de modo que os princípios da atividade regulatória sejam aplicáveis a diversas manifestações do Poder Público, entre as quais as agências reguladoras. Partindo-se do pressuposto de que todas as competências são consagradas em nível constitucional, é evidente que a determinação do grau de liberdade reconhecido às agências e aos demais órgãos que cuidam da atividade regulatória dependa da solução constitucional consagrada.

Em relação ao conceito operacional de independência, sua formulação deve conduzir à rejeição da possibilidade de reconhecimento de independência em sentido absoluto, a qual consistiria em poder incondicionado de auto-organização, sem submissão a qualquer limite externo, o que equivaleria ao conceito de soberania, assegurada apenas ao Estado brasileiro. Assim, para a devida adequação ao perfil institucional das agências reguladoras, propõe-se elevar o princípio de independência funcional para a atividade regulatória, que consistiria na capacidade de orientar o modo de exercício das competências recebidas por lei, inclusive, a produção de atos normativos de nível secundário. Portanto, indica-se independência como exercício de competências.

Recorrendo novamente ao artigo do Ministro Joaquim Barbosa, encontra-se nele valiosa menção ao apontamento do professor Diogo de Figueiredo Moreira Neto colocando em evidência quatro aspectos fundamentais sobre a independência, sem os quais “qualquer ente regulador que se institua não passará de uma repartição a mais na estrutura hierárquica do Poder Executivo, pois estará impossibilitado de executar a política legislativa do setor, como se pretende que deva fazê-lo”.

São eles:

I – a independência política dos gestores, que “decorre da nomeação de agentes administrativos para o exercício de mandatos a termo, o que lhes garante estabilidade nos cargos necessários para que executem, sem ingerência política do Executivo, a política estabelecida pelo Legislativo para o setor”;

II – a independência técnica decisional, que assegura a atuação apolítica da agência, “em que deve predominar o emprego da discricionariedade técnica e da negociação,

sobre a discricionariedade político-administrativa”;

III – a independência normativa, “um instituto renovador, que já se impõe como instrumento necessário para que a regulação dos serviços públicos se desloque dos debates político-partidários gerais para concentrarem-se na agência”; e

IV – a independência gerencial, financeira e orçamentária, que “completa o quadro que se precisa para garantir as condições internas de atuação da entidade com autonomia na gestão de seus próprios meios”.

Não obstante esses aspectos, ainda resta claro que, levando-se em conta que a ordem jurídica nacional se alicerça no fato de que não há nenhum órgão político dotado de competências para organizar-se e atuar sem o concurso ou a interferência de outros órgãos, eis que tal seria incompatível com o princípio da separação dos poderes. Portanto, não se vislumbraria com a PEC nº 81, de 2003, a possibilidade de que a independência da agência implique a atribuição a ela de poderes originários com subtração a um sistema de controles hierárquicos. Assim, os três Poderes continuariam tendo amplos mecanismos de atuação, tais como o processo de designação dos dirigentes das agências pelo Senado, um controle mais eficaz de suas atuações pelo Judiciário e pelos órgãos especializados do Congresso.

Além disso, recorrendo aos ensinamentos da professora Maria Sylvia Di Pietro, as agências estão sendo criadas como autarquias de regime especial porque “sendo autarquias, sujeitam-se às normas constitucionais que disciplinam esse tipo de entidade; o regime especial vem definido nas respectivas leis instituidoras, dizendo respeito, em regra, à maior autonomia em relação à Administração Direta; à estabilidade de seus dirigentes, garantida pelo exercício de mandato fixo, que eles somente podem perder nas hipóteses expressamente previstas, afastada a possibilidade de exoneração **ad nutum**; ao caráter final de suas decisões, que não são passíveis de apreciação por outros órgãos ou entidades da Administração Pública.”

Ainda que os princípios alcancem diversos órgãos da administração pública, entendo que seria de suma importância para a definitiva consolidação das agências reguladoras que todos os princípios elencados na PEC fossem adotados em suas atividades, permitindo-se a devida adaptação à Administração Direta e às demais autarquias.

III – Voto

Em face do exposto, opino por rejeitar a Emenda nº 2 de Plenário e acatar parcialmente a Emenda nº 1 de Plenário, nos termos da seguinte subemenda:

SUBEMENDA À EMENDA Nº 1-PLEN:

Dê-se ao art. 174-A da Constituição, nos termos do art. 1º da PEC nº 81, de 2003, a seguinte redação:

Art.1º

Art. 174-A. A atividade regulatória destinada a promover o funcionamento adequado dos mercados, harmonizando o interesse de consumidores, Poder Público, empresas e demais entidades legalmente constituídas, observará os seguintes princípios:

I – proteção do interesse público;

II – defesa da concorrência e do direito do consumidor;

III – promoção da livre iniciativa;

IV – prestação de contas;

V – mínima intervenção na atividade empresarial;

VI – universalização, continuidade e qualidade dos serviços;

VII – imparcialidade, transparência e publicidade;

VIII – independência funcional e autonomia decisória, administrativa e financeira;

IX – decisão colegiada;

X – investidura dos dirigentes sujeita a termo e estabilidade durante o mandato;

XI – notória capacidade técnica e reputação ilibada para exercício das funções de direção;

XII – estabilidade e previsibilidade das regras;

XIII – vinculação aos atos normativos e a contratos.

§ 1º Os princípios de que trata o **caput** se aplicam integralmente às atividades desempenhadas por agências reguladoras, entidades essas sujeitas a regime jurídico autárquico especial, e, no que couber, às atividades desempenhadas pelos demais órgãos e entidades da administração pública direta e indireta.

§ 2º Lei complementar regulamentará o disposto neste artigo, inclusive quanto ao controle externo das agências reguladoras.

Sala da Comissão, – Senador **Demóstenes Torres**, Relator.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

Cabe-me o exame das Emendas nºs 1 e 2, de Plenário, à Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 2003. Essa proposição legislativa tem como primeiro subscritor o Senador Tasso Jereissati e por escopo a determinação de acrescentar o art. 174-A à Constituição Federal, para fixar os princípios da atividade regulatória.

A Emenda nº 1-Plen, pretende dar nova redação para a Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 2003, com a seguinte redação:

“Art. 174-A A atividade regulatória, destinada a promover o funcionamento adequado dos mercados dos serviços públicos de competência federal em regime de autorização, permissão ou concessão, atendendo aos interesses dos consumidores, do Poder Público e das empresas, poderá ser desempenhada por agências reguladoras, entidades sujeitas a regime autárquico especial, com quadro próprio de pessoal, e observará os seguintes princípios:

- I – proteção do interesse público;
- II – defesa do consumidor e da concorrência;
- III – promoção da livre iniciativa;
- IV – prestação de contas;
- V – mínima intervenção na atividade empresarial;
- VI – universalização, continuidade e qualidade dos serviços;
- VII – imparcialidade, transparência e publicidade;
- VIII – autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira;
- IX – decisão colegiada;
- X – investidura a termo dos dirigentes e estabilidade durante mandatos;
- XI – notória capacidade técnica e reputação ilibada para exercício das funções de direção;
- XII – estabilidade e previsibilidade das regras; e
- XIII – vinculação aos regulamentos, contratos e pactos;

Parágrafo único. Lei regulamentará o disposto neste artigo, inclusive quanto ao controle externo e supervisão, pelo Poder Executivo, das agências reguladoras.”

Argumenta-se, para justificar a iniciativa, que a redação do **caput** da emenda proposta pelo Senador Tasso Jereissati, é muito abrangente, permitindo-se depreender que qualquer atuação estatal nas atividades econômicas deverá ser operada por meio de agências reguladoras. Nesse sentido, alertou-se para o fato de que várias entidades estatais exercem atribuições de “regulamentação, habilitação e fiscalização, inclusive aplicação de sanções” mesmo não possuindo o formato de agências reguladoras, tal como a Receita Federal e o Banco Central, entre outros. Portanto, aprovado na forma original, surgiriam sérios obstáculos para o seu funcionamento e dificuldades para se encontrar um adequado desenho institucional.

Outro destaque, é que a proposição original poderia afetar serviços em que os titulares são outros entes federados (Estado, Município e Distrito Federal), o que não configura, necessariamente, o objeto precípua da proposta.

A existência e a atuação das agências reguladoras, ainda que imprescindíveis para o sucesso dos investimentos privados devem estar vinculadas à necessidade de regulação por parte de determinados mercados, em especial àqueles sujeitos a falhas de mercado. Dessa forma, a criação de agências deve ser levada de maneira parcimoniosa, com vistas a evitar a captura por grupos de interesse (corporações burocráticas ou grupos econômicos) no sentido de pressionar o governo a instituir agências nos respectivos setores de atuação. Desse modo, alinham-se a essas características os serviços públicos em regime de autorização, permissão ou concessão no âmbito da União.

No que tange à modificação sugerida relativamente aos incisos IX e X, a justificação destaca que o texto original poderia suscitar controvérsias jurídicas sobre o desenho institucional das agências reguladoras existentes, aumentando o risco das atividades reguladas.

Finalizando, os autores da emenda ressaltam que a redação do parágrafo único, ao exigir **quorum** qualificado para a regulamentação das atividades dos setores regulados, dificultaria demasiadamente as proposições de políticas setoriais, bem como a tramitação

de uma lei geral para as agências que oferecesse um quadro que discipline a tentação da singularidade de regimes sem justificação razoável.

A Emenda nº 2-Plen, por sua vez, busca dar nova redação tão-somente ao **caput** do art. 174-A da Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 2003, com a redação que se segue:

Art. 174-A. A atividade regulatória destinada a promover o funcionamento adequado dos mercados dos serviços públicos de competência federal em regime de autorização, concessão ou permissão, atendendo aos interesses dos consumidores, do Poder Público e das empresas, será desempenhada por agências reguladoras, órgãos de Estado sujeitos ao regime autárquico especial, com quadro próprio de pessoal, e observará os seguintes princípios:

Utilizando-se de uma argumentação semelhante ao da emenda anterior, os autores da Emenda nº 2-Plen visam restringir a aplicação do artigo aos serviços públicos de competência federal e passível de delegação à iniciativa privada, excluindo outras atividades estatais que poderiam ser enquadradas como “atividades regulatórias”, hoje exercidos pela Administração Pública direta ou indireta.

Além disso, a emenda também visa restringir a abrangência do artigo aos serviços públicos de competência federal, preservando a iniciativa dos demais entes federados de decidir pela estrutura adequada de fiscalização e regulamentação do serviço, bem como pela decisão de delegar ou não os serviços de sua competência à iniciativa privada.

II – Análise

Afirmar, em parecer anterior sobre a mesma matéria, que a iniciativa merece acolhimento, em seu esforço de formular um estatuto principiológico da atividade regulatória, preenchendo, com isso, uma lacuna em nosso ordenamento jurídico-constitucional, o qual dispõe, tão-somente, de normas infraconstitucionais avulsas, tópicas, e, por isso mesmo, insuficientes.

Ambas as emendas objetivam restringir o escopo da proposta original, de maneira a focalizar o significado da “atividade regulatória” estritamente aos mercados de serviços públicos em regime de autorização, permissão e concessão, bem como a circunscrevendo no âmbito federal.

Nesse particular, entendo que as emendas favorecem o aperfeiçoamento da proposta original, uma vez que não se pode atribuir todas as atividades normativas e regulamentadoras do Estado às autarquias es-

peciais denominadas agências reguladoras. Restringir as opções de que dispõe o Estado para cumprir seus objetivos não é algo recomendável, dada a multiplicidade de outras responsabilidades e de contextos em que se exige a presença e a atuação do ente estatal. E isso, sem dúvida, não é a intenção da PEC nº 81, de 2003.

Nesse mesmo sentido, os Estados e Municípios também não deveriam ter suas alternativas de supervisão de serviços públicos restritas às agências reguladoras, em respeito ao art. 18 da Constituição Federal, que assegura autonomia aos entes federados. Nesse ponto, também é válido observar que, em muitos casos, o custo regulatório é elevado. Dependendo do serviço, há soluções mais fáceis de serem implementadas.

A Emenda nº 1-Plen melhor delinea os incisos do art. 174-A, por três motivos:

a) Introduce, no inciso VIII, o termo “autonomia” no lugar de “independência”, ambos aparentemente semelhantes. A autonomia é a possibilidade de determinar regras de exercício, enquanto independência é algo muito mais abrangente, refere-se à liberdade de qualquer sujeição, de ser senhor de suas próprias decisões sem ter que se reportar a qualquer órgão externo. Em qualquer regime democrático, apenas três são os poderes harmônicos e independentes.

b) A fusão dos incisos IX e X traz coerência ao texto. Além de a maioria das agências reguladoras existentes possuir estrutura decisória em forma de colegiado, a restrição do escopo da PEC nº 81, de 2003, na forma proposta, exclui a adoção de agências do tipo executivas para regular e supervisionar mercados de serviços públicos.

c) E por fim, relativamente ao inciso XII da PLC nº 81, de 2003, a emenda corrige distorção no sentido de que as funções de direção sejam ocupadas por qualquer pessoa de notória capacidade técnica e reputação ilibada em função de direção. O princípio a ser ressaltado é de capacidade gerencial aliada ao conhecimento técnico vinculado ao mercado regulado.

Não obstante esses avanços, creio que a proposta de alteração do parágrafo único enfraquece a atuação do Poder Legislativo, uma vez que as maiorias qualificadas tendem a melhorar a qualidade da legislação, agregando-se uma variedade de segmentos sociais, tal como representados no Congresso. Ademais, en-

tendo que tal dispositivo se circunscreverá tão-somente à atividade regulatória, ou seja, sem estender-se às atividades dos setores regulados.

Após entendimentos levados a termo com os Senadores Tasso Jereissati, primeiro subscritor da PEC, e Aloizio Mercadante, autor da Emenda nº 2, sob análise, entendi ser mais adequada à inclusão do tema topograficamente após o art. 175 da CF, que prevê o regime jurídico dos serviços públicos prestados sob o regime de concessão ou permissão e não da atividade reguladora do Estado como um todo.

Vejo como necessária a alteração do **caput** que se pretende dar ao novo art. 175-A para explicitar o entendimento supra, assim como para definir o escopo das agências reguladoras, destinadas a promover o funcionamento adequado a mercados e de serviços públicos prestados em regime de autorização, concessão ou permissão.

Importante também suprimir o inciso V (mínima intervenção na atividade empresarial), para evitar a ambigüidade que tal princípio possa provocar, voltando-se contra o próprio exercício da atividade. O princípio deve ser o da proporcionalidade e razoabilidade. A intervenção do Estado no domínio econômico não deve ser a mínima nem a máxima, mas a correta. O inciso II que contempla a promoção da livre iniciativa já opera a favor da intenção original da proposta.

Considero mais adequado substituir o termo “imparcialidade” no inciso VII da proposta original pelo princípio já consagrado da impessoalidade, que em última instância, abrange a imparcialidade sugerida.

Substitui também o termo “independência” presente no inciso VIII da proposta original por “autonomia”, preservada a intenção de conferir às agências o desejável grau de distanciamento da influência governamental, assegurada a liberdade decisória administrativa e financeira.

Finalmente entendo que a matéria deve ser regulada por meio de Lei Complementar, vez que se pretende dar um mínimo de perenidade ao marco regulatório das agências, fora do alcance, inclusive de medidas provisórias.

III – Voto

Em face do exposto, voto pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 1 e 2 de Plenário, nos termos da seguinte subemenda:

SUBEMENDA ÀS EMENDAS Nºs 1 E 2-PLEN:

Dê-se ao art. 175-A da Constituição, nos termos do art. 1º da PEC nº 81, de 2003, a seguinte redação:

“Art. 1º

Art. 175-A As agências reguladoras, entidades sujeitas a regime autárquico especial, destinadas ao exercício de atividades de regulação e fiscalização, inclusive aplicação de sanções, com vistas ao funcionamento adequado dos mercados e da exploração e prestação dos serviços e bens públicos em regime de autorização, concessão ou permissão, harmonizando interesses dos consumidores, do poder público, empresas e demais entidades legalmente constituídas, observarão, em sua constituição e funcionamento, os seguintes princípios:

I – proteção do interesse público;

II – defesa da concorrência e do direito do consumidor;

III – promoção da livre iniciativa;

IV – prestação de contas;

V – universalização, continuidade e qualidade dos serviços;

VI – impessoalidade, transparência e publicidade;

VII – autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira;

VIII – decisão colegiada;

IX – investidura a termo dos dirigentes e estabilidade durante os mandatos;

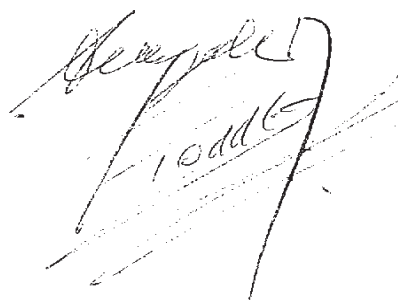
X – notória capacidade técnica e reputação ilibada para exercício das funções de direção;

XI – estabilidade e previsibilidade das regras;

XII – vinculação aos atos normativos e a contratos.

Parágrafo único. Lei complementar regulamentará o disposto neste artigo, inclusive quanto ao controle externo e supervisão das agências reguladoras pelo poder executivo. (NR)

Sala da Comissão,



, Presidente

, Relator

PARECER Nº 76, DE 2007

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2005, de autoria do Senador César Borges, que dá nova redação ao inciso III da art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para incluir entre as competências dos Juizados Especiais Cíveis o processamento e julgamento de ações de despejo para uso de ascendentes e descendentes.

Relator: Senador **Arthur Virgílio**

I – Relatório

Esta Comissão examina, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 66, de 2005, de autoria do Senador César Borges, que dá nova redação ao inciso III do art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para incluir entre as competências dos Juizados Especiais Cíveis o processamento e julgamento de ações de despejo para uso de ascendentes e descendentes.

Na justificativa da matéria, seu autor pondera que o objetivo da medida consiste em ampliar a competência dos Juizados Especiais Cíveis para [incluir] o processamento e julgamento de ações de despejo também para o uso de ascendentes e descendentes, tendo em vista a mesma razão social que imbuíu o legislador de 1995, qual seja, a necessidade premente de utilização do imóvel que se encontra locado.

No prazo regimental, à proposta foi ofertada a Emenda nº 1 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de autoria do Senador Leonel Pavan, que visa a escoimar o texto de dubiedade, mediante alteração meramente redacional.

II – Análise

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea d, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe são submetidas, bem assim, quanto ao mérito, sobre direito processual.

Observamos que os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos pelo Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2005, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito processual, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Outrossim, não há reserva temática de iniciativa a respeito, como se depreende do art. 61, § 1º, da Lei Magna.

Igualmente, no que concerne à constitucionalidade material, à juridicidade e à técnica legislativa, a proposição não está a merecer reproche. Com efeito, nada obstante a substancial argumentação engendrada, não vislumbramos a dubiedade apontada na justificativa da Emenda nº 1 – CCJ, de autoria do Senador Leonel Pavan, porquanto, a toda evidência, a redação formulada é suficientemente clara para indicar a **mens legislatoris**.

Quanto ao mérito, comungamos com a justificativa do nobre Senador César Borges, quando sustenta que a mesma razão social que imbuíu o legislador de 1995 deve prevalecer agora, pois a situação de fato abrangida pela proposta é igualmente relevante.

Realmente, nenhuma justificativa há para se excluir da competência dos Juizados Especiais Cíveis o processamento e julgamento das ações de despejo para uso de ascendente ou descendente, vez que o despejo para uso próprio já se encontra acobertado pela Lei nº 9.099, de 1995.

III – Voto

Assim, votamos pela rejeição da Emenda nº 1 – CCJ, de autoria do ilustre Senador Leonel Pavan, e a aprovação, sem emendas, do PLS nº 66, de 2005.

Sala da Comissão, 14 de fevereiro de 2007.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 66 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/02/2004, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Artur Virgílio</i>	
RELATOR: <i>Artur Virgílio</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESSARENKO	1. PAULO PAIM
SIBÁ MACHADO	2. IDELI SALVATTI
EDUARDO SUPLICY	3. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	4. INÁCIO ARRUDA <i>juarez</i>
EPITÁCIO CAFETEIRA	5. JOÃO RIBEIRO
MOZARILDO CAVALCANTI	6. ALFREDO NASCIMENTO
ANTONIO CARLOS VALADARES	
PSOL	
	7. JOSÉ NERY
PMDB	
PEDRO SIMON	1. ROSEANA SARNEY
VALDIR RAUPP	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
JARBAS VASCONCELOS	4. PAULO DUQUE
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4. KÁTIA ABREU
ROMEU TUMA	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1- OSMAR DIAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 66, DE 2005

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SILHESARENKO					1 - PAULO PAIM				
SIBÁ MACHADO					2 - IDELI SALVATTI				
EDUARDO SUPLICY	X				3 - RENATO CASAGRANDE				
ALOIZIO MERCADANTE	X				4 - INÁCIO ARRUDA	X			
EPITÁCIO CAFETEIRA	X				5 - JOÃO RIBEIRO				
MOZARILDO CAVALCANTI	X				6 - ALFREDO NASCIMENTO				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
					7 - JOSÉ NERY				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PEDRO SIMON	X				1 - ROSEANA SARNEY				
VALDIR RAUPP	X				2 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA				
ROMERO JUCA	X				3 - LEOMAR QUINTANILHA				
JARBAS VASCONCELOS	X				1 - PAULO DUQUE				
VALTER PEREIRA	X				5 - JOSÉ MARANHÃO				
GILVAM BORGES	X				6 - NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA	X				1 - ELISEU RESENDE				
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	(Presidente)				2 - JAYME CAMPOS				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO	X				4 - KÁTIA ABREU				
ROMÉU TUMA	X				5 - MARIA DO CARMO ALVES				
ARTHUR VIRGÍLIO	X				6 - FLEXA RIBEIRO				
EDUARDO AZEREDO	X				7 - JOÃO TENÓRIO				
LÚCIA VÂNIA	X				8 - MARCONI PERILLO				
TASSO JEREISSATI	X				9 - MARIO COUTO				
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PÉRES	X				1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 22 SIM: 21 NÃO: - ABSTENÇÃO: - AUTOR: - PRESIDENTE 1

ALA DAS REUNIÕES, EM 14 / 02 / 2007

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)

U:\CCJ\2007\Reuniao\Votacao nominal.doc (atualizado em 13/02/2007)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Emenda n.º 1, de autoria do Senador Leoni
PROPOSIÇÃO: PLS Nº 66, DE 2005

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SLHESARENKO					1 - PAULO PAIM				
SIBÁ MACHADO					2 - IDELI SALVATTI				
EDUARDO SUPLICY		X			3 - RENATO CASAGRANDE				
ALOIZIO MERCADANTE		X			4 - INÁCIO ARRUDA		X		
EPITÁCIO CAFETEIRA		X			5 - JOÃO RIBEIRO				
MOZARILDO CAVALCANTI		X			6 - ALFREDO NASCIMENTO				
ANTONIO CARLOS VALADARES		X			SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
					7 - JOSÉ NERY				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PEDRO SIMON		X			1 - ROSEANA SARNEY				
VALDIR RAUPP		X			2 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA				
ROMERO JUCÁ		X			3 - LEOMAR QUINTANILHA				
JARBAS VASCONCELOS		X			4 - PAULO DUQUE				
VALTER PEREIRA		X			5 - JOSÉ MARANHÃO				
GIL VAM BORGES		X			6 - NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMI R SANTANA		X			1 - ELISEU RESENDE				
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES					2 - JAYME CAMPOS				
DEMÓSTENES TORRES		X			3 - JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO		X			4 - KÁTIA ABREU				
ROMEU TUMA		X			5 - MARIA DO CARMO ALVES				
ARTHUR VIRGÍLIO		X			6 - FLEXA RIBEIRO				
EDUARDO AZEREDO		X			7 - JOÃO TENÓRIO				
LÚCIA VÂNIA		X			8 - MARCONI PERILLO				
TASSO JEREISSATI		X			9 - MÁRIO COUTO				
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PERES		X			1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 22 SIM: — NÃO: 21 ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 14 / 02 / 2007

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)

U:\CCJ\2007\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 13/02/2007)

Ofício nº 3/07–presidência/CCJ

Brasília, 14 de fevereiro de 2007

Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2005, que “Dá nova redação ao inciso III do art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para incluir entre as competências dos Juizados Especiais Cíveis o processamento e julgamento de ações de despejo para uso de ascendentes e descendentes”, de autoria do Senador César Borges.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e

aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

.....
O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Os Pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Ofício nº 3/07–presidência/CCJ

Brasília, 14 de fevereiro de 2007

Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2005, que “Dá nova redação ao inciso III do art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para incluir entre as competências dos Juizados Especiais Cíveis o processamento e julgamento de ações de despejo para uso de ascendentes e descendentes”, de autoria do Senador César Borges.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e Consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para in-

terposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2005**, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo da **Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2005**, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *dá nova redação ao § 8º do art. 14 da Constituição Federal e revoga seus incisos I e II, para autorizar o militar a retornar às suas atividades após cumprir mandato eletivo*.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Encerrou-se, na última sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2005** (nº 1.447/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, determinando que as Prefeituras Municipais convenientes com a Administração Pública Federal dêem ampla divulgação das liberações de recursos decorrentes dos convênios celebrados;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2005** (nº 433/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2006** (nº 832/2003, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar que parcela dos recursos alocados em ações de qualificação profissional, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, seja destinada à população afrodescendente;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006** (nº 4.733/2004, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea b do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988 (dispõe sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho);
- **Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006** (nº 4.735/2004, na Casa de origem), que dá nova redação ao caput do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo De-

creto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória; e

- **Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2006** (nº 1.106/2003, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Conselheiro Tutelar.

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2005**, de autoria do Senador Romeu Tuma, que disciplina o funcionamento de empresas de desmontagem de veículos automotores terrestres, altera o § 3º do art. 114 e o Parágrafo Único do art. 126 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, e dá outras providências;
- **Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2006**, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, determinando às instituições de ensino obrigatoriedade no envio de informações escolares a pais ou responsáveis não conviventes; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2006**, de autoria do Senador Marcos Guerra, que inclui parágrafo no art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de incluir o empreendedorismo como componente curricular dos ensinos fundamental e médio.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, os Projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 94, DE 2007

Nos termos do inciso IV do art. 71 da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Tribunal de Contas da União para a realização de auditoria no Sistema de pagamentos das Loterias daquela instituição, visando verificar a “lavagem” de dinheiro, bem como a possibilidade de manipulação dos resultados.

Justificação

A análise de documentos do Coaf, desde 2002, evidencia que as loterias da Caixa Econômica Federal estão propiciando ao crime organizado a “lavagem” de dinheiro. É extremamente grave que tais loterias permitam esse tipo de ação. Essa Casa mesmo realizou uma “CPI dos Bingos” a fim de buscar conter a realização de tal ação criminosa por parte dessas entidades, enquanto nos surpreendemos que essa ação ocorra em um banco público federal, cuja função é extremamente importante para a sociedade brasileira.

Uma das formas pela qual pode estar ocorrendo o processo de “lavagem” do dinheiro de origem criminosa na Caixa Econômica Federal é o seguinte: o interessado na ação criminosa deposita o dinheiro na agência em que possui o esquema onde quer “lavar” o dinheiro, ou é avisado por alguém da Caixa sobre a presença de um vencedor, a fim de lhe comprar o bilhete. O verdadeiro ganhador do prêmio comparece a agência para sacar. Com a conivência de alguém da agência da Caixa, possivelmente o gerente, o prêmio é pago com o dinheiro do interessado em “lavar”. Como o prêmio pode ser descontado até 90 dias após o sorteio, o agente da Caixa, ou o interessado em “lavar” o dinheiro, “segura” os bilhetes vencedores até que atinja o valor de interesse do beneficiário da “lavagem”. Quando isto acontece, o bandido vai até a agência da Caixa e saca os bilhetes premiados como se ele fosse o ganhador. Ou seja, neste momento, a agência informa o ganhador do prêmio à central de loterias da Caixa.

Existem casos realmente inadmissíveis e extremamente suspeitos de que agentes da Caixa participem da operação, como o caso em que uma determinada pessoa descontou 107 prêmios no mesmo dia, sendo os prêmios de datas com diferença de até um mês e em sete modalidades de loteria.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2007. – Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 95, DE 2007

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217

do Regimento Interno do Senado Federal, solícito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Fazenda, para que este providencie junto à Caixa Econômica Federal, no estrito prazo constitucional, as seguintes informações, acompanhadas dos documentos comprobatórios:

- as agências da Caixa em que foram descontados os prêmios suspeitos de “lavagem” de dinheiro (29 casos), conforme comunicação da própria Caixa ao COAF, bem como os gerentes das respectivas agências à época de cada prêmio descontado, desde 2002.

Justificação

A análise de documentos do COAF desde 2002, evidencia que as loterias da Caixa Econômica Federal estão propiciando ao crime organizado a “lavagem” de dinheiro. É extremamente grave que tais loterias permitam esse tipo de ação. Essa Casa mesmo realizou uma “CPI dos Bingos” a fim de buscar conter a realização de tal ação criminosa por parte dessas entidades, enquanto nos surpreendemos que essa ação ocorra em um banco público federal, cuja função é extremamente importante para a sociedade brasileira.

Uma das formas pela qual pode estar ocorrendo o processo de “lavagem” do dinheiro de origem criminosa na Caixa Econômica Federal é o seguinte: o interessado na ação criminosa deposita o dinheiro na agência em que possui o esquema onde quer “lavar” o dinheiro, ou é avisado por alguém da Caixa sobre a presença de um vencedor, a fim de lhe comprar o bilhete. O verdadeiro ganhador do prêmio comparece à agência para sacar. Com a donivência de alguém da agência da Caixa, possivelmente o Gerente, o prêmio é pago com o dinheiro do interessado em “lavar”. Como o prêmio pode ser descontado até 90 dias após o sorteio, o agente da Caixa, ou o interessado em “lavar” o dinheiro, “segura” os bilhetes vencedores até que atinja o valor de interesse do beneficiário da “lavagem”. Quando isto acontece, o bandido vai até a agência da Caixa e saca os bilhetes premiados como se ele fosse o ganhador. Ou seja, neste momento, a agência informa o ganhador do prêmio à central de loterias da Caixa.

Existem casos realmente inadmissíveis e extremamente suspeitos de que agentes da Caixa participem da operação, como o caso em que uma determinada pessoa descontou 107 prêmios no mesmo dia, sendo

os prêmios de datas com diferença de até um mês e em sete modalidades de loteria.

Dentro desse contexto, torna-se essencial a obtenção das informações aqui solicitadas para que possamos analisar a participação ou não de agentes da Caixa em, toda essa operação. Destaque-se que no momento em que a sociedade discute como controlar o crime organizado, o desbaratamento de ações criminosas como esta se torna essencial.

Sala das sessões, 26 de fevereiro de 2007. – Senador **Alvaro Dias**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido será despatchado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2007

Estabelece instrumentos para evitar que as loterias da Caixa Econômica Federal possam vir a ser utilizadas para ações de “lavagem” de dinheiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O desconto de prêmios das Loterias da Caixa Econômica Federal, em suas agências, ficam submetidos aos seguintes procedimentos:

I – ao sacar o prêmio o vencedor deve comprovar inicialmente a origem dos recursos de suas apostas;

II – o gerente somente poderá pagar o prêmio após a comunicação prévia a central de loterias, bem como ao COAF, ficando o saque bloqueado até informações dos referidos órgãos;

III – o saque fica condicionado a identificação completa do sacador e a verificação se o mesmo tem antecedentes criminais com a comunicação à polícia civil de cada estado onde se localiza a agência.

§ 1º As agências da Caixa deverão manter banco de dados sobre os sacadores de prêmios durante um ano.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se somente aos sacadores de prêmios que registrem mais de 10 premiações a serem resgatadas simultaneamente.

§ 3º A Caixa Econômica Federal deverá verificar a reincidência de saques nas agências onde há

suspeita de “lavagem” de dinheiro para apurar tal fato mediante auditoria interna.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Uma das formas pela qual pode estar ocorrendo o processo de “lavagem” do dinheiro de origem criminosa na Caixa Econômica Federal é o seguinte: o interessado na ação criminosa deposita o dinheiro na agência em que possui o esquema onde quer “lavar” o dinheiro, ou é avisado por alguém da Caixa sobre a presença de um vencedor, a fim de lhe comprar o bilhete. O verdadeiro ganhador do prêmio comparece à agência para sacar. Com a conivência de alguém da agência da Caixa, possivelmente o Gerente, o prêmio é pago com o dinheiro do interessado em “lavar”. Como o prêmio pode ser descontado até 90 dias após o sorteio, o agente da Caixa, ou o interessado em “lavar” o dinheiro “segura” os bilhetes vencedores até que atinja o valor de interesse do beneficiário da “lavagem”. Quando isto acontece, o bandido vai até a agência da Caixa e saca os bilhetes premiados como se ele fosse o ganhador. Ou seja, neste momento, a agência informa o ganhador do prêmio à central de loterias da Caixa.

Existem casos realmente inadmissíveis e extremamente suspeitos de que agentes da Caixa participem da operação, como o caso em que uma determinada pessoa descontou 107 prêmios no mesmo dia, sendo os prêmios de datas com diferença de até um mês e em sete modalidades de loteria.

Dentro desse contexto, torna-se essencial a apreciação do projeto aqui proposto. Destaque-se a oportunidade do projeto no momento em que a sociedade discute como controlar o crime organizado, o desbaratamento de ações criminosas como esta se torna essencial.

Sala das sessões, 26 de fevereiro de 2007. – Senador **Alvaro Dias**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2007

Altera dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização.

Art. 1º O § 2º do art. 2º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....
§ 2º Aplicam-se os dispositivos desta Lei, no que couber, às participações minoritárias diretas e indiretas da União no capital social de quaisquer outras sociedades.”

Art. 2º O **caput** do art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Não se aplicam os dispositivos desta Lei ao Banco do Brasil S.A., à Caixa Econômica Federal, à Petrobras, e a empresas públicas ou sociedades de economia mista que exerçam atividades de competência exclusiva da União, de que tratam os incisos XI e XXIII do art. 21 e a alínea **c** do inciso I do art. 159, da Constituição Federal, não se aplicando a vedação aqui prevista às participações acionárias detidas por essas entidades, desde que não incida restrição legal à alienação das referidas participações.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição tem como objetivo não só garantir que a União mantenha o controle acionário da Petrobras como também preservar as ações excedentes ao controle acionano.

Em fins de fevereiro de 1999, a União detinha cerca de 84,04% do capital votante e 9,16% do capital não votante da Petrobras. Em termos do capital total, a participação da União era de 52,88%.

A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, já estabelece no seu art. 62:

“Art. 62. A União manterá o controle acionário da Petrobras com a propriedade e posse de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das ações, mais uma ação, do capital votante.”

A Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, contudo, permite que a União se desfaça das ações excedentes ao controle acionário. Diz o seu art. 2º, § 2º:

“Art. 2º Poderão ser objeto de desestatização, nos termos desta Lei:

.....
§ 1º Considera-se desestatização:

.....
§ 2º Aplicam-se os dispositivos desta Lei, no que couber, às participações minoritárias diretas e indiretas da União no capital social de quaisquer outras sociedades e às ações excedentes à participação acionária detida pela União representativa do mínimo necessário à manutenção do controle acionário da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, nos termos do artigo 62 da Lei nº 9.478, de 6-8-97.”

Diante da incapacidade de o Estado promover o crescimento e o investimento nas empresas estatais, o povo brasileiro, de uma maneira geral, tem aceito o programa de privatização como uma necessidade inadiável. Mas existe uma enorme resistência em relação à privatização de determinadas empresas que são vistas como um patrimônio valiosíssimo da Nação. A Petrobras é uma destas. Da mesma forma que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, a Petrobras é considerada uma empresa que tem um papel estratégico na economia do País e cumpre uma função social da maior relevância. O povo brasileiro não aceita a privatização da Petrobras, tanto que tem exigido de seus representantes no Congresso que consagrem na legislação a proibição de a União abrir mão do controle acionário da empresa.

Diante da vontade do povo de que a Petrobras permaneça sob o controle da União, não se pode aceitar que a empresa seja objeto de uma privatização camuflada, como a prevista pelo § 2º do art. 2º da Lei nº 9.491. Se a União vender parte de suas ações ordinárias, ela poderá facilmente ficar com menos de 50% do capital total da empresa, o que poderá vir a prejudicar a função social da empresa na economia.

A justificativa dada pelo governo para as privatizações em geral é a de que o Estado não tem condições de financiar a expansão e a modernização. Ocorre que a Petrobras não precisa ser privatizada para que o setor cresça e se modernize. O art. 63 da Lei nº 9.478 já prevê a associação da Petrobras a empresas nacionais e estrangeiras para esse fim. Diz o art. 63:

“Art. 63. A Petrobras e suas subsidiárias ficam autorizadas a formar consórcios com empresas nacionais ou estrangeiras, na condição ou não de empresa líder, objetivando expandir atividades, reunir tecnologias e

ampliar investimentos aplicados à indústria do petróleo.”

Diante disso, considerando que é imprescindível que a União detenha não só a maioria das ações ordinárias mas também a maioria do capital total da Petrobras, pedimos o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2007. – Senador **Alvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.491, DE 9 DE SETEMBRO DE 1997

Vide Decreto nº 6.026, de 2007

Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Programa Nacional de Desestatização – PND tem como objetivos fundamentais:

Art. 2º Poderão ser objeto de desestatização, nos termos desta Lei:

I – empresas, inclusive instituições financeiras, controladas direta ou indiretamente pela União, instituídas por lei ou ato do Poder Executivo;

II – empresas criadas pelo setor privado e que, por qualquer motivo, passaram ao controle direto ou indireto da União;

III – serviços públicos objeto de concessão, permissão ou autorização;

IV – instituições financeiras públicas estaduais que tenham tido as ações de seu capital social desapropriadas, na forma do Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987.

V – (Vide Medida Provisória nº 2.161-35, de 2001).

§ 1º Considera-se desestatização:

a) a alienação, pela União, de direitos que lhe assegurem, diretamente ou através de outras controladas, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade;

b) a transferência, para a iniciativa privada, da execução de serviços públicos explorados pela União,

diretamente ou através de entidades controladas, bem como daqueles de sua responsabilidade.

c) (Vide Medida Provisória nº 2.161-35, de 2001)

§ 2º Aplicam-se os dispositivos desta Lei, no que couber, às participações minoritárias diretas e indiretas da União no capital social de quaisquer outras sociedades e às ações excedentes à participação acionária detida pela União representativa do mínimo necessário à manutenção do controle acionário da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, nos termos do artigo 62 da Lei nº 9.478, de 6-8-97.

Art. 3º Não se aplicam os dispositivos desta Lei ao Banco do Brasil S.A., à Caixa Econômica Federal, e a empresas públicas ou sociedades de economia mista que exerçam atividades de competência exclusiva da União, de que tratam os incisos XI e XXIII do art. 21 e a alínea c do inciso I do art. 159 e o art. 177 da Constituição Federal, não se aplicando a vedação aqui prevista às participações acionárias detidas por essas entidades, desde que não-incida restrição legal à alienação das referidas participações.

LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO

Dos Princípios e Objetivos da Política Energética Nacional

Art. 62. A União manterá o controle acionário da Petrobras com a propriedade e posse de, no mínimo, cinquenta por cento das ações, mais uma ação, do capital votante.

Parágrafo único. O capital social da Petrobras é dividido em ações ordinárias, com direito de voto, e ações preferenciais, estas sempre sem direito de voto, todas escriturais, na forma do art. 34 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 63. A Petrobras e suas subsidiárias ficam autorizadas a formar consórcios com empresas nacionais ou estrangeiras, na condição ou não de empresa líder, objetivando expandir atividades, reunir tecnologias e ampliar investimentos aplicados à indústria do petróleo.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Os Projetos que acabam de ser lidos vão às Comissões competentes, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 38, DE 2007

(Nº 80/07, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los que me ausentarei do País no dia 26 de fevereiro de 2007, em visita oficial ao Uruguai.

Brasília, 22 de fevereiro de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Mensagem que acaba de ser lida vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte.

Ofício nº 15/2007–P

Brasília, 14 de fevereiro de 2007

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na reunião realizada na data de hoje, fui eleito pelos nobres pares para exercer o cargo de Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, e os Deputados Alcení Guerra (PSDB/PR), Ribamar Alves (PSB/MA) e Cleber Verde (PAN/MA) para as primeira, segunda e terceira vice-presidências, respectivamente.

Temos grandes desafios a enfrentar no que diz respeito às políticas sociais e espero que sejamos todos tomados pela inspiração e energia de fazermos o melhor, trabalhando com seriedade, dedicação e em interação com todos os pares, para que o Brasil avan-

ce cada vez mais nas áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social.

Dessa forma, coloco-me à disposição de Vossa Excelência no tocante aos temas da competência deste colegiado.

Respeitosamente, Deputado **Jorge Tadeu Mudalen**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem.) – Peço minha inscrição para uma comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª fica inscrito em primeiro lugar. Em segundo lugar, o Senador Antonio Carlos Magalhães, de ofício.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Solicito a V. Exª minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª fica inscrito em terceiro lugar.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, estou inscrito. Caso eu não seja chamado, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável, como primeiro suplente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª está inscrito como orador ou V. Exª está pedindo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu devo figurar na lista como orador inscrito, mas posso ficar na primeira suplência para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª fica inscrito como primeiro suplente.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, por permuta com o Senador Renato Casagrande.

V. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, em 29 de julho de 1998, de acordo com a nova Lei Geral de Telecomuni-

cações, aconteceu a privatização do Sistema Telebrás na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Naquela ocasião, o antigo Sistema Telebrás foi avaliado em R\$13 bilhões e 470 milhões e vendido por R\$22 bilhões. Após a realização do leilão, todos esperavam que os novos grupos empresariais responsáveis pela telefonia nacional fossem promover uma verdadeira mudança em todo o setor, notadamente em relação à qualidade dos serviços oferecidos em nível nacional e à universalização do acesso.

De fato, nos primeiros quatro anos de concessão, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, as operadoras de telefonia fixa adotaram forte estratégia de investimento e tudo levava a crer que a privatização tinha sido realmente uma medida acertada.

Para termos apenas uma idéia do sucesso alcançado naqueles momentos iniciais, basta dizer que o número de terminais telefônicos evoluiu de cerca de 20 milhões, em julho de 1998, para mais de 40 milhões, no final de 2002.

Todavia, a partir de 2003, com a falta de crescimento da economia brasileira, os planos de metas de investimentos e de universalização dos serviços de telefonia minguaram e o sistema passou a conviver com uma delicada conjuntura de falta de dinamismo e de estagnação. A isso, segundo diversos especialistas, é preciso acrescentar que sempre existiu pouco interesse das operadoras em ampliar os espaços da telefonia fixa nos contextos regionais economicamente considerados por elas como menos atraentes. Assim, ao colocarmos esses pontos em evidência, é claramente possível concluir, em parte, porque, desde 2002, o número de telefones fixos em serviço no País cresceu muito lentamente e a crise se instalou de vez no setor. Segundo dados recentes, ele passou de pouco mais de 40 milhões no início de 2003 para apenas 42 milhões de linhas instaladas em janeiro de 2007.

Enquanto isso, nos últimos oito anos, a telefonia celular, principalmente as linhas pré-pagas, graças aos baixos custos de sua utilização e à queda constante dos preços dos aparelhos, cresceu de maneira espetacular em todas as regiões do País. Dessa maneira, o ano de 2006 fechou com quase 100 milhões de terminais em operação, dos quais, 80,62% são pré-pagos e apenas 19,38%, pós-pagos.

Dentre os Estados da Região Norte, o Amapá aparece em primeiro lugar no *ranking* de teledensidade estabelecido pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com um índice de 46,63% de telefones

celulares ativos em cada grupo de 100 mil habitantes. O segundo colocado é o Estado de Rondônia, com 45,74%. Convém destacar que a média nacional é de 53,24%. No último levantamento realizado pela Anatel, Rondônia estava com pouco mais de 719 mil terminais de celulares em operação, divididos entre uma população de 1,5 milhão de habitantes.

No que se refere à planta de telefonia fixa do Amapá, dados da Anatel divulgados em dezembro de 2006 mostraram que o Estado dispunha de 78.881 telefones instalados; 61.133 telefones em serviço; 3.745 telefones públicos (orelhões); 91 telefones adaptados para deficientes motores; e três telefones adaptados para deficientes auditivos. Convém destacar que o conjunto desses equipamentos representava uma teledensidade de apenas 13 telefones por 100 habitantes.

De acordo com documento conjunto divulgado em 2004 pelo Ministério da Integração Regional e pelo Ministério do Meio Ambiente, a Amazônia Legal aumentou sua capacidade instalada de telecomunicações, porém apresentou uma alta inacessibilidade aos serviços. Em Rondônia e Roraima, o índice de teledensidade registrado foi de apenas 16%. Nos demais Estados da região, ele ficou em 10%, salvo no Estado do Maranhão, que registrou o índice regional mais baixo, de 6,4%.

Por sua vez, a ociosidade dos sistemas instalados era bastante alta, variando entre 15% e 49% do potencial instalado.

Segundo os técnicos dos Ministérios citados, esses números apenas comprovam o que já sabemos: a maioria da população da região não possui renda suficiente para pagar pelos serviços disponíveis.

A conclusão a que, infelizmente, chegamos é a de que, apesar do sucesso inicial da privatização do sistema Telebrás e da crescente oferta de telefonia móvel que o processo possibilitou, a maioria dos habitantes do norte do País não consegue ter acesso aos equipamentos de telecomunicações existentes, tanto fixos quanto celulares. Além de tudo, como já disse no decorrer deste pronunciamento, as operadoras não têm o menor interesse em expandir e melhorar a qualidade de suas redes de comunicação, porque alegam que os benefícios dos investimentos são pouco representativos no montante dos seus lucros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao decidir pela privatização das telecomunicações do Brasil, a intenção das autoridades governamentais da época, sobretudo do Presidente Fernando Henrique, era a de promover uma livre competição entre os novos atores

e impor, cada vez menos, regras ao mercado de telefonia. As palavras de ordem mais fortes eram a universalização, a qualidade e a competitividade. Todavia, após o quarto ano de sua realização, ou seja, a partir de 2003, início do Governo Lula, os críticos começaram a advertir que as agências reguladoras estavam perdendo terreno para as operadoras, que não cumpriam mais o que havia sido acordado, quando assinaram os protocolos de privatização. Assim, os rumos do sistema de telecomunicações do País, que haviam sido devidamente acertados em 1998, passaram, no atual Governo, a serem ameaçados pelos interesses do monopólio privado.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Concedo um aparte ao nobre Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – V. Ex^a faz uma análise muito criteriosa, ilustre Senador Papaléo Paes, daquilo que se queria para o Brasil e para os brasileiros na área de telecomunicações, bem como do ponto a que se chegou. V. Ex^a analisa bem: de um lado, o problema do poder aquisitivo baixo, que faz com que grande parte da população não tenha, como V. Ex^a bem acentuou, recursos para ter acesso às comunicações ou aos serviços que são colocados à sua disposição. Mas, na telefonia convencional, entendo, existe outro problema. Ela evoluiu pouco em relação ao telefone celular, tanto que os brasileiros estão correndo, cada vez mais, para a telefonia móvel. Esses telefones se equiparam de agenda, de toques musicais, de máquinas fotográficas, enquanto que os telefones convencionais são aqueles aparelhos estáticos, antigos, lá do século XIX, e não conseguiram evoluir na prestação de serviços ao consumidor. Há outro problema – e acho que V. Ex^a irá analisá-lo –, que é o uso dos recursos do Fustel, que aprovamos aqui. Já são mais de R\$6 bilhões, que eram destinados a quê? A universalizar os serviços de informática e os serviços de telefonia. Esse dinheiro nunca foi usado para isso. Exatamente esses recursos possibilitariam às pessoas que não têm recursos o acesso ao sistema, ou seja, propiciaria a inclusão digital, como V. Ex^a acentua com muita propriedade. Se esses mais de R\$6 bilhões viessem a ser usados no sentido de atingir os objetivos para os quais foram criados, haveria hoje uma massa muito maior de brasileiros servindo-se dos recursos da telefonia, que, sem dúvida, a privatização melhorou sensivelmente em nosso País. Concordo com essa análise, fruto de

reflexão e estudo, que, como sempre, V. Ex^a traz ao debate deste Plenário.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Gerson Camata.

V. Ex^a lembra muito bem a questão do fundo. Se esses recursos estivessem sendo aplicados, como deveriam, não estaríamos passando por muitos constrangimentos. Por exemplo, no meu Estado há 16 Municípios onde não existe telefonia celular. Se nos deslocarmos para o Oiapoque, não teremos ali serviço celular; nem no Município do Amapá, que está a 300 quilômetros de Macapá. Assim, fica-se praticamente ilhado, na dependência de um telefone público para se conseguir comunicação com a capital do Estado. Lembro que, no Estado, o acesso a muitos Municípios se faz com alguma dificuldade, por via fluvial ou aérea; as estradas somente agora estão sendo melhoradas.

Então, passamos pelo constrangimento de não contar com telefonia celular em todos os Municípios do Estado, embora essa seja uma necessidade de utilidade pública.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Sem interrompê-lo, não é preciso ir longe. No Espírito Santo, na última campanha, contei mais de cem localidades com mais de mil habitantes que ainda não têm acesso à telefonia celular. Se estivéssemos usando o Fundo com o objetivo para o qual foi criado, não veríamos essas zonas de sombra, esses vácuos de telefonia celular, muito mais graves no Estado de V. Ex^a, onde, conforme disse, há 16 Municípios, sedes de Prefeituras, sem acesso ao serviço.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador.

Após quase uma década da privatização das telecomunicações brasileiras, existem algumas questões que precisam ser novamente colocadas e analisadas, como, por exemplo: depois de todo esse tempo, o que realmente o consumidor ganhou com a privatização? O aumento do número de linhas fixas, de celulares e de orelhões foi significativo? Houve elevação abusiva do preço das tarifas telefônicas? Aliás, em relação às tarifas, segundo levantamento realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), se, por um lado, os preços das linhas telefônicas caíram 98%, por outro, as tarifas, de forma abusiva, foram reajustadas, no mesmo período, em mais de 512%. Enfim, qual foi o benefício real que os usuários obtiveram até agora? E o que dizer do AICE, o chamado telefone fixo pré-pago? Aprovado no final de 2005, para vigorar a partir de 1º de janeiro de 2006, ele atesta a crise do sistema

e é criticado até mesmo pelo Ministro das Telecomunicações, Hélio Costa, por ser mais caro do que a assinatura básica cobrada dos usuários mais pobres!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em verdade, pesando os prós e os contras, os benefícios colhidos pelos mais pobres não foram tão significativos quanto deveriam ser. No mais, esses continuam marginalizados no Estado do Amapá, no restante da região amazônica e no Nordeste, à espera de sua inclusão no plano de universalização da telefonia e de custos mais suportáveis. Infelizmente, a privatização das telecomunicações no Brasil não surtiu todos os resultados esperados, porque a operadoras não cumpriram boa parte do que haviam prometido. O balanço de hoje indica que elas desrespeitaram as populações mais carentes, que não conseguiram beneficiar-se de quase nenhum progresso, e o Governo Federal, nos últimos quatro anos, nada vem fazendo para reverter esse quadro.

Por último, é importante deixar registradas algumas distorções que precisam ser corrigidas e que promovem graves prejuízos na prestação dos serviços ao consumidor. Por exemplo, sabemos que as operadoras extinguiram cerca de 40% dos postos de trabalho que criaram e fecharam a quase totalidade de suas lojas de atendimento. Além disso, inúmeros serviços que realizavam diretamente foram terceirizados, resultando em um grande enxugamento e em pesados prejuízos para o consumidor. Em contrapartida, seus lucros continuam até hoje elevados. Em 2005, por exemplo, o setor faturou R\$134,1 bilhões. Até o primeiro semestre de 2006, o faturamento foi da ordem de R\$68,9 bilhões.

Segundo estudo realizado pela Telebrasil, representante das indústrias e empresas de serviços de telecomunicações, a telefonia fixa contribuiu com R\$34,5 bilhões sobre esse faturamento, enquanto a telefonia móvel entrou com cerca de R\$22 bilhões. A Telebrasil informa ainda que o consumidor brasileiro paga a maior carga tributária do mundo sobre os serviços de telecomunicações: 40,8%. O maior peso é representado pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao terminar este pronunciamento, gostaria de lembrar que, no caso brasileiro, para se ter futuramente um sistema de telefonia que atenda de maneira correta a maioria dos seus usuários, seria preciso levar em consideração a dimensão continental do País, as disparidades regionais, os desníveis econômicos e de renda existentes entre as diversas regiões e outras diferenciações es-

truturais que são claramente identificadas em nosso mosaico federativo.

Seguindo esse caminho, é bem mais fácil entender que o Brasil é formado por vários mercados de telefonia e por isso não pode ser regulado por um único modelo. Portanto, no meu entendimento, não é correto que os problemas que envolvem a telefonia no Estado do Amapá possam ser corrigidos pelos mesmos mecanismos que são empregados no Estado de São Paulo, por exemplo, e em outros grandes Estados.

Deixo aqui essa reflexão, que considero de suma importância para que tenhamos, em nosso País, sobretudo no Amapá, um sistema de telefonia efetivamente universalizado e de baixo custo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradeço ao Senador Papaléo Paes por ter cumprido o horário rigorosamente.

Concedo a palavra, por permuta com o Senador Gerson Camata, ao Senador Antonio Carlos Magalhães, para uma comunicação inadiável. S. Ex^a dispõe de até cinco minutos para o seu pronunciamento.

Em seguida, concederei a palavra ao Senador Paulo Paim, como orador inscrito.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a falar sobre a violência no País, porque esta Casa está caindo no conto de demorar-se em resolver para não resolver nada. Vejo que há Senadores, como o Senador Gerson Camata e como muitos outros, interessadíssimos nesse assunto.

Ainda ontem, eu assistia, na Globo News, a um antropólogo, um sociólogo e um coronel da Polícia Militar tratarem do assunto, e todos culpavam o Legislativo. O antropólogo culpava o Presidente da República mais do que culpava o Legislativo, porque dizia que José Dirceu era o artífice de tudo isso. Confesso que não concordei totalmente com nenhum. Se não decidirmos na quarta-feira, se passarmos a chamar aqui pessoas para darem opinião, feche-se o Senado, feche-se o Congresso! Quando se chega aqui com a capacidade dada por todo o eleitorado brasileiro e não se tem condição de julgar se o menor é ou não digno de pena, não há Senado, não há Legislativo! Vamos ter de ouvir os elitistas, muitos interessados em não punir ninguém, às vezes sob a cobertura, inclusive, da Ordem.

Vejam bem: se não houvesse advogados para defender os autores desses crimes hediondos, eles seriam bem menores. Porém, cometeu-se o erro de que somente se pode ir a juízo por meio de advogado. Aí, sim, o crime vai continuar, e nós, aqui, vamos passar perante o povo como responsáveis, nós que não o somos – muitos o são, mas a maioria não o é.

Portanto, apelo ao Senador Aloizio Mercadante: qualquer que seja a decisão, vamos decidir! Que cada um fique com sua culpa, para dizer ao eleitorado, em 2010 ou em 2008, como votou! As estatísticas dizem, com muita clareza, que a maioria esmagadora do povo brasileiro deseja que aquele que pode votar possa ser punido. E quem tem 16 anos vota e, se é criminoso, deve ser punido. Vamos acabar com essa falsa afirmação e vamos fazer aquilo que é do nosso dever. Se não fosse do nosso dever, não estaríamos aqui legislando ou pagando o preço dos crimes dos outros.

O Executivo faz discursos, mas não toma providências. Nesse ponto, não excetuo ninguém do Executivo, nem mesmo meu prezado e querido amigo Márcio Thomaz Bastos. Não há exceção. Todos são responsáveis.

Sr. Presidente, eu trouxe matéria, para que conste dos Anais – soube que já foi aqui lida, mas quero que conste nos Anais – a dor dos pais de João Hélio, traduzida aqui quando o Presidente da República, numa gafe, numa infelicidade total, disse que, daqui a pouco, até os fetos serão punidos. Não sei se quis referir-se a ele próprio, por se julgar feto – e não o é, é um cidadão, um torneiro mecânico, o Presidente da República. Conseqüentemente, ele não poderia fazer isso, mas o fez. Foi infeliz. Ele poderia pedir desculpas pelo menos à família. Mas, se não quiser fazê-lo, que o faça perante o Congresso Nacional! Portanto, peço essa transcrição.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a PEC do Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade já foi despachada e deve ser votada também. As vítimas merecem mais do que muitos que se dizem vítimas do regime militar e que dele participaram. Já citei o caso aqui de um secretário meu que recebe indenização vultosa, por sofrer do regime militar. Secretário meu no regime militar! Para não haver dúvida, Fernando Talma Sampaio é seu nome.

Vamos votar minha PEC. Vamos dizer a verdade sobre o caso do carnaval da Bahia. Houve violência, sim, violência demasiada até. Aqui, estão vídeos e fotos. Não vou mostrá-los – se alguém quiser vê-los, vá

ao meu gabinete –, em atenção à V. Ex^a, à Bancada do PT e ao próprio Governador da Bahia, que cometeu alguns pecados, talvez sem culpa nenhuma, porque carnaval é carnaval, e as pessoas, às vezes, exageram. Em atenção até a ele, não vou mostrá-los. Mas para quem quiser vê-los, quero dizer que tenho o áudio do **You Tube**. As fotos, se eu as tirar do envelope, aí eu as mostro. Mas não posso tirar as fotos. As fotos ficam para os curiosos.

Sr. Presidente, há um terceiro caso. Peço perdão a V. Ex^a se passar de dois minutos. Na Bahia, um funcionário da Prefeitura Municipal, encarregado de licitações, foi assassinado. A Polícia, que é do atual Governo, investigou e pediu a prisão preventiva. O Desembargador Mário Hirs concedeu a prisão preventiva da funcionária petista, Dona Aglaé Amaral Souza, Subsecretária de Saúde, e da Dona Tânia Pedroso – esta já estava envolvida no caso Celso Daniel; não é sua primeira vez, e foi ensinar lá na Bahia como se faz assassinato. A prisão preventiva das duas foi tornada sem efeito pelo mesmo Desembargador 48 horas depois. Ou o Desembargador foi leviano na primeira decisão, quando decretou a prisão, ou foi leviano, quando deixou de punir.

Sr. Presidente, é essa impunidade, é essa Justiça que também incentiva crimes como o de João Hélio. Por isso, não aceito, e ninguém pode aceitar, que não se legisle em comoção. É em comoção que temos de legislar, porque vivemos sempre em comoção, pois o Brasil, infelizmente, só vive no crime.

Faço um apelo ao Senhor Presidente da República para modificar nessa fase. Sei das dificuldades que está tendo para fazer o Ministério; são muitas. Mas que, pelo menos, na parte de segurança pública, tome uma providência mais imediata! O Brasil não pode viver assim, e, na minha Bahia, que era tão pacífica, os crimes estão crescendo brutalmente!

Faço esse apelo a Vossa Excelência, Senhor Presidente. Que seja transmitido ao Senhor Presidente da República: não há má vontade com o Presidente da República; essa é uma atitude de boa vontade. Acredito que ele possa diminuir bastante a violência no Brasil, e só não a diminuirá se ele e seus correligionários continuarem matando em nome do Governo.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O GLOBO

'Lula foi muito infeliz'

Pais de João Hélio criticam presidente por declarações contra a redução da maioridade penal

ENTREVISTA

Rosa Cristina e Hécio Vieites

Nove dias depois da tragédia que atingiu a família, Rosa e Hécio Vieites, pais do menino João Hélio Fernandes, de 6 anos — que morreu ao ser arrastado pelo cinto de segurança por assaltantes — fizeram críticas às declarações do presidente Lula sobre o caso. Para eles, o presidente foi infeliz ao opinar sobre a questão da redução da maioridade penal, quando disse que o assunto não podia ser discutido num momento de comoção. "Ele colocava os infratores, em especial o menor que participou do crime, como uns coitados", reclamou Hécio. Na opinião do pai, a frase demonstra o descaso com que os políticos ainda tratam a questão da violência no país. Mas os pais acreditam que a mobilização

popular desencadeada pelo crime bárbaro possa fazer com que sejam feitas mudanças legislação penal, acabando com benefícios concedidos a condenados, como a progressão de regime depois de um sexto da pena cumprida. "O Rio de Janeiro está muito triste. O João é como se fosse o filho de cada família desprotegida. O carioca se sente desprotegido e o João é o filho de cada família", disse Rosa. Alternando momentos de desabafo, em que parecia fazer uma catarse de toda a indignação e a revolta com o assassinato do filho, com outros em que emudecia, numa profunda tristeza, Rosa contou que, no mesmo dia em que foi morto, João Hélio fez na escola um desenho de uma amarelinha com uma linha que o levava para o céu. Perguntado pela professora sobre o significado do trabalho, João explicou: "Sou eu, cheguei ao céu".

Camilo Coelho*

O GLOBO: *Vocês temem que o carnaval faça as pessoas esquecerem o que aconteceu com o João Hélio?*

ROSA CRISTINA FERNANDES VIEITES: Tenho medo, sim. Gostaria até que a população do Rio de Janeiro e do Brasil inteiro colocasse nos seus carros uma fita preta amarrada em cada retrovisor e pendurasse nas janelas de casa um pano preto. O carnaval é uma festa popular e o povo costuma esquecer tudo o que está acontecendo quando vem esse momento de alegria. Mas o bra-

sileiro tem que encarar que o crime é errado e tem que ser punido. Essas leis que reduzem para um sexto as penas, entrando no semi-aberto, depois no aberto, não podem existir. Agora, o presidente diz que não podemos fazer mudanças sob comoção nacional, então o que ele vai fazer? Nada? E se fosse o filho dele, o que ele faria, qual seria a solução? Deveria ter um investimento pesado na área de segurança, com construção de presídios de segurança máxima para colocar todos esses criminosos na cadeia, em regime fechado. Está tudo a favor da "bandi-

cagem", parece até que eles não estão governando para o cidadão. Estão governando para os marginais. Parece até que é um país sem lei.

HÉLCIO LOPES VIEITES: Agimos muito na emoção, pelo crime brutal que fizeram com o nosso filho. Existe uma proposta de decreto da novelista Glória Perez, de quando ela conseguiu a lei dos crimes hediondos, mas há cerca de um ano eles conseguiram que ficasse mais fácil obter uma progressão de regime. Nesse ato de 1990, eles deixavam de ter acesso à liberdade condicional e

cumprjam a pena em regime fechado. Mas há um ano retroagiu. Tinha que ser alterado para voltar ao que era antes. Queria que a sociedade olhasse a gente, os pais do Joãozinho, e visse se isso é justo, retroagir benefícios quando você não pode retroagir uma lei.

O GLOBO: *A tragédia com o João Hélio tomou uma grande proporção. Como vocês estão vendo isso tudo?*

ROSA: A gente vê que algumas autoridades até têm intenção real de fazer algumas alterações na legislação para tornar o Código Penal mais rigoroso, mais justo, diante de tantos crimes, até por esse momento que o Rio de Janeiro está passando. O governador (Sérgio Cabral) parece ter propostas bem interessantes para uma alteração da legislação.

O GLOBO: *O que vocês acharam do comentário do presidente, dizendo que a gente não pode agir no calor da emoção?*

HÉLCIO: Eu fiquei muito triste de ler uma reportagem sobre o presidente Lula, onde ele falava que não deveríamos agir nesse momento de comoção. Ele colocava os infratores, em especial o menor que participou do crime, como uns coitados. Ele acha que não é justo reduzir a maioria em cima dele, quando na verdade não se trabalhou o menino na infância. Mas como uma pessoa de 16 anos é capaz de eleger um político, um presidente, e não é capaz de assumir juridicamente pelos seus atos, seu comportamento? A frase do Lula é uma amostra do descaso que os políti-

vo também acha isso. Foi um absurdo o que ele falou.

ROSA: Se eu tiver que falar na cara do Lula que ele foi muito infeliz com essa declaração, eu falo. Se tiver que falar na cara dele que é um absurdo, eu falo. Queria fazer a seguinte pergunta: e se fosse o neto dele, o filho dele? O que ele faria, que punição passaria pela cabeça dele?

O GLOBO: *Você acha que a morte do João pode ser responsável por uma mudança no país?*

HÉLCIO: Era esse símbolo que a gente queria, porque eu acho que está mais do que no momento de mudar. As poucas vezes que a gente se locomoveu depois do que aconteceu, viu que nada mudou. Não vemos

um carro de polícia, continua tudo a mesma coisa na rua. A gente continua abandonado, a sociedade continua abandonada, principalmente a Zona Norte da cidade. O que aconteceu com o João foi aquela última gota que transbordou, teve também a crueldade que foi usada. Não que as outras não tenham sido, a dor é igual ao se perder um filho. É como colocar um aspirador de pó no peito e arrancar tudo de dentro, deixar um buraco vazio.

ROSA: A gente gostaria que a população se unisse em manifestações para cobrar. Se nos for dada a oportunidade de fazer esses pedidos diretamente para as autoridades, a gente vai colocar os nossos desejos. Queremos fazer com que a população se una para que eles se sintam pressionados a agir. É importante agora que eles realmente sejam punidos. Não pode é cumprir um sexto da pena, depois passar para regime semi-aberto, depois para aberto. O Rio de Janeiro está muito triste. O João é como se fosse o filho de cada família desprotegida. O carioca se sente desprotegido e o João é o filho de cada família. Estamos buscando o político certo, que vai nos ajudar a partir para Brasília, ou seja lá onde for. Não queremos ninguém oportunista, que queira usar a nossa causa para aparecer ou defender interesses pessoais.

• *Vocês acham que o que aconteceu poderia ter sido evitado se houves-*

se policiamento mais eficiente?

ROSA: É difícil prever, mas acho que evitaria. Acho que o policiamento falhou.

HÉLCIO: Foram sete quilômetros que ele foi arrastado sem que uma viatura parasse o carro. Acho que essa é uma situação assustadora, que serve para provar que o carioca está totalmente desprotegido.

• *Qual o sentimento de vocês em relação aos bandidos?*

ROSA: Eu sou um ser humano. Você acha que algum ser humano perdoa-

'Nada mudou. Não vemos um carro de polícia, continua tudo a mesma coisa na rua'

HÉLCIO VIEITES
Pai de João Hélio

ria um bandido que fez isso com o seu filho? Eu não sou máquina, eu não sou Deus, eu sou de carne e osso. Eu não perdoo os bandidos. Eles têm que apodrecer dentro da cadeia. Eu gostaria de pedir, não para eles, mas para as autoridades responsáveis, para que não dessem a eles esse benefício de semi-aberto e aberto. Que eles sejam obrigados a cumprir a pena integralmente em regime fechado.

• *Qual a opinião de vocês sobre a questão da maioria penal?*

ROSA: Todo mundo tem que ter responsabilidade pelos seus atos. Em outros países com legislações mais rigorosas, a criminalidade não é assim porque existe punição. Lá eles pensam uma, duas, três vezes antes de fazer alguma coisa. Aqui não, eles já sabem que tem uma lei que favorece o crime e que não são punidos, então resolvem fazer mesmo. Às vezes em casa não tem nem refeição e lá tem, a gente paga para eles comerem. Com 16 anos não se vota? Por que para cumprir pena de crimes hediondos ele não pode ser classificado como adulto? Por que

'Com 16 anos não se vota? Por que para cumprir pena de crime hediondo não pode?'

ROSA VIEITES
Mãe de João Hélio

cos têm com a sociedade, ele foi muito infeliz. Queria saber se o po-

ele é adulto para uma coisa, mas não pode ser para assumir o erro dele?

• *Os bandidos tinham ou não consciência de que o João Hélio estava pendurado pelo cinto?*

HÉLCIO: Eles viram, sim. Quando aconteceu, ela (Rosa) gritou muito, pedindo para eles tirarem o João dali. Eles são frios, totalmente desprovidos de sentimento. Tudo isso que eles inventaram, esse negócio de arma de brinquedo, acredito que seja para atenuar a defesa deles.

• *Vocês acham que a Aline pode ficar traumatizada por não ter conseguido proteger o irmão naquele dia, no momento do assalto?*

ROSA: Ela está fazendo esse tratamento psicológico, para que essa imagem não venha a ser um trauma para ela. Você coloca um monte de questões na cabeça. Poderia não ter ido, poderia não ter entrado naquela rua, poderia isso, poderia aquilo.

• *A gente teve conhecimento de que o último desenho que o João fez na escola seria uma referência ao que aconteceria com ele. É verdade?*

ROSA: Eu já peguei esse desenho e nós ficamos sensibilizados. Eles tinham feito uma brincadeira de amarelinha e depois foram para a sala de aulas. O João desenhou a amarelinha dele, fez ele em baixo e o céu em cima. Desse céu ele puxou uma linha e se desenhou novamente lá em cima. A professora perguntou: “João, por que você puxou essa linha aí para cima?” E ele respondeu: “Sou eu, cheguei no céu”. Isso foi no dia em que aconteceu, algumas horas antes. Você ouvir isso, só se não tivesse sensibilidade, a professora chorou tanto quando lembrou. Intuição existe, a gente tem intuições.

• *Vocês chegaram a pensar em deixar o Rio?*

HÉLCIO: Nós estamos enraizados com a família aqui. Mas, mesmo assim,

muitas vezes isso passa pela nossa cabeça.

• *O que vocês podem passar para as famílias que acompanham o sofrimento de vocês?*

HÉLCIO: A gente está em pedaços. É como um copo ou um vaso quebrado em muitos pedacinhos. A gente

está reaprendendo a viver. Em muitos momentos vem o desespero, você acha que ele vai passar correndo na sua frente. A gente fala de justiça e não fala de revolta, mas o principal é nossa dor, que queremos transformar em alguma coisa de concreto para que tenhamos alguma mudança boa para o país, para a sociedade.

** Do Extra*

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A solicitação do Senador Antonio Carlos Magalhães é atendida, na forma regimental, com a transcrição nos Anais da Casa da matéria jornalística que solicitou.

Com a palavra, pela ordem dos oradores inscritos, o Senador Paulo Paim.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, venho, primeiro, lembrar à Casa do importante debate que teremos amanhã na Comissão de Assuntos Sociais, presidida pela Senadora Patrícia Saboya Gomes. Será um debate sobre a Previdência e começará às 10 horas, com a presença confirmada do Ministro da Previdência.

Acho importante que o Parlamento, Sr. Presidente, debata esse tema que interessa – diria – a 180 milhões de brasileiros. Quem não é aposentado sonha um dia em se aposentar. Como o Executivo, no momento em que anuncia o PAC, cria também um fórum para discutir a previdência pública e as prováveis mudanças na legislação, entendo que o Parlamento também tem de

aprofundar esse debate. Fiz esse requerimento convocando o Ministro da Previdência, que foi aprovado por unanimidade, como também, Sr. Presidente, apresentei ao Congresso Nacional um projeto de resolução criando uma comissão mista, de 11 Deputados e 11 Senadores, para que possamos debater a questão aqui na Casa, fazendo-se um *link* com o debate que está sendo realizado no Executivo.

Conversei com o Ministro sobre esse tema e vi, da parte de S. Ex^a também, o interesse. Por isso, estará aqui amanhã para debater.

Eu, por exemplo, não tenho problema nenhum em debater certos temas, embora saiba que alguns são polêmicos, como a questão da idade mínima em relação à penalidade. Não tenho problema nenhum de enfrentar o debate da idade na previdência. O meu inimigo – eu sou inimigo dele, e ele também não gosta de mim – é a expressão “fator previdenciário”. Se puder, eu liquido com o fator previdenciário. E, se tivermos de caminhar para uma idade mínima, desde que se elimine o fator previdenciário, acho que é um bom debate. Ou, claro, vamos ver que idade mínima é essa.

Eu estava numa plenária sindical e dizia que idade mínima, em tese, já existe. Se a pessoa começa

a trabalhar com 16 anos, pela Constituição, e precisa ter 35 anos de contribuição, já chegamos a 51 anos. Existe uma idade mínima. Claro, vamos discutir se a idade mínima é 54, 55 ou 56; se é a mesma definida hoje para o servidor público. Mas não tem por que não enfrentar o debate da idade mínima.

Se mudar a legislação, valerá para os que estão no sistema ou será para aqueles que entrarem no sistema a partir dessa mudança? Esse também é um belo debate. Para o servidor público só vai valer depois da regulamentação da aposentadoria complementar, que não chegou à Casa ainda. Só aqueles que entram no sistema posteriormente a essa votação terão a aposentadoria regida pela nova legislação. Portanto, trata-se de um debate que teremos de fazer, e eu o faço com a maior tranquilidade.

O fim do fator previdenciário já foi aprovado aqui em todas as Comissões e veio a plenário, onde, legitimamente, houve um recurso e ele voltou para uma Comissão. Mas, na Comissão Mista, de que fui Relator, aprovei de novo o fim do fator, e mandei direto para a Câmara, onde está agora. O fator previdenciário, se depender de nós – porque conseguimos aprovar isso –, foi para a Câmara com os dias contados. Espero que a Câmara aprove também o fim do famigerado fator, que, eu repito sempre – e repito porque recebo milhares e milhares de correspondências do Brasil todo –, diminui em torno de 40% os vencimentos da mulher no ato da aposentadoria, e, os do homem, em torno de 35%.

Falando nessa Comissão Mista de que fui Relator, lembro que lá também aprovamos a recomposição das perdas dos aposentados e pensionistas, decisão que será apreciada agora pela Câmara dos Deputados. Foram quatro projetos que a Comissão Mista entendeu que deveríamos encaminhar, como Relator: dois foram para a Câmara e dois ficaram no Senado – no Senado, ficou a questão do salário mínimo e a da garantia de reajuste igual ao do salário mínimo para a remuneração dos aposentados e pensionistas.

Sr. Presidente, entendo que o debate de amanhã tem a ver também com o debate mais amplo que teve lugar nas audiências públicas realizadas não só aqui em Brasília, no Congresso, mas também em outras oito regiões. Fomos, inclusive, ao seu Estado, Senador Alvaro Dias, onde fizemos um belo debate, com a participação das lideranças locais interessadas nos temas em discussão, como o que diz respeito ao aposentado, ao mínimo, ao fator previdenciário, à perspectiva de recuperação de perdas.

O Senador Antonio Carlos Magalhães manifestou-se aqui a favor de se buscar uma solução para esse tema mediante um processo de votação. Nesta última quinta-feira, na Comissão Mista de Direitos Humanos – o Senador Cristovam Buarque foi um dos que participaram da reunião –, acertamos um calendário de debates sobre o tema, levando em conta o passado e o presente, na perspectiva do que temos de fazer para conter, inibir, diminuir e, tomara, até acabar com a violência em nosso País. Isso passa por debates sobre educação, trabalho, drogas e, sem sombra de dúvida, pela apreciação da posição dos juristas que são a favor e dos que são contra o aumento das penas.

O debate na Comissão de Direitos Humanos é muito mais na linha da prevenção, sem, contudo, deixar de enfrentar o debate atual sobre o que aí está. Percebemos que há duas correntes muito fortes que estão suscitando o debate: a dos que são a favor da diminuição da maioria penal para 16 anos; e a dos que querem mantê-la nos 18 anos.

Independentemente desse debate, que acontecerá também na Comissão, entendemos que temos de debater o tema em sua maior amplitude: como a sociedade brasileira chegou a este patamar? Nesse contexto, não é possível deixar de lembrar o caso do menino João, que aqui foi por todos mencionado.

É com muita alegria que concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Gerson Camata, que muito tem se dedicado ao tema do combate à violência e que foi um dos primeiros a vir à tribuna para, com muita firmeza, expor seu ponto de vista e cobrar decisões em relação a esse tema.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Não só eu. Quando V. Ex^a se dedica às causas sociais, como as causas do idoso, do aposentado e do jovem, V. Ex^a também está se dedicando à causa da segurança, por meio da inclusão social e do amparo que a sociedade como um todo deve dar a todos esses para que não se excluam do convívio e não pratiquem atos como aquele. Mas queria dizer a V. Ex^a que o jornal **A Tribuna**, de Vitória, no Espírito Santo, publicou ontem uma página muito interessante sobre o problema da maioria penal. Foi apresentado um demonstrativo da maioria penal de cada país do mundo. E é incrível: somente em três países do mundo a maioria penal é aos 18 anos, e não me parece que sejam os três mais avançados e evoluídos do mundo: o Brasil está nessa lista juntamente com a Bolívia e o Peru, somente. A maioria penal em todos os outros se dá de 14 anos para baixo, sendo que, nos países saxônicos, a maioria penal é aos sete anos: a partir dos sete anos, o menino

é responsável por seus atos. Aliás, na Igreja Católica, no antigo catecismo romano, a criança adquiria aos sete anos a chamada “idade da razão”, quando era levada pela primeira vez a se confessar perante um padre antes de fazer a chamada primeira comunhão. Por haver atingido a idade da razão, ele tinha direito à primeira eucaristia e sabia criteriosamente separar o mal do bem. Depois, o catecismo romano mudou, acho que se chama agora catecismo do Vaticano. Não sei como está por lá, pois não tive o prazer de lê-lo ainda. De qualquer forma, o Brasil tem de começar a debater isso. Talvez a melhor idéia não seja uma lei que baixe a idade da maioridade penal, mas uma lei que permita ao juiz, dependendo da crueldade do crime e depois de uma análise psicológica do autor, emancipar o menor e aplicar a seu caso a pena que seria devida se ele fosse um adulto. Ele seria juiz duas vezes: juiz da aplicação da pena e também juiz responsável pela emancipação do menor após uma análise psicológica. Cumprimento V. Ex^a e reafirmo que V. Ex^a tem sido um herói, um soldado das causas sociais e, por isso, das causas da segurança.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Gerson Camata. V. Ex^a, brilhante como sempre, expõe seu pensamento com muita precisão. Tenho ouvido muitas opiniões sobre esse tema, e a tese que V. Ex^a levanta ganha simpatia junto a grande parte da sociedade, que é a idéia de julgar, de forma excepcional, os casos que são excepcionais. O juiz, como V. Ex^a colocou muito bem, poderia dar dois veredictos.

Meus cumprimentos a V. Ex^a! Esse tema que V. Ex^a levanta foi tratado pela primeira vez na tribuna pelo Senador Antonio Carlos Magalhães. Aliás, S. Ex^a disse algo importante ao afirmar que, seja qual for a decisão, o Congresso tem de se posicionar, independentemente de os debates continuarem, porque podemos ter respostas em curto prazo e podemos debater políticas em longo prazo. Isso é o que sempre digo quando debato a política de quotas. Todos sabem que sou favorável à política de quotas e digo que essa política é emergencial, é uma cirurgia que tem de ser feita, sem com isso deixar de aprofundar o debate sobre o ensino básico universal, com a maior potência e o mais rápido possível. Uma discussão não prejudica a outra.

Senador Cristovam Buarque, é uma alegria conceder um aparte a V. Ex^a, que tem colaborado tanto para esse tema, principalmente no âmbito da Comissão de Direitos Humanos. Ao presidir essa Comissão, V. Ex^a levantou todos os temas que suscitamos nesse ciclo de debates e agora preside a Comissão de Educação.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Paulo Paim, primeiramente, quero parabenizá-lo por estar firme nessa luta. Em segundo lugar, quanto ao que falou o Senador Gerson Camata, quero dizer que também fui atrás de investigar a situação em outros países e percebi que os que reduziram a maioridade penal, bem antes reduziram a idade de entrada das crianças na escola e aumentaram a idade em que as crianças saem da escola. Vamos discutir juntos, Senador Camata. Nessa discussão da redução da maioridade, há duas coisas que muito me preocupam. A primeira delas é o fato de que está se passando a idéia de que, com a redução da maioridade penal, resolve-se o problema da violência. Não se resolve. Tem pouquíssimo a ver. Esses jovens, esses menores que hoje cometem esses crimes, não vão parar de cometê-los por medo da prisão ou por medo da pena de morte. Para muitos desses, Senador Gerson Camata, o único jeito de viver mais anos é ficar na cadeia. Soltos, não vão viver mais três ou quatro anos. Não mudarão de posição diante da possibilidade de ficarem presos. É preciso entender a psicologia desses meninos que estão nas ruas há tanto tempo. Esse é um ponto. Em segundo lugar, apesar de concordar com a discussão sobre a maioridade, acho que estamos nos desviando da discussão central. Senador Sibá, com que idade uma criança deve entrar na escola e com que idade deve dela sair? Quer-se discutir a redução da maioridade? Vamos discuti-la, mas vamos discutir também a redução da idade de entrada na escola e a ampliação da idade de sair da escola. Hoje, no Brasil, as crianças entram na escola aos sete anos e saem dela aos doze anos de idade, que é a média em que as pessoas saem da escola, totalizando cinco anos de escolaridade. Isso não acontece em nenhum outro país que tenha a renda e o potencial que tem o Brasil. Acho bom que não entremos nessa mania que se criou, com razão, pela raiva do que acontece, pelo desejo de vingança – e alguns falam que não se deve dizer isto, mas o desejo de vingança é intrínseco a qualquer pessoa –, de reduzir a maioridade. Também não vamos fazer disso um cavalo de batalha. Vamos discutir, sim, pois isso não é cláusula pétrea. Discutamos, mas discutamos pensando, em primeiro lugar, se isso reduz a criminalidade ou apenas dá uma satisfação à opinião pública. Em segundo lugar, vale à pena reduzir a maioridade penal? Sim, mas vamos mudar também a idade em que se entra e em que se sai da escola.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado e, em seguida,

ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que já me pediu o aparte.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Paulo Paim, em primeiro lugar, quero agradecer a V. Ex^a pelo aparte. Não pude participar, nesses dias, da discussão desse tema, pois estava numa missão oficial do Senado Federal à Antártida, a convite da Marinha, mas, em alguns momentos, acompanhei pelo **Jornal do Senado**, a imprensa da nossa Casa, como foram os debates na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, as idéias que estão apresentadas, o trabalho da Relatoria que está se debruçando sobre o assunto e apresentando sugestões. E, agora, como sou membro titular daquela Comissão, pretendo também acompanhar o assunto naquilo que me for possível, mas esse, sinceramente, comove a qualquer um. Quero concordar com alguns pontos do pronunciamento do Senador Antonio Carlos Magalhães, que antecedeu V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E que vai falar logo após V. Ex^a.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Que vai falar daqui a pouco. Considero que é preciso ter o mínimo de respeito à pessoa humana. Isso tem que ser dado. Estamos no calor da emoção, portanto este é o melhor momento para se discutir o assunto. Se deixarmos passar... No Brasil, quando as coisas estão tranquilas, é natural não se preocupar. Então, neste ponto, quero concordar com S. Ex^a. Agora, em parte, precisamos ter uma hierarquia de soluções para um problema que não é privilégio brasileiro, pois está em todos os lugares, com maior ou menor envergadura. Quando se fala dos remédios que têm de ser dados, do ponto de vista jurídico, para a questão da criminalidade, não vejo grandes soluções mundo afora – vide o caso de países onde há até a pena de morte, que acho ser uma medida extrema, não há nada além disso, e que não resolve o problema. Então, precisamos encontrar um conjunto de fatores. E um deles pode ser o de colocar em debate se devemos modificar a maioria penal, se devemos antecipá-la dos 18 anos para os 14 anos ou sei lá para quantos anos. Mas precisamos fechar um entendimento: se vai antecipar, até onde? Segundo, com que outros fatores podemos complementar essas medidas? Ouvi o Senador falando sobre os fundos de benefícios às famílias atingidas por crimes dessa natureza, como foi a do garoto João Hélio. Enfim, sobre que outros fatores devemos falar? E o problema levantado pelo Senador Cristovam Buarque: o tempo da escola pode ser um fator a ser trabalhado? Quero entender que o Fundeb dá um passo nessa direção,

porque passa a ser do interesse das três esferas de Governo que a criança, desde o seu primeiro momento na escola, seja responsabilidade do Poder Público. E com relação à sugestão de se dar um ano a mais ou um ano a menos para a juventude no período escolar? Quanto tempo essas crianças devem ficar minimamente na escola? Elas devem ficar um turno do dia ou dois turnos? Isso já serviria inclusive como uma garantia para as famílias mais pobres, que não podem pagar uma creche, poderem ter o seu filho, inclusive na adolescência, na escola em tempo integral? Terceira questão é o problema da renda. Às vezes, quando ouço algo referente ao assunto, vejo colocações muito apaixonadas, que talvez nos façam deixar de considerar os demais pontos. Neste momento, emito a minha primeira opinião: não estou 100% fechado com a opinião “a” ou “b” sobre se devemos mexer ou não na maioria penal. Quero, antes, conhecer outros fatores que serão colocados em debate para que possamos caminhar para uma solução definitiva do problema da violência. E uma outra coisa que me preocupa, Senador Paulo Paim, é que as cadeias públicas e as penitenciárias têm sido verdadeiras universidades de profissionalização do crime, e não vejo caminho de volta à cidadania. Se não houver, juntamente com a redução da maioria penal, a possibilidade de se distinguirem os criminosos de níveis “a”, “b” ou “c” e separá-los em celas diferentes, estaremos nos submetendo a ter verdadeiros catedráticos do crime para dar aulas em tempo integral a pessoas que poderão, no meu entendimento, ter a oportunidade de voltar à condição de cidadãos. Quero acrescentar que vou propor, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a obrigatoriedade, doravante, de pessoas que forem presas por determinados crimes prestarem serviços à comunidade e estudarem, seja para o conhecimento científico, seja para o conhecimento profissional. Ou seja, terão obrigatoriamente que estudar. Com isso, no meu entendimento, algumas pessoas poderão retornar à cidadania com a qualidade que não aquela colocada e ensinada pelos catedráticos do crime. Parabeno mais uma vez V. Ex^a por ser um baluarte, um defensor das causas sociais dos mais desassistidos do nosso País. Esse microfone do Senado Federal está sendo utilizado brilhantemente por V. Ex^a, mais uma vez, em um momento tão difícil como o que passam as famílias que são vitimadas por crimes da natureza do de João Hélio. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência pede a colaboração de V. Ex^a. Há tolerância quando o tempo é de cinco minutos, não de 20 minutos.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– O aparte do eminente Senador Sibá Machado foi bem maior do que o meu discurso. Entretanto, serei bem breve. Quero dizer que os 16 anos atenuam. A prova disso é Nova Iorque, que quando passou a punir com 16 anos teve uma queda de 80%. Que o Senador Cristovam Buarque queira a educação integral está correto, S. Ex^a tem absoluta razão. Agora, devo dizer a V. Ex^a, que é um educador, um dos melhores que o País tem, que as escolas públicas podem não ter um ensino com a idade menor, mas em todas as escolas privadas do País, onde os pais podem pagar, os alunos entram com três anos de idade. Conseqüentemente, o Poder Público poderia acompanhar. Então, V. Ex^a tem razão nessa parte, mas, na outra, não, porque, se vamos esperar que venha essa situação que V. Ex^a deseja, o crime vai passar abundantemente por este País, e os Joões Hélios serão muitos. V. Ex^a vai ficar com remorso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Pre-

sidente, só para concluir. Primeiramente, quero agradecer todos os apartes e dizer que, no dia 8 de março, Senador Sibá Machado, faremos uma homenagem à Ministra Marina Silva. O dia 8 de março é o Dia Internacional das Mulheres e S. Ex^a foi a Parlamentar que encaminhou e aprovou o decreto que criou a Comissão de Legislação Participativa e de Direitos Humanos. Em seguida, também no mesmo dia 8 de março, como a Comissão ouvirá todos os setores, a favor ou contra essa ou aquela posição, vamos ouvir – e já está confirmado – as vítimas que felizmente estão vivas e os parentes de vítimas que, infelizmente, sofreram esses violentos ataques que lhes tiraram a vida.

Então, no dia 8 de março, serão dois momentos. Penso que uma justa homenagem à Ministra Marina Silva e, em seguida, vamos ouvir as vítimas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Gerson Camata. Em seguida, falará o Senador Arthur Virgílio, que pede a palavra como Líder.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para

uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiz umas ano-

tações no momento em que me inscrevi, antes de começar a sessão.

Qual era meu medo, meu temor, meu pavor? Era que, passada a festa do carnaval, ficasse de lado o problema da violência no Brasil. Mas, pelo contrário, o Senador Antonio Carlos Magalhães, o Senador Paulo Paim e o Senador Cristovam Buarque trouxeram de volta o debate sobre esse assunto. Não podemos perdê-lo, não podemos deixar que feche a janela que se abriu, infelizmente, com o trucidamento, com o esquartejamento de uma criança em praça pública neste País. Repito as palavras do Senador Cristovam Buarque: “Naquela tarde, não foi o João Hélio que foi esquartejado no Rio, mas o futuro do Brasil”.

Temos de pensar desta maneira daqui para frente, temos de pensar nas medidas legislativas que vamos tomar, mas com vontade de fazê-las e de colocá-las em vigor. Temos de mostrar à população – e quanto a isto concordo com o Senador Cristovam Buarque – que uma lei não mudará tudo rapidamente, mas ela é o princípio de uma luta que fará com que as coisas mudem, assim como mudou em Nova Iorque, na Colômbia e em muitos lugares do mundo. Temos capacidade para fazer as mudanças aqui também.

Creio, por exemplo, que temos de estabelecer como disciplina necessária ao casamento um curso de paternidade e de maternidade responsável, para o pai futuro e para a mãe futura. Ora, para dirigir um carro, é preciso estudar, fazer exame e tirar a carteira de motorista e, para ser pai, que é a coisa mais importante na vida de um ser humano, não é preciso fazer nada. Temos de mudar isso! Temos de estabelecer controles de natalidade; e não estou falando de aborto, mas de controles permitidos moralmente pelas igrejas. As igrejas têm de se unir agora e virem aqui discutir o assunto e não ficar escondendo as coisas embaixo do tapete e dizer que não são responsáveis por nada. Digo “as igrejas”.

As igrejas, que são livres de pagar tributos e impostos neste País, tinham de contribuir com cursos de paternidade responsável, com cursos de maternidade responsável, que antecedessem os casamentos religiosos que se realizam todos os sábados nos templos de todas as denominações pelo Brasil afora.

É hora de chamarmos para a luta todos os setores da sociedade brasileira e não só o Legislativo. O Legislativo já deu sua contribuição – e a deu negativamente – quando, depois dos episódios de São Paulo, falamos, gritamos, mas nada fizemos até hoje, e já se passou um ano. Quando absolvemos os mensaleiros, começamos a matar publicamente aquele menino pelas

praças do Brasil; quando absolvemos os sanguessugas também começamos a matá-lo, dando uma sensação de impunidade na cúpula, que levou a uma sensação de impunidade nas bases da nossa população.

Ou nos indignamos, Sr. Presidente, e começamos, de verdade, uma luta para levantar todos os setores da sociedade brasileira ou não seremos dignos de representar o povo humilde que está morrendo, que está sendo trucidado, roubado e sacrificado pelas ruas deste País, sem que levantemos a voz na defesa dessa gente. Tenho certeza de que quem mais sofre são os mais pobres, os que estão morrendo impunemente são os mais pobres.

Esteve aqui, há dois ou três anos, o Governador Garotinho, do Rio de Janeiro. Ele nos disse, aqui da Mesa Diretora do Senado, que, no Rio de Janeiro, 2% dos homicídios são apurados; ou seja, há 98% de chance de impunidade para quem mata. E nós não tomamos providência alguma.

O jornal **A Tribuna**, do Espírito Santo, mostrou em sua última edição, que só três países adotam a maioria de 18 anos, e não são os três mais avançados do mundo.

Vamos começar colocando as crianças na escola e mantendo-as lá; vamos começar na base, dando cursos de paternidade responsável e de maternidade responsável. Com o uso de meios lícitos de limitação da natalidade, criaremos a paternidade responsável: ter dois filhos em vez de dez, para que se possa encaminhá-los para a felicidade; valorizar a estabilidade do lar, a estabilidade da família; mostrar – Sr. Presidente, desculpe-me, mas conceda-me trinta segundos a mais – que o professor é muito importante – ele ensina Geografia, Matemática, Ciências Sociais, tudo –, mas não pode substituir o pai na imposição de limites, importantes para colocar o menino na trilha do bem e para torná-lo um cidadão útil. Não adianta pôr filho no mundo e jogá-lo nas escolas ou nas costas do Governo para criá-lo. A família é indispensável. E, se não pensarmos assim, não vamos encontrar uma solução para esses problemas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Obrigado, Senador Gerson Camata.

Com a palavra, pela Liderança do PSDB, o Senador Arthur Virgílio.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando se fecharam as urnas do

segundo turno, fui a São Paulo para acompanhar a entrevista coletiva do meu candidato, Geraldo Alckmin. Talvez tenha surpreendido alguns jornalistas que me ouviram naquela ocasião, desejando felicidades ao vitorioso, o Presidente Lula, e dizendo que projetos bons e matérias úteis para o País não encontrariam, na minha pessoa nem na Bancada de Senadores do PSDB, obstáculos do ponto de vista da tramitação dessas matérias.

Aliás, isso não deveria surpreender ninguém, pois foi assim que agiu a imprensa brasileira – e com muita sabedoria. Nenhum órgão da imprensa brasileira manteve o mesmo diapásão. Era um Governo novo, embora com o mesmo titular, renovado pela consagradora margem de 58 milhões de votos. Quem não aceitar isso não é democrata, e esse não é o meu caso.

Depois, vi setores da Oposição se dispondo a fazer uma certa corrida de obstáculos, Senador Alvaro Dias, colocando quinze, vinte, trinta cascas de banana para que o atual Governo escorregasse. Não participo disso, não vou colocar casca de banana para que Governo algum escorregue. Quero me dedicar, como Líder de um Partido de Oposição, a registrar os acertos eventuais e a mostrar os verdadeiros erros que o Governo possa vir a cometer, que possa estar cometendo e que possa ter cometido.

Portanto, com esse espírito, que não tem nada de revanchista e nada de ressentimento, subo à tribuna para deplorar o fato de o Presidente estar, a cada momento, abrindo mão da sua autoridade, criando uma confusão e, como disse muito bem a jornalista Dora Kramer, plantando vento – e quem planta vento colhe tempestade. Em sua hesitação, em sua dificuldade para decidir o nome de um Ministro, cede aos partidos. Os Ministérios estão transformando-se em feudos. Determinado partido diz: “Este Ministério é meu”. Outro partido diz: “Eu não abro mão deste Ministério, a não ser que me ofereçam outro mais valioso”. Pergunto-me qual seria o critério para definir o que é mais valioso. Valioso do ponto de vista social? Valioso do ponto de vista administrativo? Ou valioso pelo fato de ter mais dinheiro em caixa? Fico sem entender. Fico realmente sem entender.

Isso tudo vai apeguando a segunda gestão do Presidente Lula, vai diminuindo o Presidente Lula aos olhos daqueles que nele confiaram outra vez e até aos olhos daqueles que, como eu, o combateram e têm o dever de combatê-lo. Tomei a iniciativa de dizer: “Presidente, seja feliz e faça um bom mandato, porque a maioria esmagadora dos eleitores brasileiros querem que Vossa Excelência faça um bom mandato e votaram

em Vossa Excelência para que, se elegendo, fizesse um bom mandato”.

Portanto, não se trata aqui de um revanchista, de um recalçado, de alguém que não saiba estender a mão. Não! Trata-se aqui de alguém que está vendo a República brasileira diminuída.

O partido tal diz: “Este Ministério é meu. Só troco se me derem dois”. “Não posso dar-lhe dois, porque o fulano de tal veio com uma cota”. Vou citar um exemplo bem claro. Fontes do Presidente da República teriam dito que o Ministro Ciro Gomes era da cota do PPS. Como o PPS rompeu com o Governo, não pode ser cota do PSB. Logo, o PSB não tem direito.

Isso não é loteria, tampouco é sesmaria. Isso tampouco significa, Sr. Presidente, estarmos vendo um governo em que o candidato que serve para o Ministério dos Transportes serve para o Ministério da Agricultura, serve para o Ministério da Ciência e Tecnologia, ou serve para Relações Exteriores, ou serve para a Defesa. Nunca vi pessoas tão polivalentes no exercício, a meu ver, abjeto da fisiologia.

Isso não está sendo bom para o nosso País. Isso não está sendo bom do ponto de vista do respeito que a sociedade deveria votar às nossas instituições. Isso não está sendo bom para o povo brasileiro.

O Brasil está vivendo um clima de paralisia e eu percebo que sinais de crise de médio prazo já estão dados, porque, Sr. Presidente – peço-lhe só um segundo para concluir –, amanhã, o Presidente quererá mexer e o Partido vai dizer: “Não votaremos mais nada que lhe interesse, Presidente, porque Vossa Excelência está mexendo no meu pedaço”.

Sabemos que, no Presidencialismo, quem decide é o Presidente. E se é o Presidente quem decide, claro que, democraticamente, deve ouvir os segmentos todos que o apóiam, deve ouvir a sociedade sobretudo. Mas o que não deve fazer é o que está precisamente fazendo: permitindo que esses Ministérios passem a ser feudos de partidos que se julgam donos de sesmarias, coronéis-de-barranco como nos tempos avoengos do meu Estado.

Faço este alerta ao Presidente. No seu segundo mandato, Sua Excelência tem duas opções, não tem uma terceira: ou se engrandece ou se apequena. E o caminho atual não leva ao engrandecimento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo a palavra, como oradora inscrita, à Senadora Serys Slhessarenko.

S. Ex^a dispõe da palavra por 20 minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Senador Alvaro Dias pela permuta da palavra neste momento.

Diria que os problemas aqui postos hoje à tarde são grandes, são graves, alguns de difícil solução, mas que deve ser buscada e encontrada, seja a questão da redução da maioria penal, seja o controle da natalidade, seja a educação e tantas outras que devem permear nossas discussões nas Comissões e neste Plenário.

Mas preciso, hoje, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, falar de um tema não menos grave – aliás tão grave quanto os anteriores, porque não existe maior ou menor –, mas, em termos de amplitude, maior, porque é um tema que realmente compromete não apenas a situação do nosso País, como a situação do planeta Terra: a questão do meio ambiente.

Começaria, fazendo referência à publicação do Relatório Stern, sobre as economias climáticas, de que acredito todos os Srs. Senadores e o Brasil tomaram conhecimento no dia 2 de fevereiro; bem como ao Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. São cenários políticos diferenciados pelo mundo afora, que dificultam muito essa questão da preservação da vida no Planeta.

Afinal todas as vidas estão em jogo.

Estive em Washington, nos dias 14 e 15 de fevereiro, numa missão a convite do G8+5, participando do Primeiro Fórum Parlamentar sobre Mudanças Climáticas. Lá estivemos representando o Brasil o Senador Renato Casagrande, o Deputado Antonio Palocci e eu. Quero, inclusive, deixar bem claro que a nossa participação foi sustentada, paga pelo G8+5, que fez o convite.

Estavam presentes parlamentares de treze países, mais Austrália e Coreia. A discussão realmente foi bastante aprofundada, até porque, pela primeira vez, houve uma discussão sobre mudanças climáticas em um fórum parlamentar. Geralmente essa discussão é feita com os executivos dos mais variados países, tanto do G8 – que são os países desenvolvidos – como dos países chamados emergenciais, que são mais cinco: a China, a Índia, o Brasil, o México e a África do Sul – países considerados em desenvolvimento e países desenvolvidos.

Ficou claro para os parlamentares lá presentes – parlamentares da envergadura do Senador McCain e outros – que, como todos sabemos, os Estados Uni-

dos são conhecidos como o maior poluidor do mundo. Tanto é que, infelizmente, o atual Governo americano não assinou e não aceita assinar o Tratado de Kyoto, que se encerrará em 2011.

Mas, depois das recentes eleições lá ocorridas, os democratas que estiveram presentes a esse encontro informaram que acreditam que conseguirão promover mudanças sérias com relação ao meio ambiente. Estados como a Califórnia já promoveram mudanças na legislação que indicam com clareza que estão dispostos a reduzir principalmente os gases causadores do efeito estufa.

Houve um debate sobre o filme do ex-vice-Presidente Al Gore. Um tal de Sr. Richard, cujo sobrenome não me lembro, auto-intitulado bilionário excêntrico...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Um instante, Senador. Esse bilionário excêntrico doou naquele momento US\$ 25 milhões a quem no mundo conseguir descobrir uma tecnologia mais avançada, principalmente na área do transporte de combustíveis poluentes, para minorar ou superar esse problema.

O documentário “Uma Verdade Inconveniente”, de Al Gore, foi bastante comentado. Nós já sabemos o resultado de ontem, mas, nos dias 14 e 15, havia apenas uma expectativa. O mundo está voltado, a humanidade está cada mais cônica de que algo estranho está acontecendo com o clima e espera uma diretriz por parte dos políticos com relação às ações que se fazem necessárias.

O mundo empresarial já reconhece que a mudança climática apresenta um perigo real. Não foi por acaso que a mudança climática foi um dos principais temas do Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos.

Vou fazer um pronunciamento completo sobre o que discutimos nos dias 14 e 15 em Washington, mas, antes, vou conceder um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Serys, V. Ex^a traz a esta Casa um tema que será, com toda certeza, pautado para debates não apenas neste Senado Federal brasileiro, mas no mundo inteiro. O fato de os Estados Unidos não assinarem o Protocolo de Kyoto, não lhes tira em nenhum momento as responsabilidades.

Penso que um homem da envergadura política do Al Gore, cujo documentário corre o mundo com uma verdade...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Inconveniente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – ... inconveniente, moralmente compromete, irreversivelmente, os americanos com esse pacto, porque é um pacto de sobrevivência. Até porque – vejam bem a preocupação mundial, sintetizada ontem na entrega do Oscar – deu-se àquele documentário um destaque não muito comum e não muito usual naquele tipo de certame que Hollywood, ao longo de muitos anos, vem realizando. É exatamente isto o que foi para mim um fator importante: a sensibilidade e a mobilização da classe artística, com o seu poder de comunicação, com a sua penetração, em se envolver, de maneira irreversível, nessa causa. Daí por que me congratulo com V. Ex^a pela oportunidade desse pronunciamento. Recentemente tive a felicidade de ser conduzido pelos meus Colegas de Senado à Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Segurança Nacional e propus a criação de uma Subcomissão, que vai estudar esse assunto. Creio que se trata de uma questão da maior seriedade, da maior relevância. Tenho certeza de que o Mato Grosso a está ouvindo, reconhecido pela oportunidade de sua representante trazer a esta Casa esse assunto. Parabenizo-a por isso, parabenizo-a, de todo o coração, pela sua preocupação com o tema e convoco V. Ex^a a discutir, no âmbito da Comissão, essa questão.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Excelente, Senador!

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Creio que ele é da maior importância para todos nós e da maior importância para o País. V. Ex^a é de um Estado onde o respeito às leis da natureza será fundamental para o futuro do seu Estado, que desponta como um grande celeiro agrícola e também como um grande produtor na pecuária do País. Daí por que a preocupação de V. Ex^a ser legítima. Quero pegar uma carona para parabenizar esta Casa pelo registro que faço agora: o Senador Gerson Camata, com toda a sua experiência e, acima de tudo, com toda a sua austeridade, preside esta Casa.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Apoiado!

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Aliás, este é um reconhecimento retardado. O Senador Camata já deveria ter feito parte da Mesa Diretora desta Casa há muito tempo. Tenho certeza de que este registro vai ao encontro do desejo do povo do Espírito Santo. Muito obrigado!

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – É da maior importância...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes!

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Desculpe-me, Sr. Presidente! É da maior importância o seu aparte, Senador Heráclito Fortes, principalmente sendo V. Ex^a, hoje, Presidente da Comissão das Relações Exteriores e Segurança nacional. Eu diria que este tema tem de ser tratado daqui para frente com a profundidade e com a seriedade necessária para a nossa vida.

Como eu disse aqui, esse primeiro fórum ocorreu em Washington, nos dias 14 e 15; em junho, haverá outro em Berlim. Hoje, a Presidência do G8+5 é da Alemanha, como todos sabemos. A Primeira-Ministra alemã teve uma participação também no fórum de Washington. A partir de janeiro, será realizado o terceiro fórum, em Tóquio, porque a Presidência do G8+5 deverá passar para o Japão.

Antes de continuar o meu pronunciamento – daqui a pouco não o farei, porque o tempo está passando –, eu gostaria de registrar um documento do grupo de trabalho sobre mecanismo de mercado, elaborado pelo Exm^o Sr. Stephen Byers, membro do parlamento britânico. Eu queria que esse documento fosse registrado, assim como a minuta de declaração final do fórum de legisladores do G8+5, que, acredito, até já foi registrado por mim rapidamente na última sexta-feira – se não o fiz, faço-o agora.

Que o texto de considerações feitas sobre mecanismos de mercado pelo Sr. Stephen Byers, do parlamento britânico, seja registrado nos Anais desta Casa, pois nele há questões importantíssimas, questionamentos importantíssimos feitos por ele. Além de pertencer ao parlamento britânico, ele é principalmente um grande ecologista. Por isso, o que ele escreve neste texto e em tantos outros – são vários os textos dele, como conhecemos – é da maior importância para nós.

Eu diria – aliás, isto até já foi dito pelo Senador Heráclito Fortes – que esse assunto preocupa o mundo, porque é muito sério e muito grave. Não dá para deixar para daqui a pouco, Senador Heráclito. Não dá! As responsabilidades têm de ser diferenciadas, mas têm de ser de todos. Não tenho nenhuma dúvida disso. Se os Estados Unidos não assinaram o Protocolo de Kyoto, o problema é deles. Mas o Sr. Presidente dos Estados Unidos, o Sr. Bush, há poucos dias, declarou que, em um cronograma “x”, deverá ser implantado o combustível verde juntamente com outro combustível poluente até 20%. Ou seja, independentemente de Kyoto, ele está sentindo que a pressão do mundo, que

a pressão popular é pesada e que os Estados Unidos precisam tomar algumas atitudes imediatas.

Sabemos que se ações imediatas forem tomadas por todos os países do chamado G8, que são os grandes, em termos econômicos; pelos + 5, que são os cinco países emergentes, entre os quais o Brasil; e também pelos países considerados menos desenvolvidos – esse tema, inclusive, está inserido em outro texto que tenho –, se forem investidos em torno de US\$500 bilhões anualmente, teremos condições de recuperar e de não permitir uma catástrofe mundial.

Os dados que temos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são assustadores! Se providências drásticas não forem tomadas imediatamente, dentro de dez anos serão necessários US\$7 trilhões para sustentar a vida no planeta, já incluída a migração de 200 milhões de pessoas, que não terão mais onde viver, porque suas terras estarão todas alagadas.

As geleiras estão derretendo, os mares avançarão pela terra, e lugares que eram de temperatura amena, onde havia produção agrícola, estarão congelados; outros estarão totalmente ressecados; outros estarão tão quentes, tão quentes, tão quentes que a temperatura será absolutamente insuportável. Ou seja, haverá – em curto prazo, porque dez anos é curto prazo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores – 200 milhões de pessoas, ou seja, um pouco mais do que um Brasil inteiro, migrando, sem saber para onde vai, porque onde moravam não existirá mais, Senador Agripino – que, muito atentamente, ouve a minha fala.

É grave! Isso ocorrerá dentro de anos, Senador! Em dez anos! Imagine daqui a 20 ou 50 anos qual será a situação.

Uma das grandes discussões naquele debate foi a continuidade, o pós-2012, o pós-Kyoto, porque a validade do Protocolo de Kyoto termina em 2011. Com o Protocolo de Kyoto, já temos todas essas dificuldades, mas, após o término da validade do documento, Senador Sibá, como ficará a situação do mundo em relação ao meio ambiente?

Em relação ao desmatamento, sabemos que ele em si não provoca poluição, mas provoca uma série de consequências que vão ser extremamente graves para o clima e para a vida no planeta.

Eu já disse e repito, para que alguns não entendam de forma equivocada as minhas palavras: a responsabilidade é de todos. Ela é diferenciada, não tenham dúvida. Aqueles que já destruíram tudo terão de pagar, sim, para que aqueles que ainda têm o que preservar, para que possam fazê-lo. Há programas como a preservação da mata em pé e muitos outros.

Essa é uma discussão que temos de aprofundar, para que, em janeiro do ano que vem, quando a

Presidência do G8+5 passar para o Japão, tenhamos reais possibilidades de apresentar as sugestões que, realmente, vão fazer com que continuemos a ter uma vida sustentável e com dignidade no mundo.

Lá foi discutida também a questão do combustível verde. O Brasil está, sem sombra de dúvida, na frente: é aquele que tem etanol, álcool, biodiesel e que tem, realmente, *know how* de tudo isso, inclusive do carro a álcool, a possibilidade e o potencial de produzir muito. Isso deixou com os olhos brilhando grande parte do G8+5.

Não é o suficiente, mas o “encanto” foi tão grande que o G8+5 está disposto a fazer um seminário no Brasil antes do segundo Fórum Parlamentar, que será realizado em Berlim, possivelmente no mês de junho.

Portanto, se temos esse potencial, por exemplo, do combustível verde, como vamos produzi-lo? E os alimentos, como ficam? Onde está a tecnologia dos grandes países, que devem oferecê-la em outras áreas para que consigamos dar sustentação ao combustível verde em determinada parte do mundo? Essa troca deve existir e precisa ser discutida e buscada.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Serys, eu pretendo abordar um tema muito semelhante, se tiver oportunidade, na tarde de hoje. Se não puder fazê-lo, quero acrescentar ao pronunciamento de V. Ex^a alguns pontos do meu pronunciamento. Devido à onda do álcool, um dos objetivos da vinda de George Bush ao Brasil é tratar do que está sendo chamado de “Opep do etanol”. Há a sugestão de se chamarem os países da América Central, o Caribe, o Brasil e alguns países vizinhos, para que possam dar as mãos aos Estados Unidos e formar um dos grandes blocos da produção do etanol. Até aí, perfeito. O segundo objetivo é tratar da manutenção da tecnologia nas mãos de brasileiros. Cito um artigo que chama a atenção para isso, ou seja, até quando o Brasil vai perdurar como proprietário único dessa tecnologia. O terceiro ponto, e o mais complexo: é claro que a cana-de-açúcar e os outros derivados agrícolas que serão usados na produção de álcool não têm capacidade de mover as grandes máquinas. Isso é combustível para carros, combustível veicular, e o Brasil, mais uma vez, segue por um caminho mais limpo. A produção da energia que move as nossas grandes máquinas vem de fontes de que poucos países do mundo têm o luxo de dispor. O pronunciamento de V. Ex^a chama a atenção para o fato de que o mundo não precisa ficar esperando a decisão dos Estados Unidos para dar um passo à frente. A União Européia está disposta, pelo que se vê na imprensa, a chamar a atenção do mundo para que este tenha a iniciativa de realizar o que for possível,

com ou sem a participação norte-americana. Portanto, aguardo que essa reunião do Presidente Lula com o Presidente George Bush garanta, definitivamente, a assinatura do Tratado de Kyoto e não mais do Protocolo. Parabéns pelo pronunciamento!

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada. Infelizmente, não consegui fazer o meu discurso, mas espero fazê-lo na próxima vez em que me pronunciar. Apenas teci alguns comentários sobre esse fórum, que foi da maior importância, pois tratou de uma preocupação que não é somente do Brasil, mas mundial.

Foi de extrema relevância, Senador Sibá Machado, Sr^{as} e Srs. Senadores, o G8+5 ter feito essa discussão com os Parlamentos, porque até então o debate envolvia apenas executivos dos grandes países e dos países emergentes.

E agora, com a chamada aos Parlamentos, eu acredito...

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Apenas um minuto, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Um minuto.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada.

Essa questão não diz respeito a apenas um país, Senador Sibá Machado. Se, hoje, o Reino Unido parasse toda a sua indústria e a China continuasse buscando seu desenvolvimento de forma ainda bastante poluente – citando apenas dois exemplos –, dentro de um ano, estaria totalmente invalidado o esforço dos ingleses. Portanto, o problema é complicado, complexo, difícil e abrangente.

Todos devem assumir a parcela de sua competência, desde não jogar lixo nas ruas, até exigir grandes negociações entre os países desenvolvidos, em desenvolvimento e não-desenvolvidos. É preciso haver uma busca conjunta, do contrário, o mundo todo será prejudicado e a vida estará comprometida. Estarão comprometidas a saúde, a alimentação e as gerações futuras, que talvez não tenham chances e alternativas daqui a 50 ou 100 anos, com certeza. Se em 10 anos precisaremos de US\$7 trilhões, imagine daqui a 50 anos. O meio ambiente estará irrecuperável e a nossa vida, totalmente comprometida.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, Inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Minuta de Declaração Final do Fórum de Legisladores do G8+5, Washington D.C., 14 a 15 de fevereiro de 2007

1. Com a publicação do relatório do Grupo de Trabalho 1 do IPCC (Painel Intergovernamental sobre a Mudança Climática), e o *Stern Review* (Relatório Stern), entendemos melhor do que nunca a ciência e a economia das mudanças climáticas. Como representantes das legislaturas de países que são responsáveis por cerca de dois terços das emissões globais de gases do efeito estufa, propomos a seguinte declaração aos líderes do G8+5:

[Ciência e economia]

2. O relatório do Painel Intergovernamental sobre a Mudança Climática, publicado em 2 de fevereiro de 2007, conclui que agora há 95% de certeza de que as atividades humanas desde 1750 aqueceram o planeta. **Do nosso ponto de vista, as provas de que o homem vem mudando o clima são agora indiscutíveis.**

3. O Relatório Stern deixa claro que o **custo da falta de ação será muito maior do que o custo da ação** e apresenta uma argumentação convincente para a tomada de medidas urgentes para reduzir as emissões como único meio garantido de proporcionar crescimento a longo prazo para todas as economias - desenvolvidas, emergentes e subdesenvolvidas.

[Urgência]

4. Para cada ano que adiamos a tomada de medidas para controlar as emissões, aumenta o risco de impactos que irão requerer reduções maiores no futuro, a um custo econômico maior e com maior ruptura social. Esses impactos possivelmente serão intensificados por mecanismos de "reação positiva"¹ conforme nosso clima se aquece.

[Eqüidade]

5. As ações sobre as mudanças climáticas precisam levar em consideração as diferentes circunstâncias econômicas das economias desenvolvidas, em desenvolvimento e subdesenvolvidas. Mas devemos esclarecer que as mudanças climáticas são uma questão global e há uma **obrigação de que todos nós tomemos providências**, de acordo com nossas capacidades.

[Benefícios Conjuntos]

6. Enfatizamos a importância de providências não apenas para aumentar a segurança climática, mas também para aumentar nossa **segurança energética, qualidade do ar e melhorar a saúde.**

[Resposta política - meta de estabilização]

7. Sabemos por estudos como o das "wedges" (fatias) de Pacala e Socolow, o de Vattenfall e de outros, que temos tecnologia hoje para reduzir nossas emissões, com as devidas estruturas e os devidos incentivos de políticas. Para instruir e guiar nossas ações precisamos, em primeiro lugar, gerar um consenso internacional sobre as medidas necessárias para estabilizar o clima. Recomendamos aos governos do G8+5 que demonstrem liderança estabelecendo, na Cúpula do G8 em Heiligendamm, uma **meta alcançável a longo prazo para estabilizar as emissões de gases causadores do efeito estufa** na atmosfera. Acreditamos que essa meta deve ser

¹ Uma reação positiva é um fator que aumenta ou amplifica a taxa de mudança climática, como, por exemplo, o efeito do albedo do gelo.

estabilizar as emissões em um nível entre **450 e 550 ppm (partes por milhão) de gases equivalentes ao CO₂**.²

[Resposta política - providências]

8. Para alcançar essa meta, necessitaremos da combinação de parcerias bilaterais e multilaterais alicerçadas por uma estrutura compulsória das Nações Unidas apoiada por todas as grandes economias. Aprovamos o trabalho do Diálogo de Gleneagles e a parceria e o apoio da Ásia e do Pacífico, em particular, o Banco Mundial e os bancos de desenvolvimento multilateral, no desenvolvimento dos três pilares da Estrutura de Investimento em Energia Limpa; o trabalho do IEA (Instituto de Assuntos Econômicos) no desenvolvimento de projeções de tecnologia energética; e as forças-tarefa setoriais público-privadas da parceria da Ásia e do Pacífico. Mas precisamos fazer mais. Recomendamos ao G8 e a outros governos que tomem providências urgentes em nível nacional e internacional nas seguintes áreas políticas principais:

[Resposta política - providências - tecnologia e o mercado global de carbono]

9. **A tecnologia** tem um papel importante a desempenhar. O IEA estima que a maior parte da energia do mundo ainda provirá de hidrocarbonetos em 2050. Daí a importância especial de uma tecnologia como a captura e armazenamento de carbono (*carbon capture and storage* - CCS) para remover o carbono dos combustíveis fósseis. A forma mais eficiente e poderosa de estimular investimento privado em pesquisa, desenvolvimento e utilização de tecnologias novas e já existentes é adotar políticas que estabeleçam um **valor de mercado para emissões de gases causadores do efeito estufa** a longo prazo. A fixação de um preço global do carbono vai estimular uma revolução tecnológica e medidas de eficiência energética, recompensando aquelas empresas que desenvolverem tecnologias futuras em primeiro lugar.

10. Aprovamos os progressos obtidos pelo Programa de Comércio de Emissões da UE, o desenvolvimento da *Regional Greenhouse Gas Initiative* (Iniciativa Regional contra os Gases Causadores do Efeito Estufa) nos EUA, que agora inclui 8 estados, e outros programas planejados na Califórnia e na Austrália. Recomendamos que os líderes aprimorem e fortaleçam o Programa de Comércio de Emissões, aprendendo as lições da primeira fase, e que trabalhem para unir os programas assim que possível, criando um mercado mais profundo e mais líquido, e auxiliando a reduzir as emissões a um custo mínimo.

[Resposta política - providências - eficiência energética]

11. **A Eficiência Energética** é a forma que possui a melhor relação custo-benefício para reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa. O IEA estima que melhorias na eficiência energética por si só possam reduzir a demanda energética mundial em 2050 em uma quantia equivalente a quase a metade do consumo atual de energia no mundo se os governos quiserem implementar medidas que incentivem o investimento em tecnologias energéticas eficientes.

[Resposta política - providências - adaptação]

12. O Banco Mundial estima que a **adaptação** aos impactos inevitáveis da mudança climática irá requerer de 10 a 40 bilhões de dólares adicionais por ano. Se não agirmos imediatamente para reduzir as emissões, esse número crescerá de forma dramática e haverá graves impactos na saúde pública e na disponibilidade de recursos importantes, inclusive da água. A adaptação deve ser integrada a políticas de desenvolvimento e deveria ser vinculada à Ajuda Internacional para o Desenvolvimento (ODA).

² A concentração de gases causadores do efeito estufa na atmosfera é atualmente cerca de 430 ppm de gases equivalentes ao CO₂ e está aumentando a uma taxa de 2 a 2,5ppm por ano.

[Resposta política - providências - estrutura internacional pós-2012]

13. Além das providências esboçadas acima, recomendamos aos governos dos países do G8+5 **liderar o desenvolvimento de uma estrutura pós-2012** dentro do processo da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (UNFCCC) ao estabelecer os principais elementos dessa estrutura na Cúpula do G8 em Heiligendamm e ao assegurar apoio no Diálogo Ministerial de Gleneagles na Alemanha em setembro. Gostaríamos de uma estrutura futura para criar um limite e um programa de comércio global e incluir os seguintes elementos principais:

- a) Metas ambiciosas a longo prazo para países desenvolvidos
- b) Metas voluntárias ou "sem perda"³ para economias em desenvolvimento que assim o quiserem
- c) Metas setoriais para indústrias energointensivas vulneráveis a competição internacional
- d) Incentivos para medidas de redução do desmatamento (a fonte de quase 20% das emissões de gases causadores do efeito estufa)
- e) Incentivos para políticas e medidas de desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento
- f) Programas de apoio ambiciosos - que se focam em capacitação, acesso a tecnologia e incentivos financeiros - para ajudar países em desenvolvimento a investir em tecnologias mais eficientes que produzam menos carbono.

Tradução de LEONARDO FREITAS DE SOUZA.
Serviço de Tradução – SIDOC – Senado Federal

³ O conceito de "metas sem perda" é um sistema por meio do qual um país pode vender créditos para reduções de emissão abaixo de um dado piso, mas não seria penalizado se as emissões crescessem, sendo fornecidos assim incentivos positivos para reduções de emissões, sem penalidades por não haver reduções.

GRUPO DE TRABALHO SOBRE MECANISMOS DE MERCADO**BREVES CONSIDERAÇÕES DO PRESIDENTE**

Elaboradas pelo EXCELENTÍSSIMO SENHOR **STEPHEN BYERS,**
Membro do Parlamento

Ultimamente questões como

Muitos acontecimentos se passaram desde a última vez em que o Grupo de Trabalho se reuniu em Beijing. Houve a publicação do Relatório Stern sobre as economias de mudança climática, as eleições para os cargos legislativos nos Estados Unidos provocaram uma mudança no cenário político, e o último relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre a Mudança Climática), publicado em 2 de fevereiro, apontou de modo enfático o crescente desafio com o qual devemos nos confrontar.

O público está cada vez mais cômico de que “algo estranho está acontecendo com o clima”, e espera uma diretriz por parte dos políticos, com relação às ações que se fazem necessárias. O mundo empresarial já reconhece que a mudança climática apresenta um perigo real. Não foi por acaso que a mudança climática foi um dos principais temas do Fórum Econômico Mundial que se reuniu em Davos.

É dentro desse contexto que o Grupo de Trabalho se reunirá em Washington. Nossas discussões terão como foco o documento anexo elaborado por Robert Casamento.

Como Robert explica naquele documento, muitas das questões abarcadas são complexas. Nossa tarefa é identificar um conjunto de propostas práticas para podermos apresentá-las ao G8 durante a presidência japonesa do mesmo, em 2008.

Devido às modificações no cenário político, penso que deveríamos ser corajosos e ambiciosos quanto às recomendações que faremos. Assim o fazendo, deveríamos ter, à frente de nossos pensamentos, as firmes conclusões a que chegamos em Beijing, isto é, de que as circunstâncias nacionais possuem um papel crucial ao determinar se, na prática, um instrumento específico, ou mecanismo, irá realmente funcionar.

Seguem-se algumas das principais perguntas feitas no documento de Robert :

- Que passos são necessários para assegurar a eficácia dos programas no comércio de emissões? Deveria o programa europeu ser ampliado quanto aos seus objetivos? Há potencial para se estender o programa a fim de permitir que outros estados, como, por exemplo, a Califórnia e os estados do nordeste dos Estados Unidos possam fazer parte do mesmo?
- Podem os fundos já existentes, como, por exemplo, os fundos da Política Agrícola Comum, da União Européia, ser usados para apoiar iniciativas como a do desenvolvimento dos biocombustíveis?

*1) e 2).
Califórnia
e outros
estados*

- 3 • Que passos a comunidade internacional deve dar para poder sinalizar, de modo claro, à comunidade investidora sobre a direção em que ela deve caminhar?
- 4 • Há potencial para se estabelecer um mercado global de carbono? Se a resposta for positiva, como deveria ser feito e quais as medidas a serem tomadas?
- 5 • Dado o potencial de crescimento econômico e criação de empregos nas indústrias que tiram vantagens das novas formas emergentes de mercado, como, por exemplo, o setor de energia renovável, como podemos deslançar uma revolução industrial verde?
- A Cúpula de Gleneagles referiu-se, de forma específica, ao uso do mecanismo de mercado e países em desenvolvimento. Há propostas ou projetos específicos que poderiam ser de particular relevância para os países em desenvolvimento?
- O que existe para que os órgãos públicos possam usar em suas aquisições com o fim de direcionar o desenvolvimento do mercado de produtos e serviços reciclados e ecologicamente sustentáveis?
- Há algum mérito em tentar-se estabelecer uma proposta setorial para essas questões?
- 6 • Como podemos reforçar a posição do consumidor individual, que deseja comprar bens e serviços “verdes”?

Essas são algumas das questões que penso que devemos levar em conta. Não há dúvida que outros membros de grupo de trabalho terão outras idéias. Nem todas as minhas perguntas serão abarcadas pelo documento de Robert, mas não devemos nos sentir restringidos a levar em conta somente as questões que se apresentam no documento.

Tentei identificar algumas das questões que podem ser desenvolvidas até que se tornem idéias tangíveis e propostas práticas que talvez possam ter um apelo junto ao Grupo do G8+5.

Stephen Byers
Londres
2 de fevereiro de 2007

Durante o discurso da Sra. Serys Silhesarenko, o Sr. Alvaro Dias, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gerson Camata, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os requerimentos solicitados pela oradora serão atendidos, em conformidade com o Regimento Interno.

Em consequência das permutas que ocorreram nesse período, é a seguinte a ordem de inscrição: Senador Sibá Machado, para comunicação inadiável, por cinco minutos; Senador Alvaro Dias, como orador inscrito; Senador José Agripino, como Líder de Partido, de acordo com o Regimento Interno, por cinco minutos; Senadora Ideli Salvatti, por permuta de tempo; Senador Osmar Dias, como Líder, por cinco minutos; Senador Cristovam Buarque, como orador inscrito; e Senador Arthur Virgílio, também como orador inscrito. Esses são os próximos cinco oradores.

De acordo com o art. 158, § 2º, do Regimento Interno, concedo a palavra ao Senador Sibá Machado para uma comunicação inadiável, por cinco minutos contados a partir de agora.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me traz à tribuna de hoje é o motivo da visita do Presidente George Bush ao Brasil, para uma reunião com o Presidente Lula, assunto já tratado pela Senadora Serys. Nesse encontro, será tratada a questão do etanol.

Sr. Presidente, antes de mais nada, quero pontuar algumas coisas muito interessantes da vinda do Presidente norte-americano ao nosso País. Em primeiro lugar, trata-se da retomada da presença dos Estados Unidos nesta região, em que aquele país perdeu um valor de referência. Houve um crescimento substancial da Venezuela através da atuação do seu Presidente Hugo Chávez e da Bolívia, sob a presidência de Evo Morales. Além disso, indiscutivelmente, a política externa do Governo brasileiro tomou importância para o governo norte-americano.

Assim, o Presidente norte-americano traz na sua bagagem, Sr. Presidente, os problemas que enfrenta com o Iraque, o preço do petróleo, o clima, a Alca, a sua popularidade – vontade de disputar novamente as eleições em seu país – e também com esses líderes, principalmente da Venezuela e da Bolívia.

De acordo com sua agenda no Brasil, o Presidente George Bush tratará, em primeiro lugar, dos limites que o Estados Unidos obtiveram, com sua política bilateral, junto ao Uruguai, Chile e outros países, que considero mais políticos que econômicos, porque se o Uruguai

romper com o Mercosul e fizer uma aliança econômica maior com os Estados Unidos, isso não salvará, em absoluto, a economia norte-americana, mas terá uma importância política muito grande.

Devem ser ressaltadas, também, a maturidade política do Governo do Brasil com relação à sua política externa, as tecnologias de energia limpa de que o País dispõe e a retomada do diálogo com a América Latina. Essas são as bases, com certeza, da vinda do Presidente norte-americano ao nosso País.

Também deve constar da pauta do Presidente Bush a criação da “Opep do etanol”, já noticiada pelos jornais de circulação nacional, por meio da qual o Brasil e os Estados Unidos seriam os líderes na produção do produto para o mundo. Hoje, os dois países produzem 72% do etanol mundial – o Brasil contribui com a sua capacidade tecnológica e os Estados Unidos, com a sua capacidade financeira. Nesse acordo das Américas, todos produzirão um pouco do etanol, buscando a independência do petróleo.

Nesse caso, Sr. Presidente, os Estados Unidos poderão “matar três coelhos com uma só cajadada”, Primeiro, daria uma resposta aos problemas relativos ao clima; segundo, daria uma resposta econômica aos seus vizinhos e, terceiro, uma resposta política para, quem sabe, retomar a Alca.

Penso que o Presidente Lula deveria colocar, Sr. Presidente, na pauta dessa reunião alguns pontos. Um deles diz respeito ao Conselho de Segurança da ONU, fórum do qual o Brasil tem de participar, assim como outros países, porque o mundo hoje não é mais o mesmo. A Guerra Fria acabou. Agora, temos outra relação geopolítica mundial e, portanto, cabe, sim, ao nosso País, pelo papel que desempenha nesse lado do mundo, assim como o de outros países do Hemisfério Sul, participar desse Conselho.

Um outro ponto será a criação do Fundo Mundial de Combate à Fome e à Sede. O Presidente Lula tem pautado isso em diversas oportunidades, deve pautar mais uma vez, não pode esquecer jamais desse discurso.

Um terceiro, seria a integração das populações – ouvi um pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy a respeito – porque não pode os Estados Unidos quererem a Alca, a integração da Américas e construir um muro, separando-os, cada vez mais, dos mexicanos e de outros imigrantes considerados ilegais.

Maior abertura comercial. Como sabemos, é difícil a competição principalmente dos produtos da agricultura e da pecuária. Então, nosso País, que exporta parte vultosa do PIB de produtos da agricultura, não pode ficar relegado a esse tratamento.

Também é preciso colocar, Sr. Presidente, sob meu ponto de vista, o fim da guerra contra o Iraque. Aquilo se revela uma aberração no mundo, uma aberração nas relações diplomáticas, uma aberração nas relações econômicas.

Acreditamos que, do ponto de vista das questões...

(interrupção do som.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Então, não pode, Sr. Presidente, essa guerra. Ela tem de acabar. Temos que caminhar pelo caminho do diálogo. Ademais, já mataram Saddam Hussein e o irmão dele. Creio que o prêmio, o troféu de toda aquela situação, já foi dado. Temos de tomar outro rumo.

Sr. Presidente, quais os cuidados que o Brasil deve ter? Manter a liderança sobre essa tecnologia. Não podemos abrir mão disso. Precisamos verticalizar a produção da cana-de-açúcar; preocupação há pouco colocada pela Senadora Serys Slhessarenko, com a qual estou de concordo.

Tenho aqui alguns números, Sr. Presidente, que seria importante rapidamente citá-los. Temos mais de 77 novas usinas de cana-de-açúcar no Brasil, um investimento de US\$12,2 bilhões, com a possibilidade de incremento de mais dois milhões de hectares de produção de cana-de-açúcar. Vi, na região de Ribeirão Preto, São Paulo, que a cana-de-açúcar...

(interrupção do som.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ...partindo para cima da área que era destinada à pecuária e da área destinada ao plantio da laranja. No caso da pecuária, algo interessante aconteceu: o boi foi confinado; mas, quanto ao plantio da laranja, houve perda de área plantada. Inclusive, o Presidente do Sindicato dos Plantadores de Laranja reclamou o espaço territorial de que esse produto precisa para o seu plantio.

Para encerrar, Sr. Presidente – agradeço a tolerância de V. Ex^a – , na matéria publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo** do dia 25, os Estados Unidos propuseram a redução de 20% do consumo de petróleo e a inserção dessa mesma quantidade, cerca de 132 bilhões de litros, na gasolina americana. Trata-se de um grande passo para um país que, hoje, produz apenas 20 bilhões de litros. Sr. Presidente, é muito importante que todos saibam...

(Interrupção do som.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ... que o nosso País pode crescer ainda mais. Esse é o espaço brasileiro!

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a sabe que, segundo um ditado bíblico,

quem não é fiel nas pequenas coisas não o é nas grandes. Seja fiel ao tempo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Entendo.

O fato é que me inscrevi para falar por 20 minutos e transformei a minha fala em cinco minutos para não perder a oportunidade de falar hoje, Sr. Presidente. Agradeço-lhe pela lembrança e pela tolerância.

Quero agradecer – voltarei ao tema, hoje não vai dar mais – pela tolerância de V. Ex^a, outros pronunciamentos serão feitos, há outros inscritos. Mas retomo o assunto, Sr. Presidente, que é da mais alta grandeza. A visita do Presidente George Bush ao Brasil não pode passar em brancas nuvens. É um assunto de suma importância a ser tratado.

Que fortaleçamos o Mercosul, que avancemos, sim, para esse acordo das Américas, mas com soberania, com crescimento e com desenvolvimento para todos.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, que dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento. Antes, porém, a concedo, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa dois requerimentos: um, de voto de aplauso à população de Atalaia do Norte pelo 40º aniversário deste Município; voto de aplauso dirigido à população; o outro, importantíssimo para a economia do meu Estado, à população do Estado do Amazonas pelo 40º aniversário da Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 96, DE 2007

Requer Voto de Aplauso à população de Atalaia do Norte/AM, pelo transcurso do 42º aniversário de criação do município.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso à população de Atalaia do Norte, pelo transcurso do 42º aniversário de criação do município.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Prefeito do município, Rosário

Conte Galate Neto, e, por seu intermédio, ao Presidente da Câmara Municipal e aos vereadores do município.

Justificação

Localizado a 1.136 quilômetros de Manaus, Atalaia do Norte, na região sudoeste do Amazonas, é um dos mais prósperos municípios do Amazonas e completou, no dia 23 de fevereiro de 2006, 42 anos de existência.

Assim, a homenagem que ora formulo justifica-se, pelo que solicito sua aprovação.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há algum tempo, venho tentando contribuir para que a população receba as necessárias respostas as suas dúvidas sobre a exploração da loteria em nosso País. Dúvidas persistem; as respostas são insuficientes; e permanece a suspeita de manipulação de resultados.

Hoje, venho à tribuna para falar da lavagem de dinheiro por meio das loterias, com a conivência, lamentavelmente, de servidores da Caixa Econômica Federal.

Lembro-me – aliás, todos nós nos lembramos – do fenômeno João Alves. Não me recordo mais quantas vezes ganhou ele na loteria. Quando apanhado, na CPI do Orçamento, com uma fortuna não justificada em suas contas bancárias, declarou que ganhara inúmeras vezes na loteria. Pois ele fez escola! Os alunos o superaram, porque há aqueles que ganham muito mais do que ganhou João Alves nos áureos tempos.

Recebi, por intermédio de solicitação feita oficialmente ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), 29 relatórios de caráter sigiloso, do período compreendido entre 2002 e 2006. Embora sigilosos, creio ser do meu dever revelar alguns dados e números desse relatório, para justificar as providências que estamos tomando na tarde de hoje, com a apresentação de um projeto de lei e de dois requerimentos – um deles, dirigido ao Ministro da Fazenda, solicitando informações a respeito do assunto; o outro, ao Tribunal de Contas da União, solicitando mais uma auditoria.

No período de 2002 a 2006, o valor da lavagem de dinheiro supera R\$32 milhões, num processo em que estão envolvidas 75 pessoas.

Sr. Presidente, vou revelar o nome de alguns ganhadores. O Sr. Alécio Gouveia ganhou 525 prêmios, no valor de R\$3,8 milhões. Colocou no bolso o João Alves. Ganhou 525 prêmios! O Sr. Marco Trofo ganhou 327 prêmios, no valor de R\$1,6 milhão. O Sr. Manuel dos Santos Sá ganhou 206 prêmios, em sete modalidades de loteria, num valor superior a R\$1,257 milhão.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ouço V. Ex^a antes de continuar revelando esses “sortudos”, que causam inveja a milhões de brasileiros, que gostariam também de ganhar na loteria.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Penso, Senador Alvaro Dias, que deveríamos investigar que pessoas são essas, porque das duas, uma: ou estão envolvidas nessas grossas negociatas dos últimos tempos – e quem sabe até de tempos não tão novos –, ou são as versões, no Brasil, daquela figura que certamente embalou a nossa infância e não deixou de existir. Refiro-me ao primo do Pato Donald: o Gastão, que ganhava todos os sorteios. Todas as demonstrações de sorte ele as dava, inclusive tomando a Margarida do Pato Donald. Ele suplantava a Margarida do amor do Pato Donald, toda vez que realizava uma proeza dessas. Ou essas pessoas são o primo Gastão do Pato Donald, ou podem ser lavadores de dinheiro eméritos, envolvidos em crimes, como narcotráfico, mensalões, sanguessugas e coisa parecida.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É crime organizado mesmo, Senador Arthur Virgílio. É uma quadrilha organizada promovendo a lavagem criminosa do dinheiro, com a complacência de representantes do setor público instalados na Caixa Econômica Federal.

Não vou citar todos os ganhadores. Citarei mais um apenas para ilustrar: o Vitório Bastos ganhou, em 17 vezes, aproximadamente R\$4 milhões, sendo vários prêmios em loterias diferentes, no mesmo dia. A sorte lhe sorriu no mesmo dia, em várias loterias.

O que se constata é a coincidência das agências onde ocorre o fato, e as pessoas que realizam essa operação criminosa são pessoas já envolvidas numa verdadeira seleção de crimes, como receptação, estelionato, homicídio, sonegação fiscal, contrabando, porte de armas, evasão de divisas, loterias clandestinas, crimes contra o sistema financeiro, declaração falsa, lesão corporal. Portanto, uma seleção de crimes.

E o que faz a Caixa Econômica Federal diante dessa constatação? A Caixa simplesmente comunica ao Coaf e não toma providência interna para evitar o crime continuado. Portanto, a razão deste pronunciamento não é apenas a denúncia. É a apresentação de

propostas que têm por objetivo dificultar a ação criminosa junto à Caixa Econômica Federal.

Não estamos contra a Caixa Econômica Federal. Estamos nos colocando a favor dessa instituição centenária, um banco social da maior importância para o nosso País, que não pode sofrer prejuízos, desgastando a sua imagem, perdendo credibilidade diante da população brasileira.

Há transparência alguma e muitos indícios de conluio para a prática de crimes no universo das loterias da Caixa Econômica Federal. Nesse sentido, estamos apresentando projeto de lei que estabelece instrumentos para evitar que as loterias da Caixa Econômica Federal possam vir a serem utilizadas para ações de lavagem de dinheiro.

O nosso projeto, em síntese, estabelece que, ao sacar o prêmio, o vencedor deve comprovar inicialmente a origem dos recursos de suas apostas. O gerente somente poderá pagar o prêmio após a comunicação prévia à Central de Loterias, bem como ao Coaf, ficando o saque bloqueado até informações dos referidos órgãos. O saque fica condicionado à identificação completa do sacador e à verificação se o mesmo tem antecedentes criminais, com a comunicação à Polícia Civil de cada estado onde se localiza a agência. As agências da Caixa deverão manter banco de dados sobre os sacadores de prêmios durante um ano.

O disposto se aplica somente aos sacadores de prêmios que registram mais de dez premiações a serem resgatadas simultaneamente. A Caixa deverá verificar a reincidência de saques nas agências onde há suspeita de lavagem de dinheiro para apurar o fato mediante auditoria interna.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a permite um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB–PR) – Concederei com prazer, Senador Heráclito Fortes, não sem antes dizer que estamos apresentando um requerimento dirigido ao Ministro da Fazenda, para que, no prazo regimental, responda algumas questões, como por exemplo: quais as agências da Caixa em que foram descontados os prêmios suspeitos de lavagem de dinheiro (29 casos), conforme comunicação da própria Caixa ao Coaf, bem como os gerentes das respectivas agências à época de cada prêmio descontado desde 2002.

Como não sabemos quais os gerentes e quais as agências da Caixa Econômica, palco para os marginais da lavagem do dinheiro, estamos, portanto, requerendo a contribuição do Ministro da Fazenda, para obtermos esses esclarecimentos.

O outro requerimento é endereçado ao Tribunal de Contas, para a realização de auditoria no sistema

de pagamento da loteria daquela instituição, ou seja, da Caixa Econômica Federal, visando a verificar a lavagem de dinheiro, bem como a possibilidade de manipulação de resultados. Mais uma vez, estamos nos referindo também à manipulação dos resultados.

Antes de dissertarmos sobre a forma utilizada para a lavagem do dinheiro, vamos conceder o aparte ao Senador Heráclito Fortes, que o solicitou.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a traz corajosamente o tema a esta Casa. É preciso que realmente alguns cuidados sejam tomados. Já tivemos aqui momentos menos nobres do Congresso, inclusive com parlamentares que se notabilizaram por rotineiros ganhos em certames lotéricos. Senador Alvaro Dias, também estive analisando e pedi à Assessoria do meu Gabinete que trabalhasse num projeto de lei para regulamentar o pagamento desses prêmios. Se examinarmos a vida dos felizardos de loteria, os que ganharam grandes prêmios – não são esses casos citados por V. Ex^a –, veremos que a grande maioria passou por infortúnios. Há, recentemente, o caso desse senhor do Estado do Rio de Janeiro, que foi assassinado, e o mistério sobre a sua morte continua, embora haja pelo menos indícios sobre os mandantes. Alguns países adotam o pagamento progressivo do prêmio. Estou exatamente preparando um projeto de lei nesse sentido e vou pedir permissão para mandar uma cópia ao Gabinete de V. Ex^a, para estudo, análise e as sugestões valiosas de V. Ex^a. O que geralmente se vê é que a pessoa, sem nenhum preparo psicológico e emocional, com milhões na mão, desbarata fortunas e passa a viver pesadelos. Há o caso de uma brasileira que, nos Estados Unidos, ganhou numa máquina caça-níqueis, na década de 80, um prêmio de US\$1 milhão. Recebeu inicialmente 20% desse valor e o restante em parcelas. Agora mesmo, um casal americano recebeu um prêmio vultoso – e o marido, inclusive, é um ex-combatente – e também está passando por esse mesmo processo. O órgão lotérico é obrigado a acompanhar psicologicamente, por meio de assistência social, os ganhadores, só permitindo retiradas maiores no caso de aquisição de imóvel ou de algum outro investimento. Vejam bem: isso tudo aprovado por uma comissão criada. Essa é uma medida para resolver o problema dos grandes acertadores. Mas penso que V. Ex^a acerta em cheio e complementa a idéia desse projeto quando passa a ter preocupação com esses sorteios pulverizados, que são sorteios de segunda, de terceira grandeza, em que, muitas vezes, ocorre o que V. Ex^a denuncia, de maneira séria e grave, nesta Casa. Parabenizo V. Ex^a e coloco desde já esse meu projeto para que V. Ex^a, se assim achar conveniente, não só

dê sugestões como também, com seu brilhantismo e sua experiência, o aperfeiçoe. Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes. V. Ex^a contribui muito. É claro que nós temos aqui razões de sobra para requerer a instalação de uma CPI. No entanto, tivemos recentemente, Senador Cristovam, a CPI dos Bingos, que tratou também desse assunto. Então, parece ser, neste momento, mais adequado adotar providências do que propriamente investigar politicamente, ou seja, por meio do Congresso Nacional, por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, uma vez que já tivemos a oportunidade de realizar essa investigação e não tivemos sucesso. Todas as tentativas para esclarecer a suposta manipulação de resultados existentes têm-se frustrado. É um assunto eminentemente técnico, guardado com muito cuidado pela Caixa Econômica Federal, e não conseguimos respostas a todas as questões que foram suscitadas em razão do descontentamento principalmente de apostadores que tentam a sorte de forma reiterada.

Uma das formas pela qual pode estar ocorrendo o processo da lavagem do dinheiro de origem criminosa na Caixa Econômica é a seguinte: o interessado na ação criminosa deposita o dinheiro na agência em que existe o esquema – porque, evidentemente, há um conluio, com participação de servidores da Caixa Econômica Federal – ou é avisado por alguém da Caixa sobre a presença de um vencedor, a fim de comprar-lhe o bilhete. Essa seria uma modalidade possível do itinerário delituoso.

O itinerário prosseguiria com o comparecimento do verdadeiro ganhador do prêmio à agência, para sacar o dinheiro. Com a conivência de alguém da agência da Caixa, o prêmio é pago com o dinheiro que se pretende lavar, já depositado anteriormente. Como o prêmio pode ser descontado até noventa dias após o sorteio, o agente da Caixa, ou o interessado em lavar o dinheiro, segura os bilhetes vencedores até que atinja o valor de interesse do beneficiário da lavagem. Quando isso acontece, o bandido vai até a agência da Caixa e saca os bilhetes premiados como se fosse o ganhador.

Nesse momento, a operação se completa: a agência informa o ganhador do prêmio à central de loterias da Caixa, o qual evidentemente não é o verdadeiro ganhador. O que a Caixa informa é o nome do criminoso, autor do crime de lavagem de dinheiro.

Existem casos realmente inadmissíveis e extremamente suspeitos de que agentes da Caixa participem da operação, como o caso em que determinada pessoa descontou 107 prêmios em um mesmo dia, sendo que

os prêmios apresentavam datas com diferença de até um mês e em sete modalidades de loteria.

Repito: num mesmo dia, 107 prêmios são recebidos na Caixa Econômica Federal, prêmios de datas diferentes, com até um mês de diferença, e ganhos em sete modalidades de loteria. Portanto, há um esquema organizado.

É por isso que apresentamos o projeto a que já nos referimos. Destaco, mais uma vez, que o nosso objetivo não é arranhar, da tribuna do Senado Federal, a credibilidade da Caixa Econômica Federal. Ao contrário, estamos pronunciando-nos a favor dessa instituição da maior importância para a vida do País, em função de exercitar, na sua plenitude, a função social que lhe é atribuída de forma secular. Portanto, é preciso preservar o prestígio dessa instituição e sua credibilidade, impedindo que essa ação criminosa tenha continuidade – impedindo com as providências administrativas que requeremos.

Da tribuna do Senado Federal, estamos, pois, formulando um apelo ao Presidente da Caixa Econômica Federal, ao Ministro da Fazenda e ao Presidente da República para que tomem providências contra esse abuso, contra essa ação organizada do crime na lavagem de dinheiro, que é público – e são R\$32 milhões aqui referidos em 29 relatórios solicitados ao Coaf.

Esclareço, portanto, que não se trata de ação nossa contra servidores da Caixa Econômica. Tenho razões para fazer referência a esse fato, porque, quando denunciei aqui uma ação desonesta ocorrida na Caixa Econômica Federal, tentaram desvirtuar nossos objetivos, pretendendo jogar-nos contra os servidores públicos que prestam serviços à Caixa Econômica Federal.

Estamos posicionando-nos contra os maus servidores, aqueles que, em conluio com esses marginais, participam dessa operação criminosa de lavagem de dinheiro. Estamos tentando defender a integridade da Caixa Econômica Federal como instituição secular, da maior respeitabilidade em nosso País. Esse é o nosso desejo, razão do projeto e dos requerimentos aqui apresentados no dia de hoje.

E justifico, mais uma vez, aquilo que não é uma quebra de sigilo. Na verdade, ao receber essa documentação do Coaf, subscrevi documento, assumindo inteira responsabilidade pelo sigilo. Mas há momentos em que o dever suplanta a necessidade da preservação do sigilo em relação a marginais, que já estão sendo denunciados por vários crimes.

Há pessoas que se organizam em quadrilhas, para assaltar o dinheiro público e para afrontar o interesse da sociedade brasileira. Esse tipo de sigilo é

danoso, é nocivo aos interesses do País, e não podemos sustentá-lo.

Por essa razão, revelamos aqui alguns números e alguns nomes, certamente com a responsabilidade de quem tem o dever, na tribuna do Senado Federal, de responder às aspirações e de corresponder às expectativas da população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Gerson Camata, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Valter Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 97, DE 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeiro a inserção em ata de um Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Janete Mesquita de Faria, viúva do Suplente de Senador Osmundo Faria, mãe do Empresário Ricardo Faria e do Deputado Estadual Robinson Faria (Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte) e avó do atual Deputado Federal Fábio Faria.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2007. – Senador **José Agripino**, Líder do PFL Senado Federal.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS)
– Deferido. Será encaminhado o voto de pesar.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino Maia, autor do requerimento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tomei a iniciativa de apresentar esse requerimento de voto de pesar, traduzindo um sentimento que se instalou no meu Estado hoje, o Rio Grande do Norte, que é o de luto pelo falecimento de D. Janete Mesquita, uma senhora com tradição política e com muitas amizades no Estado, a quem visitei no Hospital Sírio-Libanês, na semana que antecedeu o carnaval. Ela já se encontrava enferma no leito do hospital, mas eu honestamente supunha – porque ela sempre foi muito forte – que resistisse a mais uma crise, que saísse do hospital e que vivesse mais bons anos.

Lamentavelmente, hoje, pela madrugada, veio a falecer, vítima de parada cardíaca, no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo. Todos os seus amigos estão lamentando profundamente; estão de luto e solidários com a família. Osmundo Faria, o esposo, já se foi. Eu o conheci no começo da minha vida pública e tinha por ele grande apreço. Os filhos, Ricardo Faria, empresário, Robinson Faria, atual Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, companheiro político de muitas jornadas, meu adversário e meu correligionário, mas sempre amigo, e o atual Deputado Fábio Farias, seu neto, formam a família política de Dona Janete, que compartilham conosco a dor da perda da avó, da mãe.

Em nome do povo do Rio Grande do Norte, manifesto – e estou certo de que obterei a aprovação desta Casa – o voto de pesar pelo seu falecimento.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS)

– A Mesa se associa à manifestação de pesar do Senador José Agripino, Líder e autor do requerimento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS)

– Concedo a palavra, por permuta...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas desejo endossar o requerimento do Senador José Agripino. Quando S. Ex^a fez referência à família Faria, lembrei-me de que, há 23 anos, como Presidente da Companhia de Fomento Agropecuário do Paraná, nós realizamos um negócio com a família Faria, trazendo sal do Rio Grande do Norte para distribuir aos pecuaristas do Paraná. E foi com a família Faria que nós nos entendemos. Essa família agiu com absoluta seriedade no negócio e nos abriu as portas para que fizéssemos um grande incentivo à pecuária de corte e de leite no Estado do Paraná. Fiquei sabendo agora da notícia e quero me associar, portanto, a esse voto de pesar.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS)

– Por permuta com o Senador Mozarildo Cavalcanti, a próxima oradora será a Senadora Ideli Salvatti e, em seguida, o Senador José Agripino, que vai falar como Líder do PFL.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero agradecer ao Senador Mozarildo a permuta, cumprimentar todos os senadores que se fazem presentes nesta sessão de segunda-feira,

pós-festejos carnavalescos em todo o País, e dizer que o que me traz à tribuna nesta tarde são alguns elementos extremamente animadores, que estamos acompanhando, de forma muito atenta, no meu estado e, obviamente, também no País.

Com relação aos elementos animadores a que me refiro – o resultado das políticas aplicadas em Santa Catarina –, tive a oportunidade de, na sexta-feira, participar da reunião do Conselho da Federação das Indústrias do Estado e perceber que a disposição do setor produtivo é muito grande. O clima está extremamente propositivo. O setor está com uma vontade e uma condição de trabalho imensamente favoráveis. Tivemos, na semana passada, uma resolução que, para o nosso Estado, eu diria, é estratégica: a Organização Internacional de Sanidade Animal (OIE) poderá, em maio, abrir e reconhecer o Estado de Santa Catarina como um Estado livre de aftosa sem vacinação. Essa condição nós já a temos há muito tempo. Santa Catarina faz um trabalho muito sistemático do combate à aftosa. Já nos livramos disso há muito tempo; inclusive, não é mais necessário fazer a vacinação do nosso rebanho, dadas as condições de sanidade animal no nosso estado.

Entretanto, tivemos o embargo das exportações da carne suína para a Rússia e estamos amargando a consequência. A história da febre aftosa em outros Estados acabou, em vários momentos, prejudicando a exportação de carne suína no território catarinense. Já obtivemos uma decisão preliminar e, provavelmente, a reunião da OIE no mês de maio deverá configurar e consolidar essa posição. Isso abre, obviamente, um grande espaço de ampliação do comércio e da exportação da carne suína que, em Santa Catarina, compõe toda uma cadeia que abrange desde as agroindústrias, as grandes agroindústrias brasileiras, que têm sede e atuação, até os nossos agricultores familiares, que trabalham em um sistema integrado entre a produção na agricultura familiar e a agroindústria. Portanto, tal resolução animou bastante o debate.

Os dados econômicos no estado também são bastante positivos, como o Caderno de Economia de um dos nossos principais jornais de Santa Catarina estampa em manchete de capa e em algumas de suas páginas:

“Emprego começa em alta em 2007.

Terminada a festa do Carnaval, o novo ano começa de fato para os brasileiros. E com boas notícias, já que 2007 promete ser o ano do emprego. Depois de congelar sua expansão em 2006, muitas empresas voltam a contratar e a investir.

Em Santa Catarina, os efeitos já são claros. O Sistema Nacional do Emprego (SINE) registra em todo

estado uma oferta de vagas de 26% maior do que no início do ano passado. Na capital, o índice [inclusive surpreendente] é de 70% [superior ao de janeiro de 2006].”

Portanto, esses são dados que animam o setor produtivo.

Um outro dado coincidiu com a publicação da questão do emprego. Todos sabem que Santa Catarina tem, em sua estrutura produtiva, um grande espaço e um grande posicionamento da micro e pequena empresa, tanto que a primeira organização dos pequenos, micro e médios empresários, a primeira Associação de Micro e Pequenas Empresas do País, é exatamente de Santa Catarina, nossa querida Ampe, de Blumenau. Portanto, se o resultado e os indicadores da atuação, do papel e do desempenho das micro e pequenas empresas no País são relevantes, no caso de Santa Catarina não preciso nem dizer o quanto é significativo.

Os números resultantes da ampliação do crédito para as micro e pequenas empresas em Santa Catarina foram também extremamente positivos. Os micro, pequenos e médios empresários catarinenses captaram mais dinheiro nos bancos públicos em 2006, sendo que a expansão foi de 51% no volume de crédito concedido pela Caixa para esse segmento em comparação com 2005. Esse percentual de 51% – portanto, mais da metade do crédito ofertado – permitiu que, ao invés de R\$1,3 bilhão, emprestado em 2005, em 2006, fosse ultrapassada a casa dos R\$2 bilhões só pela Caixa Econômica Federal. O Banco do Brasil também registrou recorde, inclusive percentualmente superior ao da Caixa – o da Caixa foi de 51% e o do Banco do Brasil foi de 53% –, num volume de recursos de R\$420 milhões a mais no caixa das empresas.

Portanto, esse resultado do crescimento do emprego na retomada do ano nas empresas catarinenses, como também esse crédito, esse volume de crédito significativo que as micro e pequenas empresas obtiveram ao longo de 2006, tanto na Caixa Econômica quanto no Banco do Brasil, dão uma sinalização extremamente positiva para a economia de Santa Catarina.

Se juntarmos ainda com a possibilidade de resolvermos de uma vez a nossa situação do bloqueio da exportação da carne suína, com todo o desencadear positivo que isso tem na cadeia produtiva da agroindústria dos nossos agricultores familiares, realmente o cenário para a economia de Santa Catarina, no ano de 2007, se apresenta extremamente promissor.

Além desses dados e dessas informações extremamente positivas para Santa Catarina, eu gostaria de realçar também alguns indicadores e números importantes para o País. Mas, antes de fazê-lo, eu não

poderia deixar aqui de registrar a minha satisfação e a repercussão que entendemos ser extremamente positiva para todos aqueles que entendem o Brasil como um país que tem condições de disputar espaços, de defender os seus interesse em todas as instâncias e órgãos de relacionamento, de comércio e de disputa internacional. Refiro-me à indicação, pelo Governo brasileiro, do economista Paulo Nogueira Batista Júnior para o Fundo Monetário Internacional.

Trata-se de uma personalidade que, ao longo de sua história, prestou relevantes serviços ao Brasil, inclusive em um período muito delicado da economia brasileira, quando discutimos a moratória junto ao Fundo Monetário Internacional. Na ocasião, Paulo Nogueira, um dos economistas mais novos da equipe de técnicos do Ministério da Fazenda que participava daquelas tratativas, desempenhou, naquele momento tão delicado para a economia brasileira, papel relevante. Ele tem na marca da sua atuação como economista – quem lê e acompanha os seus artigos publicados nos principais jornais sabe disso – a defesa intransigente dos interesses do Brasil, da soberania brasileira, dos interesses do nosso povo e da economia do nosso País.

Portanto, o economista Paulo Nogueira Batista, apesar de todas as críticas – ele não tem sido suave nas críticas que fez ao longo dos quatro anos, do primeiro mandato do Presidente Lula, com respeito à política de juros e a vários aspectos da política macroeconômica –, ganhou essa indicação, em primeiro lugar, pelo reconhecido trabalho que desempenha, mas também por sua respeitabilidade e pela defesa intransigente que faz dos interesses do nosso País.

Entendo que o Brasil estará muito bem representado no Fundo Monetário Internacional, Fundo que tivemos a capacidade de dispensar como financiador das crises econômicas do Brasil. Ficamos livres dessa necessidade, o que é algo muito importante.

Com relação a este novo momento que vivenciamos, em termos de macroeconomia, trago os indicadores que estão nos noticiários desses últimos dias. Foram divulgados números do risco país que ainda não haviam sido alcançados pela economia brasileira ao longo do período em que esse indicador passou a ser aferido.

Os jornais publicaram que, no dia 21 de fevereiro, o risco país fechou o dia em 180 pontos mais uma vez. É uma prova inequívoca da sustentabilidade e da confiança no Brasil. É isto que o risco país mede: a confiança. A interpretação que os investidores dão é de que o País passa a atrair investimentos, a atrair capital, pois sua vulnerabilidade está em decadência; ou seja, temos uma economia que nos permite captar investimentos. Essa medida, dada pelo risco país, sina-

liza de forma muito clara que não é mais tão perigoso, como foi em outras épocas, aplicar no Brasil.

Com o risco Brasil em queda, semana após semana, vimos registrando números extremamente auspiciosos. Podemos, então, comemorar investimentos estrangeiros diretos que ingressaram no mês de fevereiro, totalizando US\$1,3 bilhão. A totalidade do que ingressou chegou a US\$2,5 bilhões na abertura de 2007. Esse é o maior volume, nos meses iniciais do ano, desde 2000.

Assim, ao ligarmos o risco país em queda com o aumento da captação e dos investimentos internacionais, investimentos estrangeiros, temos uma medida exata do quanto estão positivos os indicadores da economia brasileira. E essa grande entrada de investimentos está levando o Banco Central a fazer uma revisão para cima, positiva, na projeção do ingresso total – inicialmente estimada em US\$18 bilhões – para algo superior. Portanto, teremos uma entrada de investimentos internacionais superior àquilo que o próprio Banco Central havia projetado no final do ano passado para o ano de 2007, e isso se deve exatamente a este casamento de queda do risco país e da ampliação da captação de investimentos estrangeiros diretos.

Se levarmos isso em consideração, com toda a polêmica que existe sobre o custo das operações do Banco Central, num movimento inclusive para buscar impedir a valorização ainda maior do real frente ao dólar, provavelmente nesta semana, deveremos chegar a US\$100 milhões de reservas internacionais para o País. E esses US\$100 milhões de reservas dão a dimensão exata da estabilidade, da confiança e da garantia da derrubada, de forma significativa, da vulnerabilidade que em outros momentos vivenciamos de modo tão gritante e angustiante pelo País.

É bom sempre lembrar que, em fevereiro de 2003, as reservas brasileiras não passavam de US\$13 milhões. Tínhamos ainda uma parte dos recursos emprestados pelo FMI, que fazia com que essas reservas passassem de US\$30 milhões, mas, descontada a dívida com o FMI – que tivemos a capacidade de saldar –, é bom lembrar que, de dinheiro brasileiro mesmo, eram apenas US\$13 milhões. Hoje, estamos com US\$100 milhões de reservas internacionais.

Portanto, essa notícia, juntamente com a do risco Brasil em queda e com a da ampliação da captação de investimentos estrangeiros, dá a dimensão exata das condições extremamente favoráveis com que estamos iniciando esse segundo mandato do Presidente Lula.

Há uma outra notícia, Senador Osmar Dias, que tenho certeza de que V. Ex^a deve também estar vendo com bons olhos. Refiro-me à perspectiva do PIB do agronegócio voltar a crescer. A avaliação da Con-

federação Nacional da Agricultura (CNA) é a de que, depois de ter amargado uma crise muito forte em 2005, em que tivemos um recuo muito grande do PIB, houve um pequeno crescimento no ano de 2006, o que já é uma reversão da curva.

Perspectivas extremamente positivas para o agronegócio brasileiro também apontam nesse sentido. Então, serão contemplados Estados que dependem fundamentalmente do agronegócio, como o Estado do Senador Osmar Dias, Paraná, Mato Grosso e outros. Com certeza, esses dados que estão sendo divulgados pela própria CNA são extremamente positivos e importantes.

Além desses bons números e indicadores positivos, cito uma reportagem publicada em **O Estado de S. Paulo**, segundo a qual os programas sociais fazem o Nordeste ter um *boom* de consumo. Conforme dados do próprio IBGE, lá, as vendas no varejo cresceram muito mais do que no resto do País. A própria reportagem e o Presidente da Federação do Comércio do Estado da Bahia, Sr. Carlos Amaral, vinculam esse crescimento do comércio aos programas de inclusão de renda e inclusão social do Governo Federal. Consideram tais programas como o principal motivo, o carro-chefe do aumento do comércio no Nordeste, inclusive muito acima da média do País. Enquanto as vendas no varejo em todo o País tiveram expansão de 6,2%, tivemos, no Nordeste, Estados que chegaram a crescer três vezes mais que a média de crescimento nacional. Esse foi o caso, por exemplo, do Estado de Alagoas, onde o comércio registrou alta de 18,7%.

Esse aumento de consumo, principalmente das classes D e E no Nordeste, fez com que tivéssemos, durante os quatro primeiros anos do mandato do Presidente Lula, crescimento maior do que o crescimento chinês em determinadas classes: houve classes que tiveram um crescimento de renda da ordem de 15%, 16%. Isso alavanca a economia, os investimentos nesses estados.

A reportagem traz dois exemplos que considero extremamente relevantes. Das catorze lojas da rede Wall Mart inauguradas em 2006, uma rede de lojas bastante voltada para o consumo popular, sete foram instaladas no Nordeste. Essa é uma demonstração clara de que, quando se mexe com o poder de compra, com o poder aquisitivo de largas faixas da população, induz-se o crescimento e os investimentos.

O mesmo se pode dizer em relação à indústria. E a reportagem traz aqui como exemplo a subsidiária brasileira da suíça Nestlé, que inaugurou há duas semanas uma fábrica em Feira de Santana, na Bahia. O investimento foi de R\$100 milhões.

Portanto, não só o comércio, mas a própria indústria define seus investimentos em função de modificações significativas na distribuição de renda numa determinada região.

Sr. Presidente, são esses os dados, os números extremamente positivos que trago não só do meu Estado como de outros Estados brasileiros. Eles refletem a realidade econômica e a conseqüente melhoria na qualidade de vida da população catarinense e brasileira nessa retomada dos trabalhos depois das atividades carnavalescas.

Agradeço a oportunidade e os minutos a mais com que o Presidente gentilmente me brindou.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS)

– Na condição de Líder, o próximo orador inscrito é o Senador José Agripino. O Líder dispõe de cinco minutos para fazer seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria muito de poder vangloriar-me dos US\$100 bilhões – não são US\$100 milhões – de reserva do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS)

– Senador José Agripino, antes de V. Ex^a dar prosseguimento a seu discurso, gostaria de chamar o Senador César Borges para presidir esta sessão, já que S. Ex^a, por sua posição hierárquica, é quem deve presidir estes trabalhos.

Continua com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado,

Sr. Presidente.

Eu falava sobre a reserva de US\$100 bilhões que o Brasil está completando por esses dias. Isso é muito bom por um lado, mas é péssimo por outro, e aqui tive oportunidade de falar sobre esse assunto.

Senadora Ideli, esses US\$100 bilhões são dinheiro que entra em conseqüência das exportações – exportações que não são feitas pelo Brasil, são feitas por produtores brasileiros que exportam e que recebem dólares em pagamento, dólares esses que o Banco Central transforma em reais para pagar quem exportou – ou em decorrência de investimentos no mercado financeiro, que aqui remunera o capital com risco mínimo, porque é empréstimo tomado pelo Governo, remunera a 13% – o rendimento desse dinheiro na **City** londrina ou em Wall Street seria de 4,5% ou de 5% de juros.

O que está acontecendo com o Brasil? O Brasil está acumulando reservas de US\$100 bilhões e, para manter essa pilha de dólares, está pagando 13%, que é a taxa Selic, para transformar esses dólares em reais. Já que não pode ficar com esse dinheiro parado, apli-

ca-o em títulos do Tesouro americano, aplica-o a 4,5%. Sendo assim, está pagando 13% para ter os dólares e os está aplicando a 4,5%, está tendo um deságio de US\$5 bilhões por ano. Para quê? Para chegar a *investment grade*, para atingir um grau de risco pequeno, quando nós, normalmente, já o estamos atingindo? Será que o Brasil pode prescindir desses US\$5 bilhões de investimentos? Creio que não.

Mas nem era sobre isso, Sr. Presidente, que eu queria falar. Queria falar sobre o Brasil real. Estou chegando do meu Estado, onde prazerosamente assisti a uma coisa que me encheu de orgulho.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a, como eu, preocupa-se com nosso País. Quero dizer-lhe que nem tudo está perdido. Estamos saturados de más fotografias, de más notícias, de maus exemplos. V. Ex^a viu aquela fotografia, na quarta-feira de cinzas, do caminhão entupido de brasileiros em processo de deportação? V. Ex^a viu aquela humilhação explícita, aquela fotografia mostrada ao mundo inteiro? São brasileiros que estão sendo deportados por vontade própria? Não, foram lá atrás de emprego, foram lá tentar sobreviver, obter a sobrevivência que não têm garantida aqui no Brasil. Foram para a América tentar o sonho americano, mas foram presos e jogados na carroceria de um caminhão, humilhados. A humilhação brasileira foi reportada na aquela fotografia. Esse também é o retrato do Brasil.

Preocupa-me demais o Brasil real, o Brasil da educação pessimamente avaliada – educação média avaliada pelo Enem; educação básica, pelo Saeb. Não sou eu quem faz a avaliação, mas, sim, o Enem ou o Saeb, que vêm demonstrando que a educação do Brasil é de muito má qualidade. Senador Arthur Virgílio, preocupo-me com o Brasil real, dos índices de desenvolvimento, o cerra-fila entre os emergentes do mundo. O Brasil real é isso.

Preocupa-me o Brasil real da Petrobras, da nossa Petrobras. A última pérola deste Governo foi conseguir baixar o lucro da Petrobras por uma ação política levada a efeito entre companheiros com Evo Morales. Resultado: baixam as ações da Petrobras na Bolsa de Valores, a insegurança jurídica é exportada para quem investe na Bolsa de Nova Iorque e nas ações da Petrobras, tudo por uma atitude que não precisava ser levada a efeito pelo Governo brasileiro. Para que isso?

Senador Arthur Virgílio, e a reforma agrária? Esta é a última deles agora: não anunciam mais as metas, por conta do desgaste decorrente de haver anunciado meta anteriormente e não tê-la atingido. Resultado: aqueles que querem fazer a reforma agrária e que são apadrinhados pelo Governo estão anunciando invasões recordes. E o Estado de direito? Não vai haver nada? Não vai haver repressão nenhuma? E como vai

ficar a imagem do Brasil lá fora? O Brasil real é isso. O que me preocupa é isso aí. V. Ex^a, que é do Norte, está atento?

Senador Heráclito, V. Ex^a é do Piauí. Lá no seu Piauí, como no meu Rio Grande do Norte, V. Ex^a está vendo que os trabalhadores rurais não estão mais querendo emprego com carteira assinada, não é verdade? V. Ex^a concorda comigo e sabe o porquê disso: com carteira assinada, não recebem Bolsa-Família. Estão habituando nosso conterrâneo pobre a ser esmoler, dependente, leniente, a viver da caridade do Governo, sem oportunidade, com porta de entrada para a pobreza, mas sem porta de saída. O Brasil real é isso. O Governo real é isso aí.

Senador Arthur Virgílio, Senador Pedro Simon – é claro que V. Ex^a é um dos mais brilhantes Senadores desta Casa –, está aí o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC. Vou dar um dado a V. Ex^a, para que nós todos fiquemos atentos: o PAC está propondo investimentos de R\$500 bilhões, prevendo um crescimento de 5% para o Brasil. Não vai crescer; infelizmente, não vai crescer. Os *experts* falam em 3%, 3,5%. Tudo bem se crescesse os 5%, mas, das 353 obras de infraestrutura previstas no PAC para os próximos quatro anos, cerca de cem – uma centena das 353 anunciadas pelo Governo – estão reclusas, estão carimbadas, estão recusadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) à espera de licença. Estão vendendo gato por lebre, estão anunciando obra que está bloqueada no Ibama pelos órgãos de meio ambiente, mas estão anunciando os investimentos. Querem nos enganar?!

E a última? Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a que é um homem atento, atentíssimo até, percebeu – já lhe concedo o aparte, Senador Pedro Simon – o que aconteceu na quarta-feira de Cinzas? O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, uma das maiores autoridades da República, foi seqüestrado por sete horas. Senador Santana, S. Ex^a não abriu a boca para dizer nada, conviveu com o dolo. S. Ex^a, Ministro de Estado, escondeu o fato, para não dar repercussão do Governo ao qual S. Ex^a presta serviços e que convive com a impunidade. A não-declaração dele é uma contribuição a mais, é um Waldomiro a mais, à impunidade.

Este é nosso País, é o País do João Hélio, esquartejado; tinha seis anos de idade e foi esquartejado nas ruas do Rio de Janeiro. Este é o País que me amargura, que me cria aperto no coração. Este é o País que temos de tentar melhorar, custe o que custar. É o País que estabelece um contra-ponto ao que vou dizer, uma boa notícia que acabou de acontecer em meu estado.

Antes, porém, ouço, com muito prazer, o Senador Arthur Virgílio e, em seguida, o Senador Pedro Simon.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador José Agripino, o discurso de V. Ex^a foi tão dinâmico, que acabei deixando para trás meu interesse inicial, que era a questão da Bolívia. Até compreendo, do ponto de vista da ação diplomática, o Governo querer disputar a influência sobre Evo Morales e a Bolívia com Chávez. Até entendo isso, pois o governo americano não tem feito diferente. Porém, o método foi completamente equivocado, foi equivocado desde lá detrás, quando se permitiu a invasão de ativos brasileiros, **manu militare**, desmoralizando literalmente nossa soberania. Mas muito bem, o resultado é que, desde o PAC, desde a manipulação dos recursos para investimento da Petrobras, visando a satisfazer o que se continha no PAC, culminando com os US\$100 milhões, que, em si, não são muita coisa...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – São US\$100 bilhões, são reservas de US\$100 bilhões.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Não, são US\$100 milhões.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Tem razão V. Ex^a. São ganhos da Bolívia.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – São US\$100 milhões. É pouco, mas representou, junto com o desvio de finalidade da Petrobras provocado pelo PAC, 8,7% de queda nas ações daquela empresa, o que significa o aumento do risco político da Petrobras, o que significa que essa empresa está deixando de ter seus papéis entre os mais recomendados pelas agências que calculam o risco.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Está deixando de ser recomendada. Está deixando de merecer recomendação.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Levando em conta que é uma empresa de capital aberto, os acionistas têm o direito de reclamar, afinal de contas ela faz prospecção em águas profundas, com uma tecnologia invejada pelo mundo inteiro, porque a Petrobras remunera seus acionistas, e novos acionistas se agregam ao funcionamento da empresa. Vou registrar aqui uma coisa triste: o proprietário da Rede Amazônica de Televisão, meu prezado amigo Dr. Phellippe Daou, que retransmite a Globo no meu estado, foi assaltado em sua casa e ficou refém dos ladrões durante um bom tempo também. Isso mostra como é brasileiro o problema da insegurança. Vimos o caso de Guido Mantega, que, ainda por cima, não deu queixa. O Ministro deveria ter dado queixa, mas não o fez. O dever de quem vê um ato delituoso ou é vítima dele é dizer com clareza aquilo que viu ou que fez. Preferiu manter um *low profile*

le, não sei bem o porquê. Há tempos, nada mais, nada menos que dois eminentes magistrados da República brasileira, da Suprema Corte brasileira – a Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ellen Gracie, e o Ministro Gilmar Mendes –, foram assaltados na Linha Vermelha, no Rio de Janeiro. Graças a Deus, com relação a todas as pessoas que citei, não aconteceu nenhum arranhão físico! O arranhão psicológico sempre acontece. Referia-me a quatro pessoas, Senador José Agripino, que teriam supostamente capacidade de encontrar meios de se defenderem dessa maré de insegurança que por aí grassa. Pergunto: como estaria o cidadão comum, o cidadão das ruas? Como estaria se sentindo aquele que não sabe se sua filha volta para casa ou é estuprada pelo meio do caminho? Como estaria o cidadão que é obrigado a pagar um pedágio para atravessar uma ponte num bairro qualquer da periferia de qualquer cidade brasileira? Ou seja, caiu por terra aquela história de que era o PSDB ou o seu Partido, o PFL, que dirigia São Paulo e que, por isso, São Paulo seria um caos. São os Estados todos, dirigidos pelos Governadores todos, eleitos pelos Partidos todos. Ou seja, há uma questão basicamente nacional, que é a questão da segurança, que tem de ser enfrentada para valer, sob pena de perdermos não só o bonde da própria cidadania garantida, como também fatias significativas do nosso território. Estamos nós, Nação, devo admitir, de joelhos diante do crime organizado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, obrigado pelo seu aparte sempre lúcido e enriquecedor. V. Ex^a tem toda a razão na hora em que apresenta esse condimento importante da questão Petrobras. Na relação das 50 maiores empresas do mundo, ano após ano, a Petrobras sempre está presente, mas tenho medo de que venhamos a perder também essa posição por atitudes políticas.

Finalmente, o Brasil resolveu – ele que tem a maioria das ações da Petrobras e o controle administrativo – adotar posturas políticas, pouco importando o interesse do acionista privado, brasileiro ou estrangeiro. Para o Governo brasileiro, se é para fazer um mimo a Evo Morales, se é para fazer uma graça ao Paraguai ou à Venezuela, pouco importa o interesse nacional, pouco importa o preço pelo qual o consumidor paulista vai pagar o gás que venha da Bolívia. E a consequência, ainda por cima, queda e coice, é a desvalorização do patrimônio da Petrobras, que é do povo brasileiro.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a falou sobre o caso de um conterrâneo no Amazonas. No meu estado, no último fim de semana, um amigo meu, médico, e a filha de um grande amigo meu estavam na praia. O direito de ir e vir e o direito ao lazer, hoje, estão **sub judice**,

estão numa espécie de fio da navalha. Senador Pedro Simon, hoje, normalmente, as pessoas, para saírem daqui para ali, estão meio atemorizadas. Agora, era só o que faltava! Meus contrerrâneos do Rio Grande do Norte, que têm casa de praia, têm de contratar segurança pesada, com colete à prova de bala. E, mesmo com segurança, têm as casas invadidas e parte da família seqüestrada. É assim que está o Brasil!

Senador Pedro Simon, V. Ex^a já ouviu alguma manifestação do Ministro Márcio Thomaz Bastos, recentemente, sobre o caso João Hélio? O Ministro foi rapidíssimo no gatilho na questão do Francenildo, o caseiro. Foi rapidíssimo nessa questão! Foi rapidíssimo na questão do PCC, mandando tropas para o Rio de Janeiro e para São Paulo. No caso do menino João Hélio, até agora, não ouvi uma palavra sequer sobre a questão que indignou e continua a indignar o Brasil inteiro. O caso de João Hélio é o retrato da insegurança deste País.

Ouçó, com prazer, o Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Felicito V. Ex^a pelo importante pronunciamento. Acompanho V. Ex^a desde o início de seu mandato como Senador e vejo, com muita alegria, como essa Liderança lhe fez bem. V. Ex^a era um Senador competente, capaz, culto, mas especializado no seu Nordeste. Hoje, V. Ex^a, indiscutivelmente, é um dos melhores e um dos mais competentes Senadores que passaram por esta Casa. Fico muito feliz quando vejo uma evolução positiva, mostrando que o Congresso nem sempre é aquilo que se fala, um lugar onde não se encontra nada de positivo, uma escola não-dirigida para o aprendizado, para o crescimento, mas que diminui. V. Ex^a é hoje um dos grandes formadores de opinião e, o que é mais importante, é um dos grandes analistas da sociedade e da comunidade brasileira. Fico muito feliz em acompanhar suas manifestações na tribuna desde o início de seu mandato até agora, quando demonstra sua extraordinária liderança. Mas quero apenas dizer a V. Ex^a que uma das coisas que se fala é que o Ministro da Fazenda preferiu não abordar muito o assunto do seqüestro, porque os seqüestradores teriam feito tudo sem reconhecê-lo, eles não sabiam de quem se tratava. Quando souberam que era o Ministro da Fazenda, pediram-lhe desculpas, levaram as coisas do outro e dele não levaram nada. Então, ele preferiu ir para casa e não dar queixa de coisa alguma. Mas V. Ex^a referiu-se a uma questão séria: vários projetos que estão no Governo, no plano de desenvolvimento extraordinário, têm o veto de setores do meio ambiente, e, no entanto, a imprensa tem publicado sobre eles. Se há uma Ministra por quem tenho um carinho muito grande, um respeito muito grande, pela sua competência e serie-

dade, é nossa Colega Marina. A imprensa publica que S. Ex^a deverá ficar, desde que seja mais flexível aos interesses dos projetos que estão para serem decididos na sua órbita e que são considerados de importância fundamental pelo Governo. Considera-se que a Ministra deve ser mais complacente com a questão do meio ambiente. É uma situação muito, muito delicada. Sente-se que está havendo uma pressão sobre a Ministra. Há uma unanimidade de simpatia para que S. Ex^a continue, mas, ao mesmo tempo, há a expectativa de que S. Ex^a entenda o que disse o Presidente Lula: o Brasil precisa crescer tanto aqui, tanto lá, que, quanto ao problema do meio ambiente, devem ser feitas algumas concessões. Isso é realmente muito perigoso.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Pedro Simon, obrigado pela palavra amiga. Aqui, sou apenas um aprendiz de todos os Senadores. Cada qual evolui, porque as referências são positivas. E V. Ex^a é uma das melhores referências para quem quer trabalhar e ter um parâmetro de comparação. Se, humildemente, ao longo do tempo, venho procurando esmerar-me no trato do interesse coletivo, eu o faço porque observo pessoas em quem posso me espelhar – e são muitas nesta Casa, e V. Ex^a é uma das melhores.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Adelmir Santana.

O Sr. Adelmir Santana (PFL – DF) – Senador, eu estava atentamente ouvindo o discurso de V. Ex^a, e me chamou a atenção a questão dos US\$100 bilhões de reserva – a cifra aproxima-se desse valor. É bom que se faça uma retrospectiva e que saibamos que, em abril de 2002, essas reservas estavam em US\$32 bilhões, que a última informação oficial, de janeiro, é a de que estava em US\$91 bilhões e que, nos próximos dias, provavelmente, chegaremos a US\$100 bilhões. Qual deveria ser a acumulação de reserva para um país como o Brasil na situação atual? O País deveria precaver-se de crises externas, acumulando mais reservas? Certamente, não, porque isso tem um custo. A economia mundial é favorável, e, naturalmente, quando se adquirem mais dólares, como V. Ex^a disse, está-se pagando a taxa Selic. No ano passado, Senador José Agripino, foram adquiridos US\$33 bilhões, vamos supor a um custo líquido de 10%, apenas para ser parcimonioso e não falar da taxa Selic, supondo uma taxa de câmbio médio de R\$2,15, e isso implicou um custo no Tesouro Nacional de cerca de US\$7 bilhões. Isso significa o dobro do que foi investido, por meio do Ministério dos Transportes, que chegou a apenas US\$4 bilhões de desembolso efetivo no ano de 2006. Para que tanta reserva de caixa? Essa é a pergunta. Eu queria associar-me a V. Ex^a, fazendo esse questionamento. É preciso que fiquemos atentos a essas questões.

V. Ex^a cita o trabalhador que, hoje, recusa, inclusive, o emprego formal, sob pena de perder os benefícios da esmola. Também na Bahia, a imprensa cita alguns Municípios baianos em que os trabalhadores fazem textualmente a recusa de empregos formais ou do registro de carteira, porque isso significará, certamente, a perda do Bolsa-Família. Então, é preciso que fiquemos atentos a isso. Com relação ao PAC, dos R\$503 bilhões, R\$200 milhões estão previstos para virem da iniciativa privada. No entanto, os processos regulatórios, as agências reguladoras precisam ser naturalmente valorizadas, fortalecidas, porque, do contrário, com a insegurança do ponto de vista jurídico e do ponto de vista da própria remuneração do capital, provavelmente não contaremos com esses investimentos da iniciativa privada. Associo-me, portanto, ao pronunciamento de V. Ex^a, apresentando também essa preocupação com relação ao trabalho formal no País. Muito obrigado pelo aparte e pela consideração.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Adelmir Santana, V. Ex^a é novato, é uma boa novidade e quero lhe dar um conselho: habitue-se a falar, fale sempre. V. Ex^a tem uma contribuição boa a dar a esta Casa, com manifestações de qualidade como a que acaba de fazer. Esta Casa tem de ocupar seu espaço com o debate consistente, para que as pessoas que nos vêem e que nos ouvem pela TV Senado possam formar opinião, por meio de verdades ditas por Senadores como Pedro Simon, Arthur Virgílio e V. Ex^a. Perca a inibição, fale! Fale, pois já vi que V. Ex^a terá uma contribuição muito boa a dar ao debate consistente nesta Casa! Fale, que o povo do Brasil vai lhe agradecer!

Sr. Presidente, já vou concluir, mas não quero deixar de dar a boa notícia que, apesar de tudo, trago a esta Casa e que recolhi no meu Estado.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a sabe que, de anos para cá – não é deste Governo somente, mas de anos para cá –, nossos melhores talentos, cientistas brasileiros, por razões diversas, foram embora. Foram pesquisar nos Estados Unidos, na Alemanha, no Japão, foram embora.

Senador Arthur Virgílio, fiz questão de, no sábado à noite, às 20 horas, pedir uma audiência a um cidadão que eu não conhecia, chamado Miguel Nicolelis. Ele é brasileiro, mora nos Estados Unidos, em North Carolina, é Professor emérito da Duke University e pesquisador e tomou a iniciativa, Senador Pedro Simon, de procurar o Governo brasileiro, que o atendeu, e a de procurar doadores do padrão Safra, Banco Safra, por exemplo, para ele instalar, em um Estado do Nordeste, especificamente no Rio Grande do Norte, o Instituto Internacional de Neurociência de Natal. O que é isso, Senador Arthur Virgílio?

Senador César Borges, V. Ex^a é baiano, mas não fique com inveja: meu Estado sediará um centro de excelência de pesquisas, para tratar, por exemplo, do caso em que um filho de um brasileiro sofre um acidente, fica paraplégico, perde os movimentos de braços e de mãos, mas mantém intacta a capacidade do cérebro. As pesquisas já apresentam – e isso está ocorrendo no Estado no Rio Grande do Norte, porque o Instituto já vem funcionando há algum tempo; apenas a inauguração foi agora – bons resultados. Trabalha-se com primatas e com sagüis, e já há bons resultados do impulso elétrico do cérebro, acionando robôs, para que o impulso do cérebro possa devolver àqueles que perderam os braços e as mãos os movimentos de forma artificial. Essa e outras investigações de caráter científico irão beneficiar o mundo inteiro.

Então, poderiam perguntar: “Mas que cientistas são esses?”.

Senador César Borges, eu nunca tinha visto um ganhador de Prêmio Nobel. Em Natal, nesse fim de semana, Senador Adelmir Santana, havia dois ganhadores de Prêmio Nobel, estrangeiros, que foram lá anonimamente para a inauguração do Instituto Internacional de Neurociência de Natal. Vêm cientistas do mundo inteiro morar em Natal – que é uma bela capital, a minha capital, agradável – e pesquisar. Vêm talentos, gênios que eles estão identificando, descobrindo e trazendo para Natal. Estão fazendo um trabalho de caráter social em Natal e em Macaíba e, além disso, estão preparando jovens carentes em Física, em Química, em Biologia, em Neurologia.

É uma pérola o que está acontecendo, com a motivação do Professor-Doutor Miguel Nicolelis, que veio da Carolina do Norte, voluntariamente. O Governo brasileiro o está ajudando – e aqui faço justiça –, mas ele conseguiu muito mais do que o Governo brasileiro deu em doações privadas. É campeão em doações privadas, pela seriedade do seu trabalho, e está brindando meu Estado, o Rio Grande do Norte. É um processo inverso. Em vez de nossos cientistas continuarem a ir embora, o Dr. Nicolelis está trazendo alguns de volta.

Nem tudo está perdido. Ainda resta alguma esperança.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Valter Pereira, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. César Borges, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)
– Agradeço ao nobre Líder José Agripino.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 98, DE 2007

Requer Voto de Aplauso à Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, e ao povo do Amazonas pelo transcurso de 40º aniversário de sua criação.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, pelo transcurso, no dia 28 de fevereiro de 2007, do 40º aniversário de sua criação.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da Superintendente da Suframa, Drª Flávia Grosso.

Justificação

O Voto ora requerido justifica-se. O notável desempenho do Pólo Industrial de Manaus, que registra ascensão no ritmo de produção e das exportações. O Pólo Industrial de Manaus atravessa, graças a sua excelente administração, fase de grande crescimento. No final do ano passado, a Suframa aprovou 300 projetos para novos empreendimentos, que irão resultar em 6 mil empregos. Por tudo, e em especial pelo 40º ano de atividades do Pólo, o voto de aplauso é merecido.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 99, DE 2007

Senhor Presidente,

Com fundamento no disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e, com base no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a Vossa Excelência o encaminhamento ao Ministro das Comunicações, o pedido de informações sobre as seguintes questões:

1) Qual a meta (população/fixação de prazos) de famílias do Estado do Amapá a serem atendidas no Plano de Universalização da Telefonia?

2) Com uma teledensidade de apenas 13 telefones fixos por 100 habitantes, qual foi a meta de teledensidade estabelecida no protocolo de privatização do Sistema Telebrás para o Estado do Amapá para o ano de 2007? Esses protocolos estão sendo cumpridos pelas operadoras?

Justificação

Ao promover a privatização do sistema telebrás, o governo brasileiro estabeleceu metas a serem cumpridas pelas operadoras de telefonia fixa e móvel, onde se fixou atender as regiões menos atrativas do País, a exemplo da região Norte do Brasil.

Contudo, o que se verifica é o descaso das operadoras de telefonia com a expansão de seus serviços nos estados do Norte do País, em especial, o Amapá, que padece da pior teledensidade do País, com apenas 13 telefones fixos por 100 habitantes.

Interessa, portanto ao Senado Federal saber qual é a previsão de expansão do sistema telefônico fixo prevista no protocolo de privatização do sistema telebrás para o Estado do Amapá para o ano de 2007, como também, qual a programação de atendimento à população amapaense no Plano de Universalização da Telefonia.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2007. – Senador **Papaléo Paes**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 19/07- CDH

Brasília, 15 de fevereiro de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição combinado como o parágrafo 2º, do artigo 91 e art. 282, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão aprovou em primeiro turno o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2004, que “Altera o **caput** do art. 50 da Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para criar o Cadastro Nacional de Adoções, contendo as listagens de crianças e adolescentes em condições de serem adotadas e pessoas interessadas na adoção”.

Atenciosamente, Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2004, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, que, há algum tempo, já está na expectativa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente, para fazer um encaminhamento à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Concedo a palavra, com a permissão do Senador Pedro Simon, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se quiser falar antes de mim...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Será apenas um minuto, Senador. É a vez de V. Ex^a, e o ouvirei com muito respeito.

Sr. Presidente, quero encaminhar à Mesa, antes de ouvir o Senador Pedro Simon, um curto pronunciamento, registrando que a Suframa aprovou duzentos e setenta e nove projetos para implantação, diversificação e atualização de indústrias, representando seis mil novos empregos, só no final do ano passado. Ao comemorar, agora, quarenta anos de existência, quatrocentos outros projetos estão na bica para serem examinados pelo Conselho de Administração dessa entidade. Encaminho-o à Mesa.

Muito obrigado.

SEGUE NA ÍNTEGRA PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil precisa criar empregos para crescer. E o Amazonas vem respondendo à altura a essa meta, pela correta atuação do Pólo Industrial de Manaus. Só no final do ano passado, a Suframa aprovou 279 projetos para a implantação, a diversificação e a atualização de indústrias, representando 6 mil novos empregos na área.

Nesta semana, em meio à comemoração dos 40 anos da ZFM, 400 novos outros projetos serão examinados pelo Conselho de Administração da entidade, conduzida pela Dr^a Flávia Grosso.

Nesta semana, em que o Pólo Industrial de Manaus chega a quase meio século, estou anexando a este pronunciamento matérias publicadas pelo jornal **O Estado de S. Paulo** refletindo a pujança do Amazonas na economia brasileira.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Suframa vai analisar 300 projetos nesta semana

Nesta semana, quando se comemora o aniversário de 40 anos da Zona Franca de Manaus, mais de 300 projetos de implantação ou diversificação de empresas estão na pauta do Conselho de Administração da Suframa. Na última reunião do ano passado, foram aprovados 279 projetos, entre os de implantação, diversificação e atualização de indústrias.

Segundo a superintendente da Suframa, Flávia Grosso, os 279 projetos podem criar mais de 6 mil novos empregos diretos em três anos, prazo que os empresários têm para fazer os investimentos e começar a gozar dos incentivos fiscais.

A superintendente afirma que a Zona Franca de Manaus gera cerca de 100 mil empregos e a única queda em 40 anos foi no início da década de 1990. O ano passado fechou com 3 mil demissões, a maioria em dezembro, segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, Valdemir Santana.

Neste ano, em janeiro, foram contabilizadas cerca de 400 demissões, a maioria de contratos temporários para o fim de ano, também de acordo com o presidente do sindicato. O ESTADO DE S. PAULO, 15 FEV 06

Domingo, 25 fevereiro de 2007

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Zona Franca aposta na TV digital para manter crescimento acelerado

Tecnologia e pólo gasoquímico dão novo impulso a Manaus, cuja receita industrial aumentou 20% em 2006

Agnaldo Brito

A Zona Franca de Manaus (ZFM), que comemora 40 anos na quarta-feira, vive uma nova onda de expansão no Pólo Industrial de Manaus (PIM), onde as 450 empresas beneficiadas com renúncia fiscal estão puxando um ritmo acelerado de crescimento.

Além da ampliação da produção de motos e o já tradicional pólo eletroeletrônico (que respondeu por 34,4% das receitas do pólo no ano passado), novos negócios prometem dar novo impulso à região.

O primeiro e mais promissor é a TV digital, que deve ganhar força a partir de 2008, quando o sistema começar a tomar lugar da TV analógica. No anúncio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o governo federal elegeu Manaus como o pólo produtor dos produtos de consumo da TV digital. Entre os produtos estão o próprio aparelho de TV digital, como o conversor de sinal analógico para digital, o chamado set top box.

A Zona Franca disputava com outras regiões do País o direito de produzir o item. Outras regiões, como Santa Rita do Sapucaí (MG), negociava a concessão de incentivos semelhantes aos da ZFM para a produção desses produtos em qualquer região do País. Manaus venceu a briga e agora começa a estimar o efeito econômico positivo que isso vai produzir.

O segundo meganegócio avaliado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), agência do governo federal responsável pela gestão do desenvolvimento da região, está num plano já pronto de industrialização do gás natural produzido pela Petrobrás no campo de Urucu, no meio da floresta amazônica.

Segundo José Alberto da Costa Machado, coordenador-geral de Estudos Econômicos e Empresariais da Suframa, o investimento previsto no pólo gasoquímico alcança US\$ 1,1 bilhão e, quando pronto, poderá gerar receita anual de US\$ 1,6 bilhão com os insumos usados na indústria petroquímica ou de fertilizantes. A previsão é que o gás natural deverá chegar a Manaus em 2008.

A Suframa ainda não mensurou os investimentos totais, mas avalia que os ingressos sejam tão ou mais fortes que aqueles que entraram na economia da região desde o início da década. "O total de investi-

mentos aplicados no pólo nos últimos cinco anos soma US\$ 8 bilhões. A expansão dos negócios já consolidados e o surgimento de novos vai atrair mais capital”, diz Machado.

RECEITA

O volume de investimentos nos últimos anos e a transformação da Zona Franca numa região não apenas importadora, mas produtora dos próprios insumos, resultou em crescimentos constantes de faturamento na região. “A idéia de que o Pólo Industrial é uma região maquiadora é antiga e equivocada. Mais da metade dos insumos industriais usados na região são comprados no Brasil”, afirma o coordenador de estudos da Suframa.

Segundo ele, dos 52% dos insumos industriais consumidos por Manaus, 38% são produtos adquiridos no próprio pólo. “Há uma cadeia industrial sendo montada na área”, sustenta Machado. O resultado, explica, refletiu-se no balanço geral do faturamento.

A receita do conjunto da indústria do Pólo Industrial cresce anualmente acima de dois dígitos, o que fez o faturamento dobrar em três anos, passando de US\$ 10,5 bilhões para US\$ 22,8 bilhões no ano passado. A previsão da Suframa é que a indústria local eleve em 15% o faturamento neste ano, com perspectiva de crescimentos ainda mais fortes a partir de 2008, devido aos novos setores.

PROJETOS APROVADOS

Em projetos enquadrados no Processo Produtivo Básico (PPB) e beneficiados com isenções tributárias de Imposto de Importação (II) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a Suframa aprovou no ano passado 277 projetos. São projetos que prevêem a construção de novas fábricas ou a ampliação de indústrias já instaladas. O investimento previsto para esse conjunto de empreendimentos é de US\$ 2,251 bilhões. Pelas regras do PPB, a empresa enquadrada no processo e beneficiada com as isenções tem três anos para viabilizar a implantação de indústrias, antes de expirar o aval da Suframa.

Nem todas saem do papel. Desde 2000, a Suframa aprovou mais de 1,6 mil projetos, que previam investimentos de mais de US\$ 19 bilhões. Apenas US\$ 8 bilhões se viabilizaram. Mesmo assim, o Pólo Industrial de Manaus se transformou num resultado promissor de uma política dirigida de governo. Principalmente como esforço para proteger a floresta amazônica. O Estado do Amazonas mantém 98% da cobertura vegetal intocada. “Sem o pólo, isso não seria possível”, diz Machado.

Tecnologia atrai novos investidores

Existem mais de 30 interessados na produção de conversores

Liege Albuquerque

Mesmo sem a definição do governo federal sobre o software para os conversores de TV digital (set top

VERSÃO ADOBE em PDF

Shopping Estádio

boxes), há mais de 30 empresas na fila para se instalar no Pólo Industrial da Zona Franca de Manaus para produzir os equipamentos. O espectador que quiser continuar com os televisores atuais, analógicos, e receber o sinal digital precisará comprar um conversor. O governo prevê o início das transmissões digitais, que irão trazer imagens e som melhores e, talvez, serviços interativos, em dezembro.

Hoje, 13 empresas em Manaus produzem cerca de 90% dos conversores de televisão por assinatura via satélite ou cabo usados no País. Há ainda três em instalação e três dezenas já tiveram seus projetos de instalação nas reuniões do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufrema).

Até a metade do semestre, a Masa, a Semp-Toshiba e a SVA devem se instalar em Manaus para produzir os conversores. “Todas as empresas têm capacidade de dobrar a produção para começar a fabricar os conversores para TV digital”, afirma o presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam), Maurício Loureiro. Hoje, as empresas instaladas produzem 310 mil unidades por mês. No ano passado, foram produzidos 3,1 milhões de conversores para TV via satélite e 610 mil para sistema a cabo.

Segundo levantamento do Cieam, existem cerca de 50 milhões de televisores que podem incorporar os conversores. O prazo dado pelo governo federal para a transição é de dez anos. “Nesse prazo, os fabricantes passarão a produzir os televisores com o conversor embutido, o que reduzirá a produção ao longo do tempo”, disse Loureiro. “Mesmo assim, se dividirmos a demanda de 50 milhões pelos 120 meses, teremos uma produção média de 417 mil unidades por mês. Se hoje já fabricamos 310 mil por mês, produzir essa diferença não será nada difícil para o Pólo Industrial.”

Para o presidente do Cieam, a expectativa é de que os 5 mil empregos gerados pelas empresas na fabricação desses componentes possam crescer de 15% a 20%, tomando-se por base um aumento de produção em 34,4% para atender a demanda dos próximos cinco anos.

Uma das maiores produtoras de conversores em Ma-

naus é a Thomson Multimídia, que faz cerca de 120 mil unidades por mês. Segundo o diretor da empresa, Wilson Périco, a indústria gasta cerca de US\$ 60 em matéria-prima para produzir cada conversor de televisão por assinatura. “O valor não será muito maior dos componentes de conversão para TV digital.”

Como o governo federal pretende começar as transmissões experimentais do sinal digital em São Paulo no fim deste ano, Périco acredita que as indústrias do Pólo Industrial de Manaus ainda têm cerca de 18 meses para começar a produzir os equipamentos, depois de definido o software. “Acreditamos que a fabricação dos componentes (para conversores do sistema digital) só começará em 2009.”

Manaus é paraíso das fábricas de motos

Setor faturou US\$ 4,1 bi em 2006, o equivalente a 18,3% da Zona Franca

Cleide Silva

Quase a totalidade das mais de 1,4 milhão de motocicletas produzidas no Brasil no ano passado saiu das linhas de montagem de Manaus (AM). Das 12 fabricantes em operação no País, só três microempresas não estão no pólo da Zona Franca. A Honda, sozinha, detém 80% de um mercado que teve as vendas multiplicadas por dez a partir de 1994. O crescimento contínuo dos negócios atrai novas montadoras para a região, especialmente as chinesas.

Em 2006, o setor de duas rodas de Manaus faturou US\$ 4,1 bilhões, o equivalente a 18,3% do total arrecadado pelo pólo industrial. Só as fabricantes de motos são responsáveis por cerca de 10 mil empregos (7,5 mil na Honda) e as 25 empresas de motopeças por outros 3,5 mil, segundo a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas (Abraciclo).

De acordo com o presidente da Abraciclo, Paulo Takeuchi, o custo de produção em Manaus é em média 25% mais baixo do que em outros Estados. “Temos incentivos, mas também há a contrapartida dos custos de logística e insumos, que são mais altos”, informa.

A Honda já investiu US\$ 600 milhões na fábrica instalada na Zona Franca em 1976. Este ano devem ser aplicados mais US\$ 100 milhões para ampliar a produção em 20%, atingindo volume recorde de 1,35 milhão de motocicletas. “Operamos no limite da capacidade e ano a ano temos de adaptar a fábrica à demanda do mercado”, diz Issao Mizoguchi, diretor industrial da empresa.

As motos campeãs de venda da marca - os modelos Biz e CG, na categoria de 125 a 150 cilindradas - têm mais de 90% de peças produzidas no Brasil, parte delas na própria Zona Franca. “É o setor que mais tem componentes agregados no distrito”, informa Yeda Maria de Oliveira, chefe do escritório de representação do governo do Amazonas em São Paulo.

A filial brasileira da Honda, a quarta maior do grupo japonês, tem centro de desenvolvimento próprio e seus projetos só vão para a matriz para aprovação. Um dos projetos já em execução é a adaptação das motos ao Euro III, programa que exige a redução de emissões de poluentes a partir de 2009.

A fábrica tem modelo único no grupo, com alta verticalização. “Temos vários componentes fabricados internamente, como escapamento, rodas de alumínio e de aço e assentos”, diz Mizoguchi. Nas demais unidades da multinacional, as peças são adquiridas de terceiros.

A Yamaha, responsável por 14% das motos vendidas no País, também iniciou em 2006 a produção de partes e peças para motocicletas estampadas, soldadas e pintadas, segundo a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

ATRATIVOS

A produção total prevista para este ano pela Abraciclo é de 1,6 milhão de motos entre as associadas da entidade (Honda, Yamaha, Sundown, Kasinski e Harley-Davidson) e cerca de 60 mil a 70 mil entre marcas não filiadas, como Suzuki, Bramont, Ava/Kawasaki e Garini.

O mercado brasileiro deve consumir mais de 1,45 milhão de unidades este ano, quase 200 mil a mais que no ano passado. Em 1994, as vendas somaram 127 mil unidades. Desde então, o mercado cresce em média 20% ao ano. As exportações estão em queda por causa do câmbio, mas a Honda tenta manter o volume de 120 mil unidades exportadas em 2006.

Na avaliação de Takeuchi, o boom do mercado de duas rodas se deve ao preço mais acessível do veículo em relação ao carro, às baixas prestações do financiamento e à necessidade de locomoção mais ágil em grandes centros urbanos.

O mercado brasileiro, o quarto ou quinto maior do mundo, atrai novas fabricantes, especialmente as chinesas, que chegam para produzir modelos populares de baixa cilindrada, os mais vendidos no País, com preços na faixa de R\$ 4 mil.

Estão com projetos aprovados, mas ainda não iniciaram operações, a Haobao, AME - Amazonas Motocicletas Especiais, Jimmy e Dafra, a maioria marcas chinesas que vão operar com parceiros nacionais. A Traxx, com instalações em Fortaleza (CE), deve mudar-se para Manaus. No Ceará está também a Mottus, fabricante de mobiletes, e em São Paulo está a Miza, que iniciou operações de montagem de motos chinesas e japonesas em janeiro.

As empresas são atraídas para Manaus pelos incentivos previstos no Processo Produtivo Básico (PPB), como isenção de vários impostos.



O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– Está feito o registro, nobre Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra, por vinte minutos, ao Senador Pedro Simon, seguindo a lista de oradores.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de repente parece que o planeta se transformou no cenário de um filme dirigido por Steven Spielberg, produzido pela ONU, escrito por seiscentos cientistas de quarenta países, sobre a devastação da natureza. Neste documentário, somos nós os protagonistas, ora mocinhos, ora vilões. É bem verdade que muitos são apenas meros coadjuvantes nessa história dramática e que morrem sem serem reconhecidos, quase sempre nem mesmo conhecidos, porque, nesse mesmo roteiro, lhes foram reservados papéis de figurantes.

O documento da ONU pinta, com tintas carregadas, os cenários do meio ambiente, neste século que ainda engatinha. A principal questão é o chamado aquecimento global. A permanecer a situação de agora, de total desrespeito à natureza, as temperaturas médias deverão subir entre 1,8 grau e 4 graus, isso sobre os níveis atuais dos termômetros, que já estão alterados em escala nunca sentida antes. É muito mais fácil enumerar as causas, porque razões são geralmente coisas do passado, ainda que muito mais evidentes no presente. O que mais preocupa a humanidade, e os cientistas em particular, são as consequências que deverão advir num futuro nem tão longínquo.

Se nada for feito imediatamente os ares da Terra receberão mais de 1,4 quatrilhões de CO² até o final deste século. Isso significa algo como 14 trilhões de quilos de poluentes por ano ou mais de 38 bilhões por dia ou mais de 1,5 bilhão por hora e assim por diante. São projeções a partir de números reais, do passado recente, quando os zeros à direita dos poluidores do ar sempre equivaleram aos zeros à esquerda dos formuladores de política.

A elevação dos níveis dos oceanos e dos mares na escala prevista poderá dizimar cidades litorâneas inteiras, normalmente onde se concentra grande parcela da população. Se, com a situação atual, catástrofes como as de Nova Orleans são capazes de tamanho estrago, imaginem o que poderá acontecer no futuro em países como a Holanda ou mesmo nas grandes cidades costeiras do Nordeste e do Rio de Janeiro.

Hoje, por exemplo, os guias turísticos de grandes cavernas, nas suas longas e quase sempre decoradas explicações sobre tamanhos vãos subterrâneos, desenhavam cenários de fundo do mar em outras distantes eras: “Aqui, um dia, foi mar”. Se confirmadas as previsões, se nada for feito para negá-las, num futuro, ainda

não tão distante, os guias turísticos do fundo do mar atribuirão às torres e catedrais submersas cenários de ‘onde, um dia, foi terra’.

A agricultura mundial terá uma nova geografia. A estrutura produtiva de grandes regiões agrícolas deverá ser significativamente modificada. Isso motivará, como decorrência, outras mudanças, na estrutura fundiária, no comércio de insumos, no mercado internacional. A produção de alimentos e, conseqüentemente, o mapa da fome poderão ser redesenhados. Para se ter uma idéia, os grandes cafezais paulistas e mineiros poderão desaparecer do mapa da agricultura daqueles Estados, assim como a soja gaúcha.

As cidades também deverão ser remodeladas. Grandes ondas de migração, rural/urbana e rural/rural, modificarão a demografia do Planeta. Grandes secas e igualmente enormes inundações expulsarão populações da cidade e do campo, que ocuparão ainda mais as periferias dos grandes centros urbanos, num processo crescente de favelização. Também como exemplo, se já é preocupante o caos urbano atual de uma cidade como São Paulo, com alagamentos rotineiros, imagine-se nas hipóteses, bastante fundamentadas, de ‘trombas d’água’ de maior intensidade, como previstas no relatório.

Há preocupações também com as repercussões sociais das grandes migrações internas, principalmente nos países menos desenvolvidos. A miséria, a fome, a violência ocuparão, ainda mais, corações e mentes, e a guerra civil não declarada da bala perdida ou mirada poderá ter o ‘alistamento’ de novos batalhões, cada vez mais ao descontrole do Estado. Nessa cena, o tal filme de Spielberg revelar-se-ia repetitivo e sonolento. Todas as discussões sobre o relatório da ONU são conclusivas no sentido de que os maiores impactos do aquecimento global não incidirão igualmente sobre todos os países. Mais uma vez, as regiões e as populações mais pobres serão as maiores vítimas. E isso aumentará o abismo já existente nas disparidades de distribuição regional e pessoal de renda entre países e, internamente, entre seus habitantes locais.

O trabalho da ONU causa uma enorme comoção, porque projeta o que cientistas identificam como catástrofe ainda para o nosso tempo. Não é algo que se prevê para milhares ou milhões de anos, como em tudo o que se analisa em termos de espécie humana. Algo inatingível para a nossa visão imediatista. É uma situação que, se nada for feito, será vivida por nós e, principalmente, pelos nossos filhos e nossos netos. É palpável, é sentida, é presente. Mas o planeta não precisa projetar catástrofes para meados ou para o final deste século. Elas já existem, embora muitos teimem em não reconhecê-las e desconhecer-las totalmente.

Não se trata, aqui, dos furacões, dos tornados, dos maremotos, dos terremotos, dos “tsunamis”, cada mais vorazes, e que atormentaram ricos e pobres. É uma catástrofe que atinge exclusivamente os pobres e os miseráveis. Falo da fome.

Não há que se esperar, portanto, que os quatrilhões de quilos de poluentes sejam lançados ao ar para que a humanidade se mobilize contra uma catástrofe de dimensões globais. Ela já existe há muito e continua compondo a nossa história e a nossa geografia.

A mesma ONU, com idêntica competência de seus cientistas e com igual responsabilidade política e institucional, dá conta de que quase um bilhão de seres humanos passam fome no nosso tempo e no nosso espaço. Uma em cada seis pessoas – as que não morreram ainda hoje – dormirá na próxima noite com fome. Fome crônica, a mesma fome que mata um ser humano a cada menos de quatro segundos, muito mais do que o terrorismo, que, embora também abominável, tem merecido tamanha atenção na mídia e nos gabinetes. Terrorismo que mata, como diria o poeta, “de emboscada antes dos vinte”; ou a miséria “de velhice, antes dos trinta... e de fome, um pouco por dia”.

Quase três bilhões de indivíduos, ou a metade da população mundial, sobrevivem com menos de US\$2 por dia; a metade desse número, como menos de US\$1. Um terço da humanidade, ou mais de dois bilhões de pessoas, têm anemia.

Neste exato momento, o planeta tem algo como 130 milhões de crianças, chorando ou morrendo de fome. Essas mesmas crianças, as que vingarem, ainda assim não verão os efeitos do aquecimento global, porque a vida lhes será muito breve.

As favelas dos grandes centros urbanos já são o endereço de quase um bilhão de moradores. Nas projeções, serão 1.4 bilhões daqui a duas décadas, o equivalente a uma China inteira apinhada em morros e perigosas encostas.

A mídia tem dado ao relatório da ONU sobre o aquecimento global ares de catástrofe.

Fala-se, inclusive, em “apocalipse”, uma projeção com data marcada para o “final dos tempos”. Não são explícitas as avocações aos “sete espíritos”, às “sete igrejas”, aos “sete candelabros”, às “sete lâmpadas de fogo”, aos “sete selos”, ou às “sete cartas” do texto bíblico. Mas, pelo menos desta vez, a mídia enumera os países maiores poluidores da atmosfera. São os mais desenvolvidos, os chamados “do G7”. Pelo menos no simbolismo do capítulo final da Bíblia Sagrada, o número sete é coincidente. O juízo final ainda depende de nós.

Talvez a imagem bíblica do apocalipse não seja a mais adequada para o caso. É que ela tende a projetar

o desfecho para uma revolução da natureza, fora dos nossos corações e fora das nossas mentes. Para mim, o melhor simbolismo para os acontecimentos que dão suporte às projeções da ONU é a “Torre de Babel”. É que deixamos, há muito tempo, de falar a mesma língua, universal, humanística. Construímos uma torre para atingir uma espécie de deus-mercado, suntuoso aos bens materiais.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte, Sr. Senador?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Transformamos o semelhante em concorrente, quando não em adversário. A consciência coletiva deu lugar ao individualismo. As catástrofes anunciadas pelos cientistas estão muito mais claramente relacionadas aos nossos problemas de relacionamento com o semelhante, como a ganância, a sede de poder e o lucro a qualquer custo. Para atingir o nosso intento, articulamos uma linguagem individual. Não importa se o semelhante não a entenda.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Pedro Simon, seu discurso é admirável! V. Ex^a se refere a duas questões que estão, a meu ver, muito imbricadas entre elas. O aquecimento global causado sobretudo pela forma equivocada dos países ricos de produzir, que tem de ser alterada, e a fome, que é consequência de atraso tecnológico, é consequência de atraso educacional, é consequência de espoliação mesmo de países mais pobres por países mais ricos. Percebemos, por um lado, que os países que melhor conseguem alimentar seus filhos são aqueles que mais causaram os dramas ecológicos que estão sendo vividos hoje pelo mundo e que tendem a ver situações mais complicadas pela frente. E os países que menos causaram o desastre que já estamos vivenciando, o desastre ecológico, são aqueles, por outro lado, que vivem esse drama da fome tão pungentemente relatado por V. Ex^a. Qual o desafio? O desafio é realmente encontrarmos uma linguagem coletiva, o desafio é começarmos a produzir de maneira diferente e começarmos a viver de maneira mais solidária. O seu discurso é irrepreensível. V. Ex^a brincava comigo ainda há pouco, perguntando se eu gostaria de falar no seu lugar. Teria sido um crime, sinceramente. Teria sido um crime absoluto porque seu discurso é imperdível e deve ser, a meu ver, multiplicado, porque traz dados. Eu, aqui, quedei-me mais do que atento, quedei-me aluno, a anotar os números e a sensibilidade com que V. Ex^a transmitiu o assunto; com a lucidez que faz com que o Brasil o admire sobremaneira. Muito obrigado a V. Ex^a pela oportunidade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a faria um discurso bem melhor do que o meu. Tenho certeza absoluta disso.

Mas, embora a dimensão de tais catástrofes, continuo otimista. Acho inclusive que as discussões sobre o relatório da ONU, o da catástrofe anunciada, podem estender-se no sentido da busca de soluções para o problema da fome, o da catástrofe presenciada. Quem sabe os zeros à direita dos números das Nações Unidas, tamanhos que são, possam ter influência sobre os zeros à esquerda dos grandes formuladores de política. Do caos, a luz!

O fato de a humanidade se colocar diante de um cenário que, potencialmente, pode atingir todos, indistintamente, como protagonistas do tal filme de Spielberg sobre o futuro do planeta, também pode focar luzes e câmaras sobre os figurantes da história presente: os famintos e os miseráveis, em escala mundial. As cenas do aquecimento global ainda podem se transformar numa ficção. As da fome mundial, não! Elas já são, indiscutivelmente, um triste documentário.

Quem sabe possam emergir daí novos paradigmas e padrões de comportamento humano; resgatar o verdadeiro sentido de humanidade, enquanto natureza humana, que incorpore valores outros que não a ganância e a sede de poder, mas a fraternidade, a compaixão e a solidariedade.

Não haverá humanidade, no seu verdadeiro sentido, enquanto a morte pela fome continuar seguindo o ritual dos ponteiros dos segundos. Quem sabe também possamos descobrir que ainda é possível uma revolução nos nossos sonhos de futuro.

É o que penso, Sr. Presidente. E se V. Ex^a me permite, neste final, abordarei um problema que me parece da maior urgência. A **Veja** traz hoje uma matéria chamando a atenção de todos nós.

Quero alertar o Plenário e o Brasil sobre a grave notícia publicada nesse fim de semana, em vários meios de comunicação e, em especial, na revista **Veja**. Segundo a notícia, na próxima quinta-feira, o Supremo Tribunal Federal deve decidir, em definitivo, sobre a questão da responsabilidade de autoridades nos crimes de improbidade administrativa.

Lembro que a Lei dos Crimes de Improbidade Administrativa, que tive a honra de relatar no Senado, tinha por principal objetivo justamente a responsabilização dos agentes públicos, todos eles: os políticos, os comissionados, os concursados, enfim todos que malversaram e dilapidaram o patrimônio público.

Deve decidir o Supremo Tribunal Federal, por maioria, dar completa anistia a esses agentes políticos suspeitos e indiciados. Considero isso uma humilhação!

Francamente, não entendo, mas vou buscar, por todos os meios, pesquisar a legislação, que considero inequívoca nessa responsabilização dos agentes públicos, para corrigir essa aberração de entendimento jurídico.

Espero a reflexão maior da Câmara Suprema do nosso Judiciário. Sua decisão pode significar uma ruptura já no pífio combate à corrupção.

Fala-se que, nesta quinta-feira, retomar-se-á o julgamento do recurso destinado a garantir a “agentes políticos”, como Ministros de Estado, foro privilegiado quando processados por improbidade administrativa, mesmo que já tenham deixado o cargo. O desfecho do caso terá impacto direto no combate à corrupção, segundo Procuradores da República e Magistrados. Representantes dos dois grupos alegam que haverá “grave retrocesso” no País se a chamada prerrogativa de foro for ampliada.

Prenunciam um “efeito nefasto” de eventual vitória dos agentes políticos: o arquivamento de cerca 10 mil inquéritos e ações contra autoridades públicas acusadas de improbidade administrativa. É o caso da denúncia apresentada pelo Ministério Público de São Paulo contra Antonio Palocci, primeiro Ministro da Fazenda do Presidente Luiz Inácio da Silva, Lula, acusado de má gestão pública quando era Prefeito em Ribeirão Preto, ou das condenações em primeira instância de Ministros do Governo de Fernando Henrique Cardoso, como Pedro Malan e Ronaldo Sardenberg.

O processo se arrasta desde 2002 no Supremo Tribunal Federal, que, aliás, fica com os processos na gaveta e não faz nada. Agora, em vez disso, quer lançá-los no seu arquivo.

Desde 2002, no Supremo Tribunal Federal, arrastam-se os processos. Está sob análise uma reclamação proposta pela Advocacia-Geral da União, a fim de derrubar a condenação de Sardenberg, com base na Lei de Improbidade Administrativa, por ter viajado a Fernando de Noronha, a passeio, em avião da Força Aérea Brasileira. Sete dos 11 ministros já votaram, sendo seis votos a favor.

“A consequência será catastrófica, com o completo esvaziamento do instituto da ação de improbidade” – diz o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Nicolao Dino. “Reduz-se a quase nada a efetividade de uma via constitucional destinada a proteger o patrimônio público e combater a corrupção.”

O resultado do julgamento não encerrará a disputa. Procuradores e Magistrados têm esperança de que, se derrotados, o Supremo modifique o entendimento ao ser provocado em novos casos semelhantes ao de Sardenberg. Lembram que no processo em

questão estão computados votos de três Ministros já aposentados.

“No Brasil, às vezes, parece que a República dá marcha à ré”, declara o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Rodrigo Collaço, sobre a iminente derrota.

Ora, Sr. Presidente, eu não consigo entender. Eu já tenho ocupado esta tribuna, dizendo que tínhamos que esclarecer quando o Presidente Lula dizia que o Congresso, Câmara e Senado, guardam na gaveta e não levam adiante processos contra deputados e senadores. Eu dizia que isso era coisa do passado. No passado, acontecia isso. Realmente, para se processar um parlamentar era preciso ter a licença da Câmara ou do Senado, que não davam a licença. Não concordavam. Se o fizessem, abriam uma porta, os outros viriam atrás e não votariam contra, porque tinham medo da população. Então, deixavam na gaveta.

Um projeto de minha autoria, com várias modificações, foi aprovado. Então, o Procurador-Geral da República não manda mais, nem para a Câmara, nem para o Senado, o pedido para autorizar para deputado ou senador. Ele entra e vai direto para o Supremo. O que está acontecendo? Fica na gaveta do Supremo. Está lá na gaveta do Supremo. Não existe um caso que foi adiante. E, agora, o que querem no Supremo? Tirar da gaveta e arquivar. São 10 mil processos que serão arquivados. Então, não se vai dizer mais que estão na gaveta do Supremo. Não, o Supremo não arquiva, quer dizer, não deixa na gaveta, os projetos não estão parados, mas estão arquivados em definitivo.

Olha, será talvez o caso mais escandaloso que conheço, o caso mais absurdo que conheço. Faço um apelo dramático ao Supremo Tribunal Federal para que até quinta-feira reveja essa posição, reaja, nem que coloque de volta na gaveta para pensar o que vai fazer. Vamos devolver os projetos para a gaveta, vamos analisar, vamos interpretar, mas decidir como querem, sinceramente, é algo que nem o Congresso Nacional, que tem tido tantos casos, que tem tantas acusações de irregularidades, de coisas fora do normal, teve coragem de fazer.

Muito obrigado pela tolerância de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – É um prazer ouvi-lo, Senador Pedro Simon.

Pela lista de oradores, seguindo a alternância com os Líderes, concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, pela Liderança do PDT. V. Ex^a dispõe de cinco minutos. Em seguida, concederei a palavra aos Senadores Cristovam Buarque e Arthur Virgílio, conforme a lista de oradores.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda que o assunto já foi abordado por alguns Senadores na tarde de hoje, quero voltar a ele, que não pode ser colocado apenas de passagem.

Aliás, Sr. Presidente, Senador César Borges, há uma foto, no jornal **Folha de S. Paulo** de ontem que chama a atenção. Apenas olhando a foto, já dá para perceber o que está acontecendo. Em uma cidade do Estado de V. Ex^a, Brejões, no sul da Bahia, vêem-se nas ruas e na praça beneficiários dos programas sociais, o dia todo, jogando dominó e esperando chegar o fim do mês para receber os recursos do Bolsa-Família.

Para que todos entendam, lembro que o Bolsa-Família funciona da seguinte forma: quem tem filho recebe R\$120,00; quem não tem recebe R\$60,00. Então, seria importante que se investigasse, nas regiões metropolitanas, o que está acontecendo com as famílias mais carentes, se não está havendo uma mudança na idade em que as adolescentes estão ganhando o seu primeiro filho.

Há, sem nenhuma dúvida, em cidades que cercam, por exemplo, Curitiba, denúncias de que está havendo incentivo, estímulo para que filhas de trabalhadores desempregados tenham seu primeiro filho para receber o auxílio do Bolsa-Família. É uma distorção social das mais graves.

É duro dizer isso? É duro, mas é a realidade.

No meu Estado, especialmente, durante a campanha eleitoral, quando eu falava que em vez de um litro de leite preferia dar uma carteira de trabalho, o adversário dizia: “Isso é discurso de direita”. Como se trabalhar fosse uma questão ideológica. O trabalho é uma questão de promoção da dignidade humana, de resgate da dignidade por parte daquele que obtém o emprego.

Fui acusado de estar defendendo os patrões quando dizia: “Quero, em vez de dar um litro de leite, dar a carteira de trabalho”. Garanto que todos os pais e mães de família, quando forem confrontados, diante dessa comparação, vão preferir a carteira de trabalho.

Eu temia, mas dizia na campanha que, no Brasil, está-se criando uma cultura de que não é preciso trabalhar; está-se criando uma geração em que os filhos não vêem os pais trabalharem e, por isso, não querem trabalhar no futuro também.

Aqui, todos falam sobre a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, mas não estamos discutindo o cerne da questão, a base desse problema.

Hoje, no Brasil, promove-se o surgimento de uma categoria de pessoas que, daqui a cinco ou dez anos, não saberão mais o que é trabalhar.

No Nordeste, aqueles que querem dar emprego com carteira assinada não podem fazê-lo. No entanto, quando recebem a fiscalização do Ministério do Trabalho, são obviamente punidos, porque empregaram trabalhadores irregularmente, sem o devido registro em carteira.

Para que aqueles que nos vêem pela TV Senado possam entender, explico: se o trabalhador tiver o registro em carteira de um dia apenas no ano, ele perde os benefícios da Previdência especial a que os trabalhadores rurais têm direito. Se eles continuarem a receber o Bolsa-Família sem o registro em carteira de apenas um dia no ano, eles não precisarão trabalhar por mais 13 anos ou até os 65 anos de idade, por que, se permanecerem no Bolsa-Família, os homens vão se aposentar com 60 anos e as mulheres com 55 anos. Para se obter essa aposentadoria especial, mulheres e homens de 45 a 47 anos não querem o registro em carteira, submetendo-se, inclusive, a trabalho subumano, com baixos rendimentos, sem garantirem outros direitos sociais, porque estão sendo induzidos a permanecer apenas nos programas sociais, como o Bolsa-Família.

Não estou condenando o programa nem dizendo que ele precisa acabar. No entanto, o Governo, ao enviar no ano passado ao Congresso Nacional um projeto de lei, o de nº 6.852, que dispõe que quem tiver registro em carteira de até 120 dias em um ano não vai perder o direito de se aposentar – mulheres com 55 anos, homens com 60 anos –, o Governo está dizendo: “Vocês podem trabalhar só 120 dias por ano. Não trabalhem mais, porque senão perdem o direito à aposentadoria especial”.

Sr. Presidente, penso que não é por esse caminho que o Brasil deve seguir. Se o seguirmos, no futuro teremos criado uma geração que terá horror ao trabalho. Já ouvi, várias vezes, que nada se constrói sem muito trabalho, sem muita dedicação. Que os Programas Bolsa-Família, Fome Zero sejam emergenciais, mas que não sejam permanentes, porque não significam soluções permanentes. Eles precisam, ao lado dessa ajuda governamental, que o Governo crie um mecanismo que não retire o direito à aposentadoria especial. Então, que se permita o registro em carteira por 365 dias ao ano, porque, assim, ele não precisará ser beneficiado pelo Bolsa-Família.

Não entendo esse projeto de lei do Governo que pretende estabelecer que o sujeito só pode trabalhar 120 dias por ano para não perder o direito à aposentadoria especial. Eu ficaria bem mais satisfeito, Senador César Borges, se o projeto do Governo dissesse: “Olha, vamos criar oportunidades de emprego; vamos gerar condições para que os empresários ofertem empregos

com carteira assinada.” Então, por que reclamam do rombo da Previdência se tal iniciativa também contribui para o rombo da Previdência? Se não existirem trabalhadores com registro em carteira, não teremos contribuintes para a Previdência. Com isso, o Governo está criando um problema que vai estourar logo ali, em um futuro muito próximo, ou seja, no período de um outro governo, porque o próximo Presidente da República, quando assumir, terá dificuldades em mudar esses programas tamanha a dependência dessas famílias em relação a esses programas assistencialistas, que precisam, de imediato, mudar seus critérios.

Sr. Presidente, para concluir, quero dizer que esses critérios precisam ser mudados para que essas pessoas, que são beneficiadas e que precisam ser beneficiadas, resgatem a sua dignidade por meio do trabalho, ofereçam dignidade aos seus filhos, criando uma futura geração que conquiste direitos por meio do trabalho. Só assim, Sr. Presidente, chegaremos a um consenso entre o Bolsa-Família e a necessidade de emprego; só assim chegaremos a um ponto em que as famílias beneficiárias vão buscar, sim, emprego. Elas, por um tempo, precisaram de ajuda, mas não podem ficar a vida inteira precisando de ajuda, porque seus filhos e netos gostariam também de ver seus pais e seus avós trabalhando.

Deixo, aqui, um alerta ao Governo: mude seus critérios. Este Projeto de Lei nº 6.852, de 2006, não é bom quando diz que a pessoa só pode trabalhar 120 dias no ano. Não! Vamos permitir e incentivar que os trabalhadores exerçam uma atividade profissional durante os 365 dias do ano. Assim, aos poucos, faremos com que esses dependentes do Bolsa-Família e de outros programas assistencialistas possam sonhar com um futuro mais digno e de maior prosperidade para seus filhos.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Osmar Dias.

Seguindo a lista de oradores, tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Cristovam Buarque por 20 minutos. Em seguida, a concederei ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com todo o respeito que tenho a V. Ex^a, que ora preside a sessão, gostaria imensamente que o Presidente Renan Calheiros aqui estivesse. O que vou falar tem a ver com uma proposta direcionada a S. Ex^a, levando-se em conta o que S. Ex^a disse neste Plenário quando de sua posse, ou seja, que queria trabalhar a agenda do Senado para o Brasil. Mas, mesmo assim, peço a V. Ex^a, Presidente César Borges, que leve ao Presidente da Casa o que aqui vou colocar.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– Atenderemos o pedido de V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) –

Muito obrigado.

Lembro, Sr. Presidente, que há meses, Senador Mão Santa, Senador Arthur Virgílio, a política brasileira parece resumir-se na disputa interna entre os Partidos que apóiam o Governo na discussão de quem vai ou não ocupar esse ou aquele cargo, como se política fosse apenas discutir isso: ter ou não cargos. Concomitantemente, ao lado dessa disputa interna, existe uma outra disputa entre Governo e Oposição, como se nesse momento não estivesse a sociedade inteira buscando a nossa união em relação a diversos problemas brasileiros, especialmente a dois, que se relacionam, mas não são a mesma coisa: a luta pela violência e a luta pela educação. Nesse momento, não deveria haver nem Governo, nem Oposição e, sim, o Estado brasileiro. O Presidente da República, pelas notícias veiculadas nos jornais, está preparando um PAC para a educação.

Sr. Presidente, lamento que comece desse jeito. Ou seja, trazendo a educação como consequência de um PAC. Aliás, sequer sabemos qual o impacto que o PAC terá na economia.

Por tudo isso, trouxe um roteiro, para ser submetido ao Presidente Renan Calheiros, Senador Arthur Virgílio, a respeito de passos que está Casa poderia dar, para, juntos, discutirmos o nosso projeto no sentido de uma revolução na educação brasileira. Trata-se de uma revolução! Repito a palavra “revolução”, mas que seja pacífica, doce, na educação. Levaríamos isso ao Presidente, porque, nos próximos quatro anos, ele será o condutor do Executivo.

Não estou a dizer que essas propostas sejam certas, mas podem ser o ponto de partida para a nossa discussão. Portanto, vou entregar uma carta ao Presidente Renan Calheiros.

O primeiro ponto, Senador Arthur Virgílio, é o Governo Federal dizer que a educação é uma questão nacional e não municipal ou estadual. Para isso, tem que se tomar duas atitudes: a primeira, transformar o Ministério da Educação em Ministério de educação de base. Não haverá prioridade na educação, a nível nacional, enquanto o MEC cuidar da educação de base e das universidades, porque as universidades são poderosas, têm sindicatos, associações, usam gravata, são amigos do Ministro. Professorinha, lá debaixo, não é. Não existe sindicato de analfabetos nem de crianças. Não é preciso se criar mais Ministérios. Pega-se o Ensino Superior e o coloca no Ministério de Ciência e Tecnologia, como é em diversos países do mundo, aliás, como é no Estado de São Paulo. Nas universi-

dades paulistas, o chefe delas não é o Secretário de Educação, mas sim o Secretário de Ciência e Tecnologia. A segunda, criar uma agência de proteção da criança. Uma das boas coisas do Governo Fernando Henrique Cardoso foi a criação das agências para cuidar da água, da energia. Mas não se criou uma agência para proteção da criança. Se criarmos a agência de proteção à criança e o Ministério de Educação de Base, começaremos a ter as condições para, de fato, fazer o que o Presidente Lula está chamando de PAC da educação, e que, penso, deveria ser a “revolução da educação”. Com esses dois órgãos, o Governo Federal começaria a intervir.

O passo seguinte é definir que teremos, sim, todas as escolas do Brasil funcionando em horário integral, mas sem mágica – são 164 mil escolas – em dez, quinze anos. Em menos tempo que isso, é impossível! Se todo o dinheiro do mundo existisse para a educação, não conseguiríamos fazer isso em menos de dez, quinze anos. Há uma lógica, uma mecânica, como fazer Itaipu levou doze anos.

Agora, como fazer? Como se começou em 2003. Escolhem-se cidades, e começamos pelas cidades. Aquilo que Brizola fez por escolas, com os CIEPs, faríamos por cidades inteiras. Um governo que queira, em quatro anos, terá mil cidades brasileiras com todas as escolas funcionando em horário integral. Começamos pelas pequenas e, ao mesmo tempo, vamos fazer com que, nas outras cidades que não terão essa escola ideal, 10% das escolas sejam transformadas em horário integral ao ano. Isso significa professores bem remunerados nessas cidades, escolas que precisam ser derrubadas para se fazer outras, porque as de hoje não são escolas, e ser equipadas. É preciso fazer com que elas, de fato, sejam escolas, porque as de hoje são quase escolas, semi-escolas, mas não são escolas.

Hoje, está no **Correio Braziliense** uma criança dizendo que vai para a escola até a hora da merenda. Na verdade, Senador Arthur Virgílio, nossas escolas hoje são restaurantes mirins populares. Não são escolas.

Terceiro, definir padrões nacionais. Não é possível que o padrão de uma escola seja municipalizado. As 164 mil escolas deste País têm de ter o mesmo padrão, volto a insistir, sem mágica, sem querer fazer, em um ano, dois, três, quatro, cinco, dez, quinze que seja, mas começando já.

O primeiro padrão é de salário e formação do professor. Como o Banco do Brasil possui. O salário do funcionário do Banco do Brasil não depende da cidade, sua formação foi escolhida por um concurso público nacional, não municipal. Vamos fazer com que

o professor tenha uma carreira nacional, com um salário nacional.

O segundo padrão é de edificações e equipamentos. Vinte mil escolas no Brasil não têm luz; vinte e duas mil não têm água. Quase nenhuma tem computadores. Nas que possuem, os professores não sabem usar. Se colocarem computadores nas que não têm, os computadores serão roubados em breve porque os prédios não têm condições de segurança para mantê-los. Vamos definir um padrão nacional. Vamos criar uma lei de habite-se federal para que, quando o prefeito quiser inaugurar uma escola, haverá um padrão nacional, e não conforme ele quiser.

O terceiro padrão é de conteúdo. Não podemos continuar com 44% das crianças sem saber ler, na quarta série. Não estou falando das crianças que saíram da escola antes. Criança tem de aprender até os sete anos. Criança tem de saber o seguinte de aritmética até os doze anos. É preciso definir padrões nacionais. Agora, será pura conversa mole se não fizermos duas coisas: definir metas para serem cumpridas, cidade por cidade – metas federais –, e uma lei de responsabilidade educacional. Tem gente que diz que isso fere a federação. Mas e a Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi uma das grandes conquistas deste País, da qual V. Ex^a, Governador, foi um grande cumpridor? Deu exemplos disso na Bahia. É uma lei federal. V. Ex^a não disse que na Bahia não se cumpriria a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ao contrário, V. Ex^a tem um exemplo cumprido. Por que a Lei de Responsabilidade Educacional não pode ser federal? Se definirmos metas e, ao mesmo tempo, definirmos uma Lei de Responsabilidade Fiscal, começaremos a cumpri-las.

Agora, isso não pode ser feito sem recursos federais – e vou falar no final.

Outro ponto é recuperar os equipamentos, tanto os da obra civil quanto os equipamentos pedagógicos. Não é a escola um prédio que não tem o número de salas correto. Não é escola a que não tem o número de computadores. Volto a insistir: não se pode fazer isso rapidamente, tem de ter quase a mesma velocidade das crianças crescendo pela biologia. Mas tem de começar já e definir.

Outro ponto é abrir as escolas à população. Já repararam que, quando vamos a uma escola, nós a encontramos depredada, ao lado de um posto de saúde inteiro, de um Banco do Brasil inteiro, de uma Caixa Econômica inteira, do prédio dos Correios inteiro. Mas a escola, depredada! Por quê? Porque as pessoas não sentem relação com a escola: a maior parte dos jovens, porque já foi expulsa, então não gosta da escola; os pais, porque não vêem resultado na escola; e as crianças porque não gostam de ir estudar. É preci-

so que haja uma melhoria da edificação, uma melhoria dos equipamentos, formação do professor, salário do professor e abrir as escolas para atrair as famílias, para que sintam que a escola é parte da comunidade. Eu estava até brincando, nesses dias: a única coisa para a qual a escola se abre é para o dia das eleições e, como hoje o cidadão tem raiva de político, termina ficando com mais raiva ainda da escola, porque é lá que eles escolhem os Senadores, os Deputados e Governadores. É preciso abrir para as boas coisas, abrir inclusive sabendo que escola de horário integral não cabe em quatro paredes, exige quadras, auditórios para música. E isso pode ser aberto à sociedade.

Além disso, é preciso modernizar o conteúdo. Nosso conteúdo está atrasado. É preciso que as crianças aprendam, desde o começo, noções de cidadania – o que é um orçamento público; noções de ética – o que é a honestidade; pelo menos um idioma a mais, de preferência inglês ou espanhol, mas, se quiserem outro, que seja outro. Como hoje as classes médias aprendem em horário extra, é preciso que todos aprendam no horário da própria aula, na escola integral.

Depois, é preciso valorizar, formar e motivar o professor. Não adianta aumentar salários se não melhorarem nem a formação, nem a motivação, nem o resultado. Aumentar o salário pura e simplesmente é jogar dinheiro fora, salvo o ponto de vista de dinamizar a demanda local. É preciso vincular salário e formação, salário e dedicação, salário e resultado. É preciso criar uma carreira nacional do magistério.

Além disso, é preciso criar uma rede nacional de formação de professores. Não dá para fazer essa rede sem as universidades, mas não dá para fazê-la somente nas universidades. A carreira de diplomata neste País tem o Instituto Rio Branco, para onde vão muitos que saem das universidades e dos cursos de Relações Internacionais. Vamos fazer algo desse tipo para o magistério. Escolas que formam os professores, como as escolas normais que existiam, mas de uma maneira ainda melhor, permitindo que contratemos universidades para fazer isso também.

Aí, Senador César Borges, está a importância de haver dois Ministérios. Estando o Ministério da educação de base separado do Ministério do ensino superior, há a possibilidade de convênios entre eles. Se não houver convênios, a universidade não vai ligar para a educação de base. Contudo, se o Ministério de Educação de Base diz para o Ministério do Ensino Superior: “Eu vou lhe passar R\$500 milhões, mas você vai formar 100 mil professores”, começam a mudar as coisas. Além disso, é mister retomar projetos que já existem de dar privilégios, no sentido positivo, aos professores. Deveria haver um programa de casa

própria, distribuição de computadores e doação de livros aos professores. Enquanto professores não forem figuras *vip* neste País, não teremos a educação que esperamos. Certa vez, uma criança perguntou minha opinião sobre um país bom. Eu disse-lhe que seremos um país bom no dia em que, ao nascer uma criança, o pai a ponha no colo e diga que, quando crescer, será professora. Então, vamos começar a ter uma boa escola. Mas não vai ocorrer isso se não houver salário, apoio e, ao mesmo tempo, cobrança, exigência para que o professor dê aula. Não há como existir uma boa escola, se professores ficam em greve. Não é possível! Deve-se descobrir uma maneira de tornar a greve desnecessária mediante uma instituição que faça a mediação entre o Estado e o Magistério, para que a criança, Senador Flávio Arns, não seja quem pague o preço da greve. É falso dizer que, depois da greve, se recupera o tempo perdido. Não se recupera integralmente, jamais o tempo perdido em uma greve de 100 dias, primeiro porque alguns adolescentes não voltam mais à escola; segundo, os que voltam não têm o mesmo interesse; terceiro, os que voltam com interesse perderam a parte que não vão mais recuperar.

Além disso, é preciso que o Presidente da República assuma o papel de tratar os professores com o respeito e o carinho de que precisam; receber, de vez em quando, os representantes deles, tratando-os com intimidade, como faz com jogadores de futebol e atletas. Isso é fundamental.

O outro é envolver a universidade na educação de base. Hoje, a universidade está alienada da educação de base. Ela tem de envolver-se. Para isso, tem que haver recursos e compromisso.

Outro ponto, Senador Arthur Virgílio, é o compromisso com a universalização da frequência às aulas até à conclusão do ensino médio. Nós nos acostumamos a dizer que o Brasil universalizou a educação de base. Não é verdade. O Brasil chegou a 95% de matrícula, mas matrícula não significa frequência; frequência não significa assistência; assistência não significa aprendizado; e aprendizado não significa conclusão. Tem gente que frequenta, mas não assiste às aulas. Tem gente que assiste, mas não aprende. Tem gente que aprende, mas não conclui o ensino médio.

Como fazer com que as crianças concluam o ensino médio? Primeiro, é ter um programa de acompanhamento desde a pré-escola. E aí a Senadora Heloísa Helena, que não está mais nesta Casa, deu sua contribuição, colocando na Constituição uma emenda que obriga o Estado a garantir creche para todas as crianças em idade pré-escolar. Não dá para fazer isso rápido, mas dá para começar já.

Enquanto não há creche para todos, dá para instituir-se um programa de assistência que garanta comida e brinquedos pedagógicos e que use o Bolsa Família, do qual o Governo tanto se orgulha, vinculando-o ao bom atendimento das crianças em idade pré-escolar.

Outro ponto, para universalizar, é colocar a criança desde os quatro anos na escola.

Hoje, fala-se o tempo todo em reduzir a maioria penal, e ninguém fala em reduzir a idade de se entrar na escola. Nem discuto, Senador Arthur Virgílio, se se deve, ou não, reduzir a idade penal. Acho que isso não vai reduzir a criminalidade, mas prefiro não debater se é ou não necessário neste momento. Agora, reduzindo-se ou não a maioria penal, é preciso reduzir a idade de ingresso na escola para quatro anos.

Trata-se de uma simples lei, garantindo-se a toda criança uma vaga, no dia em que fizer quatro anos, na escola mais perto de sua casa. Uma lei simples que vai criar a demanda, que não passa hoje de uma necessidade!

Outro ponto é identificar onde estão 1,5 milhão de crianças que não vão à escola ainda e que nem se matricularam e trazê-las para dentro da escola. O Governo Federal já dispõe do mapa da exclusão social feito em 2003; treinou presencialmente cinco mil agentes e 30 mil por ensino a distância, para que buscassem como ir às famílias, identificar as crianças e trazê-las para a escola.

Outro é criar esse programa, cujo exemplo foi o Distrito Federal, que complementava a Bolsa-Escola. Havia um programa chamado Poupança-Escola, pelo qual a criança, quando passava de ano e se matriculava no ano seguinte, recebia R\$100,00 em uma caderneta de poupança, da qual não podia retirar o dinheiro, se não concluísse o ensino médio.

Esse, sim, é um incentivo que ajuda a criança, primeiro, a estudar, para passar de ano, porque vai receber o depósito; segundo, a ficar até o fim do ensino médio, senão perde o dinheiro. Esse programa deu provas de que funciona. O Governo de Minas Gerais – de Aécio Neves – o está criando. Por que não fazer isso nacionalmente? Custa pouquíssimo! Primeiro, é uma vez por ano; segundo, o dinheiro é escritural – basta o Banco Central dizer que ele está depositado, porque só se vai precisar dele alguns anos depois –; terceiro, muito mais barato do que o custo da repetência. Por que não faz isso?

O outro é retomar o compromisso da Bolsa-Escola. Mantido o atual sistema do Bolsa Família, não se vai garantir a permanência até o final do ensino médio.

O Senador Osmar Dias me antecedeu, falou sobre isso – não deu para fazer um aparte. Queria lembrar

que o conceito inicial de Bolsa-Escola é o de remuneração por um trabalho: o da mãe, de ser fiscal da frequência da criança às aulas. Quando eu era menino, existiam – o Senador Mão Santa se lembra disso – os fiscais pagos pela União, funcionários do Ministério da Educação que iam aos colégios, para ver se as crianças iam à aula. Em vez de contratar funcionário, paga-se à própria mãe da criança, que assim estuda. É um projeto que tem a saída por intermédio da criança, quando ela conclui o ensino médio.

Outro é determinar a obrigatoriedade do ensino médio. Não é possível que, em pleno século XXI, só seja obrigatório no Brasil o ensino fundamental. Nenhum Governador está deixando de cumprir suas obrigações, se não oferecer vagas para meninos de 15 anos que já tenham concluído o ensino fundamental. Tem que ser obrigatório.

Outro é ampliar a duração do ensino médio e fazer com que o jovem adquira um ofício. Amplia-se para quatro anos, e ensina-se o ofício. Mas não só ofícios técnicos, mas também artísticos – música, pintura –, para que ele aprenda e, ao sair do ensino médio, se não entrar na universidade – não vão entrar todos, nem há necessidade disso –, possa ter seu ofício.

Outro, para não dizerem que não estou falando bem das coisas do Governo, é ampliar o ProJovem, que é um programa que o Governo Lula fez – mas deste tamanho. Ele não está dando a dimensão que deveria a um programa que é fundamental para trazer de volta os jovens que já saíram da escola.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Professor Cristovam Buarque, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Cedo um aparte ao Senador Mão Santa, pedindo ao Presidente que me conceda a gentileza...

Sr. Presidente, cedo o aparte ao Senador Mão Santa, pedindo a V. Ex^a que me conceda a gentileza de dar-me, numa segunda-feira, algum tempo mais, para concluir esta fala.

Senador Mão Santa, ouço V. Ex^a.

Perdão, Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex^a pode conceder-me após...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque, um quadro vale por 10 mil palavras. Bem ali no Chile, um ex-Ministro da Educação, como V. Ex^a, o ex-Presidente Ricardo Lagos, assinou uma lei que obriga o chileno a ter 12 anos de educação – tinha oito. A grande vitória dele foi esta: 12 anos de educação e falar dois idiomas. Bem ali no Chile. Então, V. Ex^a está trazendo o que já deveríamos ter conseguido no Brasil.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador César Borges, ouço V. Ex^a.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Cristovam, eu queria, em primeiro lugar, parabenizar V. Ex^a por seu pronunciamento, que é uma verdadeira aula e – diria – o roteiro que deve ser adotado por alguém que tenha compromisso real...

(Interrupção do som.)

O Sr. César Borges (PFL – BA) – ... com este País, com o futuro do Brasil. Não podemos conviver com esta dualidade, em que a violência campeia, em que se fala que o problema é social, com uma gravidade que assusta todo o País, enquanto a educação é tratada da forma como está sendo tratada. O Governo, na verdade, está trapaceando com a opinião pública nacional, porque não haverá solução para nossos problemas sem educação. Todos sabem disso. V. Ex^a está falando com muita clareza e dando um roteiro que pode ser seguido. Mas não há compromisso verdadeiro do Governo com isso. Veja as recentes avaliações da qualidade do nosso ensino, do Enem... Há exemplos, no Piauí, de escolas privadas que estão seguindo, realmente, o seu roteiro de qualificação do professor e de prestígio da relação entre pais e alunos. E o ensino público sem nada disso. Hoje, os jornais estão noticiando os dez anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e o que temos a comemorar, se só 33% dos que frequentam o ensino fundamental vão para o ensino médio, que V. Ex^a está pregando que seja obrigatório? Onde estão esses jovens que não estão sendo educados? Agora, em lugar disso, dá-se a Bolsa Família, programa assistencialista para manter a mesma situação. Então, estamos como avestruzes, expostos a essa situação que V. Ex^a chama, inclusive, de guerra civil não-declarada da violência. Enquanto isso, a educação, base do desenvolvimento de qualquer país em qualquer parte do mundo... Aqui não se segue o roteiro. V. Ex^a esteve como Ministro da Educação, mas preferiram fazer esse loteamento de cargos a manter uma pessoa com a qualificação de V. Ex^a no Ministério da Educação. Muito obrigado. Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito obrigado, Senador.

Quero mostrar por que o Governo não dá importância à educação de base.

O Ministério da Educação cuida, ao mesmo tempo, das universidades e da educação de base. Portanto, como nas universidades estão repassando o dinheiro, como nas universidades tem o ProUni, como nas universidades tem mais vagas, eles não se preocupam, porque têm o que mostrar. Entenderam Senadores Mão Santa e Flávio Arns? Enquanto não separarmos

o ensino superior do ensino de base não haverá uma cobrança sobre o Governo Federal do que acontece na educação de base. É por isso que todos os resultados negativos da educação de base, nas últimas semanas, não tocam no Governo Federal, não tocam no Ministério da Educação. O Ministério da Educação não se sente responsável pelo fato de estarmos atrás do Haiti na repetência, pelo fato de que o Enem mostrou que piorou o aproveitamento das crianças, porque isso é dos Estados e Municípios. Tem que trazer para a responsabilidade do Governo Federal a questão da educação de base.

Mas continuando aquilo que precisamos fazer.

Outro ponto – e que vai dizer bem ao Senador que agora preside, Paim – é ampliar o número de escolas técnicas no Brasil. Temos que dobrar o número de escolas técnicas e, ao mesmo tempo, fazer programas de formação **ad hoc** para jovens, porque não adianta, Senador Mão Santa, criar uma escola para a eletrotécnica, porque formamos técnicos para isso e daqui a alguns meses os professores e os equipamentos vão ficar ociosos, porque não haverá mais necessidade até cinco anos depois. Uma série de cursos não exige escola especial para isso. É contratar professores **ad hoc**, momentaneamente.

O Governador Blairo Maggi, do Mato Grosso, tem dado um exemplo de como isso é possível. Ele identifica o que é preciso para o próximo ano e dá cursos específicos para aquele ano. Aqueles professores ficam, depois, dispensados, até anos depois.

Outro, é acabar com o vestibular. Não, contudo, para zerar. Tem de haver um sistema de seleção. O sistema que defendo, o qual Brasília deu o exemplo, a UnB já utiliza há dez anos, é uma seleção dentro do ensino médio.

Aqui, Senador César Borges, a UnB escolhe os seus alunos fazendo uma prova no final da 1ª série do 2º grau; outra, no final da 2ª série e uma última, no final da 3ª série do 2º grau. A média é que escolhe os alunos. Com isso desaparece aquela tragédia do vestibular único e se obriga o jovem a estudar durante todo o ensino médio.

Agora querem substituir o vestibular pelo Enem. É a mesma coisa, só que o exame é feito pelo MEC, e não pela universidade, porque é feito no final do 3º ano. A seleção tem de ser feita ao longo da formação do aluno, para que ele estude.

Outro ponto: é preciso envolver as famílias e os meios de comunicação na educação. Educação é escola, família e mídia. Não existe escola que seja capaz de dar educação sozinha. Sobre esse envolvimento, lembro-me de que em 2003 pedi ao Presidente Lula que o seu primeiro pronunciamento à Nação fosse

no dia da volta às aulas. Elealaria, como Presidente da República, um mês depois da posse, às crianças: “Hoje é o dia mais importante da vida de vocês, crianças brasileiras!” Isso seria para dar importância a esse envolvimento da família e da mídia.

Nesse sentido, há um projeto, Senador Pedro Simon, que é perfeito! Que cada televisão seja capaz, livremente, sem o Estado – nada de horário na Voz do Brasil –, com intervalo comercial para que ganhe dinheiro, de fazer programas educacionais durante o horário nobre, programas sobre história, como algumas novelas conseguem ser, como o Globo Repórter consegue ser, mas, que haja horário de formação educacional durante o período do horário nobre.

O outro ponto é criar um sistema nacional de avaliação. É preciso ter um TCU da educação no Brasil. Agora, não dentro do MEC, tem que ser fora do MEC, tem que ser vinculado ao Congresso e não ao Poder Executivo. Imagine se o TCU fosse um órgão do Poder Executivo? Não é menos importante avaliar a educação do que fiscalizar os gastos públicos. É preciso, sim, que tenhamos o TCU da educação, e é preciso criar canais de televisão vinculados a complementar a escola da criança. A criança assiste à aula pela manhã, chega no começo da noite e liga o canal do 1º Grau e terá a complementação do que aprendeu; liga o canal do ensino médio e terá a complementação; liga o canal da escola técnica e terá a complementação. Ao mesmo tempo em que é preciso trazer para valer a Universidade Aberta Darcy Ribeiro.

Defendo também, Sr. Presidente – e terminarei em poucos minutos –, algo que quero chamar a atenção: descentralização gerencial. Quando falo em federalizar, Senador Arthur Virgílio, são os critérios, não a gerência. Gerência até radicalizo.

Acho que podemos considerar como sendo uma escola pública aquela gerenciada pelos pais e pelos mestres, sem a intervenção do Estado. Agora, o Estado define, avalia a qualidade.

Para concluir, três pontos: quanto custa não fazer isso? Porque se pergunta muito quanto custa fazer; e quanto custa não fazer? A Coréia tinha a metade da renda **per capita** brasileira quarenta anos atrás; hoje tem duas vezes a renda **per capita** brasileira, é como se fosse quatro vezes. Pelas contas que faço, o nosso PIB, hoje de R\$2 trilhões, poderia ser de R\$6 trilhões se tivéssemos feito há quarenta anos o que a Coréia fez. Mas é preciso ver quanto custa fazer.

Fazer isso, hoje, custa R\$7 bilhões por ano, além dos R\$55 bilhões que se gasta hoje, 15% a mais. R\$7 bilhões é menos de 1% da renda do setor público, é 0,3% da renda nacional. É muito pouco, Senador Paim,

para darmos o salto e muito menos do que custaria não fazer.

Finalmente, peço a sua paciência, Senador Paulo Paim, nada disso vai ser feito se não fizermos uma grande...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senador Cristovam Buarque, vou-lhe dar mais um minuto para concluir, pois já lhe concedi oito minutos além do tempo regimental.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Espero que não seja creditado a mim, mas à educação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Com certeza.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Arthur Virgílio, para V. Ex^a, como Líder da Oposição, é importante o que vou dizer aqui. Creio que nada disso será feito se não fizermos uma grande coalizão neste País, mas não uma coalizão para sabermos quem vai ter cargo e nem a coalizão só dos partidos que estão apoiando o Governo; tem que ser uma coalizão do Estado brasileiro. O Presidente da República que quiser fazer isso tem que chamar a Oposição, porque isso vai levar 15 anos para ser feito, e em 15 anos o governo não será mais do mesmo partido porque a democracia exige renovação.

Por isso, concluo, sem entrar nos detalhes, defendendo que o Presidente Lula substitua essa idéia de coalizão governamental dos partidos que o apóiam por uma coalizão de Estado, das lideranças brasileiras, para fazer a revolução de que o Brasil precisa. Em vez do PAC, o PRE – Programa de Revolução na Educação brasileira!

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. César Borges, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelos Srs. Valter Pereira e Paulo Paim, sucessivamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio por 20 minutos.

Em seguida, falará o Senador Flávio Arns pela Liderança do PT por cinco minutos; logo após, o Senador César Borges, por 20 minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta semana registrará, muito provavelmente, um episódio histórico: as reservas internacionais brasileiras deverão ultrapassar a marca de US\$100 bilhões. O que poderia ser motivo de orgulho, comemoração e júbilo virou dor de cabeça, graças aos juros muito acima do recomendável, que o Banco Central tem sido obrigado a praticar. Em vez

de olhar para o “colchão de liquidez” que as reservas fornecem, muitos analistas dedicam-se, agora, a calcular quanto têm elas custado do Tesouro.

O assunto domina a discussão econômica desde as últimas semanas e tornou-se nota única nos últimos dias. Ainda mais, Senador César Borges, depois da informação divulgada na sexta-feira de que o Banco Central deve comprar US\$7 bilhões em reservas este mês – um recorde absoluto. Neste ano já foram US\$12 bilhões. Sem, contudo, a estratégia de segurar as cotações do dólar obter êxito. Hoje, um dos esportes preferidos do “mercado” é adivinhar quando a moeda americana passará a valer menos que R\$2,00. Há concordância sobre isso ser mera questão de tempo. Penso, inclusive, que, sem as intervenções do Banco Central, a relação estaria mais ou menos em US\$1.00 valendo R\$1,50.

Economistas, então, têm-se dedicado a calcular o quanto esse encilhamento de reservas tem custado ao Brasil. Isso porque, para acumular divisas, o País é obrigado a emitir títulos remunerados pela taxa Selic, hoje em 13%, gerando, no conjunto com a baixa inflação – e a baixa inflação é uma virtude, não é um defeito –, a mais alta taxa de juros reais do mundo, ao mesmo tempo em que mantém o Governo seus dólares aplicados em *treasuries* americanos, que pagam hoje 5% ao ano. Deixemos claro, de uma por todas: acumular reservas é necessário; no caso do Brasil, essencial até certo limite. A partir daí, é, no fundo, pobre financiando rico e agravando o quadro fiscal do País.

Ontem, **O Globo** deu cores dramáticas a este custo: R\$8,3 bilhões, ou um Programa Bolsa-Família inteiro em 2006. Esse especialista em contas públicas, que é o economista Raul Velloso, hoje, no **Estadão**, fala em R\$7,5 bilhões, decorrentes da compra de US\$34 bilhões em reservas. Com o percentual do PIB, algo em torno de 0,4%, há quem estime que, neste ano, 0,7% do PIB possam ser consumidos por essa despesa financeira, neutralizando, por exemplo, o aumento em investimentos previstos no Plano Plurianual de Investimentos. Eis o novo temor então: o Governo planeja, de um lado, reduzir o superávit fiscal, supostamente para ampliar investimentos: porém, de outro lado, acaba tendo de gastar mais do que isso para compor reservas.

Os investimentos prioritários, como o PPI, são estimados, realisticamente, em algo como 0,3% do PIB, mas o Governo preferiu contabilizá-los pelo valor de face, reduzindo, portanto, em 0,5% a meta de superávit primário para este ano. E o Banco Central, sem dúvida, levou isso em conta ao começar a reduzir a Selic a conta-gotas, apesar da inflação bem comportada. “Quando existe uma incerteza, um Banco Cen-

tral conservador leva a sério o risco de que o cenário ruim vá se concretizar – no caso, uma expansão fiscal de 0,5% do PIB. O desfecho poderá ser o pior possível: o governo não conseguir investir o previsto [veja, Senador César Borges, o que pode acontecer], mas o Copom calibrar os juros assumindo o risco de que 100% dos investimentos vão de fato ocorrer”, alerta o **Valor Econômico**, em editorial.

E, aliás, eu acredito perfeitamente nisso. Acredito exatamente que o Governo não será capaz de realizar esses gastos, mas ficam contabilizados os prejuízos de risco como se ele tivesse capacidade efetiva de realizar esses gastos.

Fato é que “se, além de um ritmo mais lento da redução dos juros, o governo for obrigado a gastar mais do que tinha programado na compra de dólares, o espaço orçamentário para os investimentos poderá ser substancialmente reduzido” avalia o jornalista Ribamar Oliveira, de **O Estado de S.Paulo**. Em suma: se comprar muito dólar, a margem para investimento em infra-estrutura prevista no PAC diminuirá.

Não há como se fugir disso, meu ilustre Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em vista do quadro, surgem por todos os lados sugestões sobre como desarmar a armadilha das reservas cambiais além do ponto tolerável pelo Brasil atual.

Para tentar conter a entrada de dólares, há quem sugira medidas alternativas. Aqui, vou passar em revista pelo menos três delas, Sr. Presidente:

Primeira, o Governo poderia ampliar de 30% para 100% das receitas o limite de recursos que exportadores podem deixar no exterior sem prazo para repatriamento – o que reduziria a enxurrada de dólares decorrentes do fluxo comercial. Considero bastante razoável a sugestão.

Segunda, o Governo poderia rever a isenção de Imposto de Renda dada a investidores estrangeiros nas aplicações de títulos públicos federais, o que poderia cortar o estímulo adicional a esses setores que os locais não desfrutam (só em janeiro os investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa ultrapassaram a marca de US\$1 bilhão). A mim não me agrada a fórmula restritiva, porque iria na contramão do mundo desenvolvido.

Outra sugestão vem de Alkimar Moura, ex-diretor do Banco Central. Para ele, para compensar o custo fiscal, a solução seria aumentar a tributação, via Imposto de Renda, do lucro das instituições financeiras. “Bastaria, portanto, aumentar a alíquota marginal de Imposto de Renda que já existe sobre o lucro das instituições financeiras e com isto reduzir o tamanho do encargo fiscal”.

Eu, pessoalmente, tenho restrições à idéia, pois, como efeito colateral, o adicional do Imposto de Renda seria repassado aos tomadores de crédito, sob a forma de juros mais elevados. Assim, o ônus da política de esterilização seria suportado pelos devedores do sistema bancário na forma de aumento do *spread* bancário.

Como se vê, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não há saída fácil. Vale, isto sim, é o debate ser posto claramente diante da Nação. O Governo precisa sair da inércia e buscar solução para esse grave problema que ameaça nossa economia. Enquanto os juros não deixarem de ser a anomalia que hoje encarnam – a culpa disso, aliás, é antes da irresponsabilidade fiscal do Governo do que da própria ortodoxia do Banco Central –, o País estará sempre sob o risco de adoecer do chamado “mal holandês”, ou seja, a perda de competitividade de setores manufatureiros exportadores de ponta em função da valorização excessiva de seus produtos de base, de suas *commodities*.

O quadro atual vem montando verdadeira bomba de efeito retardado para a economia brasileira e, via de consequência, para a sociedade que nos envolve.

Por ora, Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra, como Líder, por cinco minutos, ao Senador Flávio Arns.

Em seguida, falarão o Senador César Borges e, depois, por cinco minutos, o Senador Francisco Dornelles e o Senador Mão Santa, com a tolerância que a Mesa terá com S. Ex^a. Todos serão contemplados.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela Liderança do PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Senador Papaléo Paes, que está na Vice-Presidência desta sessão; Sr^{as} e Srs. Senadores, venho de novo fazer, rapidamente, nesta tribuna, algumas considerações a respeito da Lei nº 11.274, de 2006, que ampliou o Ensino Fundamental obrigatório, passando este a ter a duração de nove anos. Como todos sabemos, a Constituição determinava que o Ensino Fundamental era obrigatório – e continua obrigatório –, mas, antes, tinha duração de oito anos. Após a aprovação da Lei nº 11.274, de 2006, o Ensino Fundamental, o antigo Primeiro Grau – primário e ginásio, para as pessoas com um pouquinho mais de idade – passou a ter a duração de nove anos.

A discussão que ocorreu no Senado, naquela ocasião, foi extremamente positiva, no sentido de se dizer que muita repetência e muita evasão no Ensino Fundamental e, particularmente, na primeira série do Ensino Fundamental ocorriam em razão de a criança não estar habituada às exigências do ambiente esco-

lar: o uso do livro, do caderno, do lápis, da caneta, da borracha, inclusive o tipo de interação que havia, e que há, entre os professores, educadores, e os alunos. São interações completamente diferentes, não sendo nem melhores nem piores, mas diferentes, daquelas interações do ambiente escolar.

Na época, discutimos no Senado se era melhor para as crianças fazer com que o Jardim III se transformasse em ensino obrigatório, no sentido de preparar essas crianças para as exigências do contexto escolar, ou se era melhor ampliar o Ensino Fundamental de oito para nove anos de duração. Depois de um grande debate no Senado Federal e no Congresso Nacional, particularmente na Comissão de Educação, deliberamos no sentido de que houvesse o aumento de oito para nove anos de duração, inclusive para colocar o Ensino Fundamental do Brasil, no que diz respeito à duração, em bases semelhantes às do Ensino Fundamental no Mercosul.

O tema foi objeto de elogios e de debates na campanha presidencial, com a ênfase que se pretendia dar para a necessidade de a criança permanecer o maior tempo possível na escola, diminuindo a data de entrada dessa criança no colégio. O debate no Senado Federal privilegiou esta ótica: a criança entraria um ano antes na escola em vez de ficar mais um ano, ao final da oitava série, no Ensino Fundamental.

Porém, na seqüência, os Conselhos Estaduais de Educação no Brasil, assim como o Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, do qual participam profissionais e educadores da mais alta qualidade, tiveram de se ater àquilo que a Constituição dizia. E o que a Constituição dizia? Que o atendimento em creche e em pré-escola seria prestado a crianças de zero a seis anos de idade. Sendo assim, as crianças teriam de ter seis anos e completar sete anos na primeira série. Era o que a Constituição dizia antes. Nós, aqui no Congresso Nacional, mudamos a Constituição Federal – seu art. 208, IV – em 19 de dezembro de 2006, para que a nova realidade aprovada pela Lei nº 11.274 tivesse amparo constitucional.

Antes, a Constituição dizia que a Educação Infantil era para crianças de zero a seis anos de idade. Com isso, a criança completava sete anos de idade na primeira série. Com a mudança da Constituição, estabeleceu-se que a Educação Infantil em creche e pré-escolas seria para crianças até cinco anos de idade. Ou seja, a Educação Infantil não termina mais aos seis anos de idade, a Educação Infantil termina aos cinco anos de idade. Se, antes, as crianças podiam completar sete anos na primeira série, agora terão de entrar no Ensino Fundamental com cinco anos e completar seis anos na primeira série do Ensino Fundamental.

Se dissermos, em uma deliberação, que as crianças terão de completar sete anos no primeiro ano do Ensino Fundamental, estaremos retardando, procrastinando o final do Ensino Fundamental em um ano. Essa não era a intenção do legislador, que está clara no Texto Constitucional: a idéia é antecipar em um ano, não adiar, transferir, procrastinar um ano.

Isso está sendo objeto de inúmeras ações judiciais pelo Brasil inteiro, ações que são interpostas pelas escolas e pelas famílias das crianças. Amanhã, inclusive, haverá uma reunião do Conselho Nacional de Educação para discutir esse assunto. Fazemos um apelo ao Ministério da Educação e aos integrantes da Casa no sentido de que os debates que venham a acontecer possam se dar em um clima de tranqüilidade e de segurança para as famílias. Assim, dentro do espírito da mudança constitucional aprovada por esta Casa, que diz que a Educação Infantil termina aos cinco anos de idade, essas crianças devem fazer, então, seis anos na primeira série do Ensino Fundamental, independentemente da data de aniversário. Se, antes, a Educação Infantil deveria durar até os seis anos de idade, e as crianças faziam sete anos na primeira série, agora, que a Educação Infantil vai até os cinco anos, por uma questão de isonomia, de comparação, elas terão de fazer seis anos de idade na primeira série.

Esse é o debate que está acontecendo, inclusive, como eu já disse, infelizmente pelas vias judiciais no Brasil. Temos de ajudar, contribuir, por meio das discussões, dos diálogos, das conversas que estão sendo realizados no Conselho Nacional de Educação e que podem acontecer também com o Ministério da Educação e na Comissão de Educação do Senado Federal, para que o assunto seja esclarecido dentro do espírito que norteou todos os debates tão bons e necessários para que o Ensino Fundamental pudesse ser de nove anos para todas as crianças do Brasil.

Esse é um avanço, um avanço enaltecido por muitas pessoas. Que agora, nessa regulamentação, haja também o bom senso, a sensibilidade e a competência de todos os atores envolvidos para que se dê segurança, paz, tranqüilidade e felicidade, dentro de um novo espírito educacional que o Brasil pretende ver implantado com bastante competência.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Passamos a palavra ao nobre Senador César Borges por 20 minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta é uma sessão não–deliberativa de segunda-feira, mas tem grande importân-

cia em razão dos pronunciamentos aqui feitos pelos Senadores que me antecederam.

Destaco, em particular, o pronunciamento do Senador Cristovam Buarque sobre educação e o pronunciamento do Senador Arthur Virgílio sobre economia, discurso no qual S. Ex^a destacou o paradoxo em que vivemos: de um lado, o País se endivida para, pagando os juros mais elevados do mundo, comprar dólares – o raciocínio é que, se o dólar baixar, vamos sucatear a indústria, a agricultura e todos os setores voltados para a exportação. Vejam a armadilha em que colocaram o País! Vejam a armadilha em que estamos! Como vamos sair disso?

Além disso, queria aqui lamentar que o Governo Federal, hoje, esteja trazendo para o País mais uma preocupação, está repetindo o que faz praticamente todos os anos: vai contingenciar o Orçamento. A redução que se prevê nos investimentos do País é de R\$16,4 bilhões, redução que afetará também o setor de educação, sempre definido aqui como o setor prioritário.

O contingenciamento que se prevê no setor educacional, Senador Cristovam Buarque, é de R\$609 milhões no orçamento deste ano do Ministério da Educação. Esse contingenciamento está sendo condenado por todos as pessoas ligadas a essa área, e creio que tem de ser condenado por todos os brasileiros.

Fala-se em combater a violência. Sem sombra de dúvida, investir em educação é combater diretamente a violência. Entretanto, reduz-se em cerca de R\$600 milhões o orçamento do Ministério da Educação. As organizações que apóiam a educação no País ressaltam que o corte vai representar menos investimentos para a área: reduz-se de R\$1,5 bilhão para R\$1 bilhão aproximadamente. Só esses R\$600 milhões cortados representam mais do que os investimentos do Governo, nos dois últimos anos, na educação infantil e nas creches.

Isso está sendo diagnosticado pelo setor educacional. Como imaginar, então, o contingenciamento da educação no Orçamento Federal, logo no seu início, no cumprimento da Lei de Diretrizes Orçamentárias, ocasionando transtornos para todo o setor educacional do País?

Mas não é apenas o setor educacional que está sendo prejudicado com esse contingenciamento. A restrição orçamentária se dá também em vários outros Ministérios que têm importância na infra-estrutura e no desenvolvimento. No momento em que o Governo lança um PAC, dizendo que quer a aceleração do crescimento econômico, o Governo pára de investir, faz contingenciamento nos investimentos, retardando obras da maior importância.

Então, é claro que o PAC é um factóide. Ele nada mais é do que uma peça publicitária. Com ele, o Governo quer ver apenas a desvinculação dos recursos da União, manter a CPMF quase como algo permanente. É isso que está por trás do PAC.

Vejamos, o Ministério das Minas e Energia terá um contingenciamento este ano: terá apenas R\$383 milhões para arcar com os gastos de custeio e de investimento. Isso significa uma redução de 38% em relação ao que foi aprovado pelo Congresso Nacional. E isso em um Ministério tão importante, que investe na área energética e que, portanto, pode impedir um possível apagão, que é sempre uma ameaça, desde que São Pedro não esteja favorável! Felizmente, São Pedro tem feito chover; em algumas áreas até em excesso, o que para a geração de energia traz uma certa tranquilidade. Mas houve uma redução de 38% no orçamento desse Ministério.

Se olharmos para o Ministério do Turismo, verificaremos que a redução foi de 77%. Como se admitir que um Ministério tenha uma redução de 77% no que estava previsto em seu orçamento?

Realmente, o Governo Federal está desprezando as prioridades do seu próprio Governo e todas as ações empreendidas pelo Parlamento para aprovar uma Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento-Geral da União, que possa atender às necessidades e aos reclamos da população brasileira, seja na geração de empregos, como o turismo permite, seja na geração de mais energia, proporcionando a sustentabilidade das indústrias brasileiras.

Outro corte significativo aconteceu no Ministério das Cidades: 59%. Para esse Ministério será disponibilizado apenas R\$1,5 bilhão, e esse é o Ministério da cidadania, que atende à população em estado de risco, com maior carência.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador César Borges, permita-me interrompê-lo para comunicar que vamos prorrogar a sessão por mais de 30 minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes.

A redução orçamentária no Ministério das Cidades vai impedi-lo de fazer política habitacional, política de saneamento básico, seja abastecimento de água como esgotamento sanitário. A política de transporte público é uma questão muito séria no País, pois a população não pode mais pagar as tarifas que aí estão. O Governo, portanto, tem de olhar essa questão com muita atenção, diminuindo os tributos excessivos sobre o combustível utilizado pelos transportes públicos. E há ainda o problema dos metrô, a renovação da frota. Tudo isso faz parte do trabalho e da política que é

responsabilidade do Ministério das Cidades. Pois bem, esse Ministério terá uma redução, com esse contingenciamento, de 60%.

A agricultura também terá uma redução de 44% do orçamento previsto na LOA; e o mesmo se dará também nos Ministérios da Defesa, da Justiça. O menor corte ocorre no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que teve apenas 2,5% de redução. Isso porque aí está o programa que o Governo priorizou, que é o Bolsa-Família. E sobre isso Senadores que já estiveram nesta tribuna, como o Senador Osmar Dias e o próprio Senador Cristovam Buarque, já falaram.

Se por um lado o Bolsa-Família é necessário em uma emergência para suplementar a renda das camadas mais pobres do País, por outro, ele não pode ser uma política permanente. Não é isso que se deseja para o País, até porque, em longo prazo, ele não será sustentável. O que queremos é o crescimento econômico, a infra-estrutura, o desenvolvimento, o emprego. Mas hoje o programa não tem sequer a contrapartida que havia no Bolsa-Escola, pois só recebia o benefício a família que mantivesse os filhos na escola.

Hoje, o Bolsa-Família representa exatamente o assistencialismo puro e simples, o coronelismo do século XXI do Presidente Lula, que dá o dinheiro com uma mão e toma o voto com a outra.

Por outro lado, contingencia-se a educação, contingencia-se a saúde. Pelo menos nos primeiros meses do ano, no primeiro semestre, haverá um contingenciamento muito sério no setor da saúde. Se o Orçamento previa R\$22 bilhões para investimento em todos os ministérios, já se anuncia um corte de R\$16 bilhões, ou seja, ficar-se-á limitado a aproximadamente 30% do que estava previsto para investimento na lei aprovada pelo Congresso Nacional.

O Ministério da Saúde foi o que sofreu o maior corte: de R\$40 bilhões cairá R\$34 bilhões, ou seja, um corte de R\$6 bilhões nos investimentos e gastos de custeio. Temíamos que o Governo fizesse isso; e confirma o Governo essa política de falta de investimento, Sr. Presidente, essa política de contingenciamento, que é um desrespeito ao que faz o Congresso Nacional. É por isso que se fala no orçamento impositivo, do qual o Governo foge como o diabo foge da cruz. Ele não quer cumprir a lei orçamentária, não é do seu interesse; é do seu interesse manipular, a seu talante, o Orçamento da União.

Lamentavelmente, temos de voltar à questão da educação. Hoje, o jornal **A Tarde**, da Bahia, traz na sua manchete que só 33% dos jovens entre 15 e 17 anos chegam ao Ensino Médio. Imaginem: só 33% dos alunos chegam ao Ensino Médio! E estamos co-

memorando dez anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que poderia ter feito avançar muito a educação brasileira. Mas, lamentavelmente, pela falta de compromisso político com a educação, isso não aconteceu.

E lembrem-se todos: também se homenageia a memória de Darcy Ribeiro, passados dez anos de sua morte. E ele fez um esforço muito grande pela aprovação dessa lei. Mas o que temos como resultado? Os quase três milhões de estudantes que fizeram o ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio – obtiveram média inferior à de 2003, Senador Cristovam Buarque. Nós estamos involuindo. A média é a pior desde 2002 e dez pontos inferior à de 2003. Em nenhum dos Estados, a média de acertos passou de 40%, ficando em torno de 36%.

É essa a realidade hoje com relação à educação. Mas, enquanto isso, o Governo fica se jactando de ter feito o Fundeb. E até agora não há sequer um acordo entre os Entes federativos, que, na verdade, financiam o Fundo. O Governo Federal entra com apenas 4%, ficando os outros 96% dos recursos por conta dos municípios. Mesmo assim, o Fundeb até hoje não está regulamentado. Todavia, o Governo, com isso, já faturou votos na eleição passada e continua a fazer o discurso de que é responsável pelo Fundeb.

É bom que se esclareça: o Fundo é uma exigência da Nação e quem o está financiando são os Estados e os Municípios, já bastante comprometidos em suas receitas. No entanto, o Governo Federal é quem aparece como aquele que fez o Fundeb para o Brasil. Contudo, o fundo não está regulamentado, não foi criado pelo Governo Federal nem será ele quem pagará por isso.

Então, não há sequer um acordo. Estados e municípios estão brigando pela definição de como serão direcionados os recursos para os diversos níveis do ensino básico, que agora engloba o ensino infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Não há ainda um acordo fechado sobre a divisão desses recursos.

Então, Sr. Presidente, o que temos a comemorar? Um PAC lançado pelo Governo? O Senador Cristovam Buarque falou que o Governo pretende lançar um PAC da Educação. Como imaginar que possa existir um PAC da Educação?

A educação é uma política permanente, que tem de ser objetiva, clara, definida, transparente, discutida com a comunidade.

Vive o Governo de factóides, querendo nos iludir a todos e à própria população brasileira. É lamentável que o Governo insista nessa linha de conduta e não assumas as responsabilidades que temos de exigir de todos que têm responsabilidade na República brasileira.

O momento é grave, é de crise em todos os setores. Qualquer articulista, jornalista ou cronista importante fala que o País atravessa crise muito grave, até de descrença nos Poderes constituídos: Executivo, Legislativo e Judiciário. E durante a tarde de hoje, aliás, o Senador Pedro Simon chamou à responsabilidade o Judiciário.

Sr. Presidente, nós tentamos. Proferimos discursos e elaboramos as leis. Mas, lamentavelmente, o Executivo não as cumpre, e fica o País sempre a exigir, a pedir. A população está refém da situação que aí está. Um setor tão importante como a educação, base de um País que desejamos desenvolvido, não recebe a prioridade que o País exige e continuará exigindo.

Concedo o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, poderia usar o meu aparte para comentar diversos pontos importantes de seu discurso; porém, quero me ater a um: o retrocesso que os indicadores mostram. Nós regredimos, como mostra o Enem, o Exame Nacional do Ensino Médio. Estamos piores hoje do que antes. Mas é muito mais grave quando se compara o Brasil com os outros países. Mesmo quando avançamos, nós o fazemos de forma mais devagar do que os outros países. Há trinta anos estávamos melhores do que a Irlanda, a Coreia e a Espanha; e hoje estamos atrás. Há dez anos estávamos melhores do que o México; agora estamos atrás. Hoje estamos mais ou menos iguais à Colômbia; mas estaremos atrás daqui a cinco anos. E, enquanto isso, não vemos o Governo Federal despertar para o problema. Comemora-se uma universidade nova, sem perceber que não há uma base para formar os alunos que vão para a universidade. O PAS a que eles se referem é para aumentar o número de vagas na universidade, quando o grande problema brasileiro é aumentar o número de jovens que concluem o ensino médio – V. Ex^a mesmo falou que somente 33% terminam o ensino médio, e desses, 18% têm um mínimo de qualificação. O grande desafio é 100% dos alunos terminarem o ensino médio e disputarem em condições iguais o ingresso na universidade. Então, fico feliz com seu discurso, mas, queria me agarrar a esse ponto: regredimos em termos absolutos, mas regredimos muito mais em termos relativos se nos compararmos com os outros países.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a cita vários países, como a Coreia e o México, que evoluíram muito mais do que o Brasil. A Colômbia, que agora dá passos decisivos principalmente no combate à violência, já é um exemplo para o País. Governadores brasileiros visitarão a Colômbia, um país que vive praticamente numa guerra

civil, uma situação que não desejamos, mas está avançando no combate à violência e já resgata a confiança nas suas instituições.

Agora, a pergunta é: por que nosso País não evolui? Por que não avançamos?

Vivemos em plena democracia, as instituições estão em pleno funcionamento, houve alternância no poder, com a eleição de um partido que trazia a bandeira da moralidade e da ética e dizia ter soluções para o Brasil. Já queimamos um mandato do Presidente Lula, estamos indo para o segundo mandato, e quais são nossas perspectivas?

Disse V. Ex^a que a Colômbia, em cinco anos, estará numa situação educacional melhor que a do Brasil. Temos condições de reverter isso rapidamente? Não temos. Disse muito bem V. Ex^a que esse é um trabalho de médio e de longo prazo.

Ora, Srs. Senadores, por que isso? A minha angústia é ver passar uma geração como a minha, que imaginava um país desenvolvido e justo socialmente, mas que, lamentavelmente, em lugar de evoluir está involuindo. A disparidade, as desigualdades sociais são gritantes. O que existe é essa “guerra civil” instalada nas grandes metrópoles brasileiras – e hoje se estendendo até para as cidades de médio e de pequeno porte.

Por que o Brasil não evolui, Sr. Presidente? Por que a Coreia do Sul está acima do Brasil e brevemente também estarão o Vietnã e o México? E o País não evolui, porque lamentavelmente não tem havido compromissos efetivos com as maiores prioridades nacionais, e entre elas, sem sombra de dúvida, está a educação.

O Senador Cristovam Buarque delineou aqui um caminho a ser seguido, mas o Governo não o abraça e prefere fazer o Bolsa-Família, que garante a eleição, a reeleição e assim por diante. Prefere lotear entre os partidos os Ministérios. Não há mais méritos, simplesmente dão-se os cargos ao grupo A, ao grupo B – e há partido que têm dois ou três grupos. E vão se repartindo cargos de acordo com esses critérios inaceitáveis para quem quer efetivamente fazer um trabalho que tire o Brasil da angústia de ver, dentro do cenário internacional, vários países superando suas dificuldades, enquanto nós, lamentavelmente, continuamos atrelados, amarrados a problemas tão sérios que o Governo não enfrenta com a clareza e a determinação que exigimos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta tarde, queria trazer nossa preocupação e nossa angústia ao ver, no início do novo mandato de quatro anos do Presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores, um contingenciamento de aproximadamente 65% do que estava previsto para investimento em todos os seto-

res: saúde, educação e infra-estrutura. Como acreditar que este País vai voltar a crescer? Como acreditar que este País vai conseguir resolver essas questões tão importantes ligadas à cidadania, à liberdade do cidadão? A violência hoje coíbe a liberdade do cidadão brasileiro.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador César Borges.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição, na condição de Líder, para fazer uma breve comunicação à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a será atendido, Senador Valter Pereira.

Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles, pela Liderança do PP, por cinco minutos. Em seguida, com orador inscrito, terá a palavra o Senador Mão Santa. E, como último orador, o Senador Valter Pereira, pela liderança do PMDB.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP

– RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, quero ocupar os cinco minutos que me foram concedidos como Líder do PP, para trazer minha enorme preocupação com notícias vinculadas esse fim de semana de que a Petrobras pretende construir no exterior as Plataformas 55 e 57, o que seria desastroso para a recuperação da indústria naval brasileira, que se vem recuperando desde 1999. Nós, hoje, estamos com mais de dez estaleiros no Rio de Janeiro recuperados e com 100 mil pessoas trabalhando.

A indústria naval do País precisa de um enfoque muito especial, Sr. Presidente. Quando um domiciliado no País importa um automóvel, um ônibus, um caminhão, ele paga um imposto de 35%. É lógico que o bem importado fica mais caro com esse imposto, mas, se tivéssemos de retirar o Imposto de Importação da indústria automotiva brasileira, esta viraria pó. Talvez, isso fosse bom para o importador, mas desastroso para o País.

O mesmo ocorre com a indústria naval. Temos de estabelecer uma política setorial para a indústria naval, temos de fazer um exame profundo da sua situação, temos de verificar o que ela implica em matéria de geração de renda, de emprego, de divisas. Temos

de verificar, hoje, a situação do Repetro, que faz com ela participe das licitações, fazendo isso em moeda estrangeira, no momento em que existe uma valorização grande do real. E temos de pensar até mesmo se essas plataformas importadas não entram aqui com grande grau de incentivos e de subsídios que agridem os princípios do comércio internacional.

Pretendo voltar a esse assunto, Sr. Presidente, com maior profundidade, em momento em que puder dispor de tempo maior para abordá-lo. O que desejo, hoje, nestes cinco minutos de Liderança, é mostrar minha preocupação com as notícias vinculadas e fazer um apelo à Petrobras, para que venha a medir muito a importância de que essas Plataformas 55 e 57 sejam realizadas e encomendadas em estaleiros nacionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Francisco Dornelles.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, como orador inscrito. V. Ex^a, Senador Mão Santa, dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento. Considerando que nós já prorrogamos a sessão, e em respeito a V. Ex^a e ao Senador Valter Pereira, vamos conceder dez minutos a V. Ex^a e cinco minutos ao Senador Valter Pereira, como Líder do PMDB.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, que preside esta sessão de 26 de fevereiro de 2007, Senadoras e Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes, bem como os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Dornelles, acabei de chegar da Cidade Maravilhosa, que V. Ex^a representa. Todos nós somos encantados pelo Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro é o coração deste País.

Papaléo Paes, eu conheço bem o Rio, porque minha formação cirúrgica foi no Hospital do Servidor do Estado, Ipase, Rua Sacadura Cabral nº 171. Anos 60, que saudade, Dornelles! Não se ouvia falar em bala perdida, em bandido; havia malandro, mas do samba. O Carnaval da Avenida Rio Branco, que saudade, Dornelles! Eu saía a pé do Hospital do Servidor, ia até a Praça Mauá pegar o ônibus para o Jardim de Alah, para o apartamento de uma tia minha, do lado da Cupertino Durão, Ataulfo de Paiva, do Cine Leblon, nos anos 60. E o PT acabou com isso tudo, todo mundo anda apavorado, todo mundo com medo no Rio de Janeiro. Que saudade, Dornelles, da Confeitaria Colombo! Cinco horas da tarde, a gente pegava as garotas. Lá no Piauí não, mas no Rio tinham uma mania de tomar chocolate quente. Não nós, mas as cariocas, a gente levava, entrava pela noite. De mãos dadas na Rua do Ouvidor, Dornelles!

Eu saía do Hospital, Mauá, Rio Branco, Cinelândia. A rua do Ouvidor fecha às 5 horas da tarde com medo. Galeria Menescal. Ô, Papaléo, o Dornelles está sentindo a responsabilidade. Era a coisa mais linda do mundo, as mulheres mais lindas do mundo. Sou do tempo da garota de Ipanema. E, agora, a galeria está fechada, gradeada.

Atentai bem, que vergonha! Ô, Lula, pega a sua Marisa e vá andar na rua do Ouvidor. O senhor não é do povo, não é popular? Vá de mãos dadas, vá à Cinelândia. É a barbárie hoje do Brasil. Não é só no Rio de Janeiro, isso é uma epidemia, alastrou-se pelo Brasil todo.

Lá no meu Piauí, César Borges, aquele negócio de velório, de sentinela, não existe mais. Essa é a barbárie do PT. Morreu, enterra logo, porque se velar à noite, Papaléo, tem arrastão, lá em Teresina, pacata, cristã... Esse é o Governo do PT, sem segurança, sem educação, sem saúde.

Mas estamos aqui, Dornelles. Ô, Valter Pereira, estamos no PMDB pelos mortos: Ulysses, Tancredo, Teotônio, Ramez Tebet. Que Ramez Tebet lhe dê coragem. Juscelino, cassado; Tancredo, seu tio. Isso é o que me prende ao PMDB. O PMDB tem muita luta. Não sei se o Valter Pereira já tinha nascido, mas, em 1972, lá no Piauí, eu, formado no Rio de Janeiro, com a coragem do carioca, nós conquistávamos, com Elias Ximenes do Prado, uma Prefeitura, contra a ditadura, a maior cidade do Piauí. Antes de Ulysses! Ulysses foi em 1974, com Sobral Pinto, combateu, com Euler Bentes, com Brossard! Foi Brossard que disse, Valter Pereira, aprenda, “Oposição não precisa pedir permissão para fazer oposição.” Esse PMDB, que fez renascer a democracia, esse PMDB de Tancredo Neves – está ali o sobrinho Dornelles – que se imolou, esse PMDB do povo, da democracia.

“Ouça a voz rouca das ruas.”, dizia Ulysses, encantado no fundo do mar. Eu vim da sua capital e vi o PMDB. O carioca é daquela luta. Foi uma consagração do PMDB do Rio de Janeiro a Michel Temer. Ô Valter Pereira, eu estive, há 15 dias, em São Paulo também, mas o Rio de Janeiro me emociona. O Rio é nosso. Estudei e me formei lá.

Dornelles, eu namorei no Aterro do Flamengo, as cariocas, bonitas, embalado pela música dos carros que passavam, aquela zoada. Hoje é inconcebível. É o Governo do PT. Cadê a segurança?

Mas o PMDB é da Pátria.

Presidente Lula da Silva, com todo respeito, creio que V. Ex^a deveria indicar o Presidente do PT. E é do seu Partido.

Dornelles, V. Ex^a não leu Roberto Jefferson, mas eu li. Temos de saber essas coisas. V. Ex^a já leu, Papaléo? Estão na fila o Jarbas Vasconcelos e o Papaléo.

O Lula sabe, o Presidente Lula da Silva é inteligente. Ele sabe que o PT está contaminado, purulento, supurado, gangrenado. E o PMDB está saneado, com a morte de Ulysses, de Tancredo, de Teotônio, de Ramez Tebet, de Juscelino, de Marcos Freire; e por nós, pela nossa luta.

Quero dizer que vi a reação da Guanabara, o entusiasmo dos delegados. E não é para menos. Valter Pereira, conheci todos os Presidentes, inclusive Ulysses. Tenho até mais amizade pelo Jarbas, que é do meu Nordeste; pelo Maguito, com quem viajei, outro dia, para a Itália, e por todos os Presidentes recentes. Pelo Quéricia, a quem devo favor. Quando ele se candidatou à Presidência, eu o apoiei e acabei sendo eleito Governador do Piauí, mas nenhum foi melhor do que Michel Temer. Eu os conheço todos. Ele administrou esse Partido na turbulência. Eu vi, Valter Pereira! Acompanhei Ramez Tebet, o santo político que lhe trouxe para cá. Lembro-me da sua dificuldade, por causa das turbulências: “Tem convenção? Não tem. Anula, liminar, etc”..

Ele devia ser Ph.D em Direito, com tanta liminar, com tanta confusão jurídica! Era o Rigotto, querendo candidatura; Anthony Garotinho, Itamar, Pedro Simon! Creio que Pedro Simon vota em Michel Temer. Vi o desamparo com que o trataram, queriam desmoralizá-lo. É um homem da melhor história política, franciscana. Michel Temer é firme e sereno. É por isso que está sendo consagrado.

O PMDB, Senador Valter Pereira, é do povo, é da democracia, é independente. Ele enfrentou os canhões. Michel Temer é assim. Vejo isso.

Ô Dornelles, sou bíblico! Meu nome é Francisco. Sou da terceira ordem franciscana, como Pedro Simon.

Quando Moisés levou o povo de Deus para tirá-lo da escravidão do Egito, não quis saber se havia o mar vermelho ou um exército de faraós. Foram 40 anos, ô Zezinho! Moisés chegou e moveu a terra. Com Ulysses, foram vinte anos, Presidente desse Partido. Moisés demorou 40 anos, Papaléo! Ele viu a terra prometida e disse: “Vá você, Josué!” O Nosso Josué é o Michel Temer. É Ulysses quem me manda dizer isso. Posso falar por ele. É o nosso Josué.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Mão Santa, obedecendo ao Regimento, quero informar que prorrogamos a sessão por mais 15 minutos, em virtude de haver mais dois oradores para usar a tribuna.

Continue o seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sei que V. Ex^a é um homem de sensibilidade. Creio que V. Ex^a deveria permanecer aí, como Presidente, por mais tempo! V. Ex^a esteve no PMDB e, com tanta confusão, saiu. Ninguém se perde no caminho de volta – estou falando isso também para V. Ex^a voltar.

Ô Dornelles, Napoleão Bonaparte dizia que o francês é tímido. “O francês é até preguiçoso”, ele dizia. Tomar banho dava trabalho. Mas, quando ele tinha um comandante bom, ele valia por cem, por mil. Temos o nosso comandante bom: é Michel Temer, constitucionalista.

Ô Valter Pereira, convivi com Petrônio Portella. Quero lhe dar um ensinamento. Sei que V. Ex^a sabe tudo, mas não conviveu com Petrônio. Ele disse: “Só não muda quem se abdica do direito de pensar”. Posso mudar.

Sabe quando comecei a admirar Michel Temer? De repente, houve uma unidade: Michel Temer para Presidente da Câmara pelo PMDB. Havia nove Governadores do PMDB. Éramos nove. Eu estava aqui, e eles mandaram que eu os representasse. Fui. Esse é o Michel Temer que conheço desde essa época, Valter Pereira, e eu o acompanho e observo. Sou do Piauí. Somos independentes, tiramos até os portugueses, em batalha sangrenta.

Piauí, terra querida,
Filha do sol do Equador,
Pertencem-te a nossa vida,
Nosso sonho, nosso amor!”

Na luta, é o teu filho o primeiro que chega. E estamos aqui!

Nunca vi fraqueza em Michel Temer. Só vi dignidade e decência. Ele é que é o entendimento! Rui Barbosa está ali, Valter Pereira, e ele disse que só há um caminho: a salvação, a lei e a justiça. Ele é a lei, ele é o constitucionalista. O outro candidato?!

Vi Ulysses, represento Ulysses, falo por Ulysses. Ô Valter Pereira, aprenda: Ulysses beijou aquela Constituição em 5 de outubro de 1988. Ô Papaléo, ele a beijou e disse: “Desobedecer à Constituição é rasgar a bandeira brasileira”. Sei o que é país sem Constituição.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quem obedece à Constituição, a lei das leis, é Michel Temer. O outro surgiu aí porque o Lula quer. Eu sei, não vou agredir os fatos. Lula é o Presidente da República, mas o Presidente do PMDB, somos nós quem o temos de escolher. Que ele escolha o do PT!

Um é amante e defensor da lei, um constitucionalista, do qual nos orgulhamos. O outro? Que disse que fraudou a Constituição?

Ô Dornelles, V. Ex^a tem muita responsabilidade. A sua vida é uma grandeza, é um padrão, é Minas. V. Ex^a é a imagem de Tancredo, a fé do povo. V. Ex^a se lembra de 1,5 milhão no Anhangabaú, em São Paulo, que o PMDB colocou nas ruas para venerar Tancredo Neves?

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Partido precisa do Presidente Lula para mandar indicar Presidente?! Governabilidade tem. Eu tive. Tancredo a procurou e teve, assim como todos nós. Isso é uma coisa.

O PMDB, na sua trajetória, vence em Minas, em São Paulo, no Rio de Janeiro, onde houve um grande evento, com a presença do Governador Sérgio Cabral, que só foi elogios ao Temer. Vamos ganhar no Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Distrito Federal, Tocantins, Mato Grosso, Bahia, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Amazonas, porque o PMDB fará 41 anos em março. É muita história e é muita luta!

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Michel Temer poderia repetir aquilo que Júlio César disse: “Vim, vi e venci”. Ele foi ao diretório e viu o semblante daquela que não é uma cidade qualquer, mas a cidade que mandou Dornelles para cá, a cidade da Independência: o Rio de Janeiro. Vi a consagração e a liberdade daquele Rio das nossas histórias.

Estas são as minhas considerações. E o PMDB, sem dúvida nenhuma, dos 29 Partidos, é aquele que traduz a maior luta pela democracia e pela qual estamos aqui.

Então, brasileiras e brasileiros, se o PMDB aumentou o seu número, foi porque Michel Temer o comandou e foi às bases. Houve participação popular nas prévias e o povo continua respeitando o PMDB.

Vou votar em Michel Temer com o mesmo amor e respeito com que eu hasteava a Bandeira do Brasil quando era Prefeito de minha cidade e Governador do Estado do Piauí pelo PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valter Pereira, pela Liderança do PMDB.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos para fazer seu pronunciamento.

Em seguida, fará uso da tribuna, como orador inscrito, o Senador Renato Casagrande, também por cinco minutos. Depois, concluiremos nossa sessão.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a, caso eu venha a romper o limite de cinco minutos, levasse em conta que estou também inscrito para falar como orador. Espero que V. Ex^a tenha compreensão, se necessário. No entanto, vou procurar observar, rigorosamente, os cinco minutos que o horário da Liderança reserva-me.

Inicialmente, não posso deixar de me reportar às palavras, sempre muito bem elaboradas, do ilustre Senador Mão Santa, hoje extremamente preocupado com a sucessão que se está processando no PMDB, o qual deverá realizar convenção para escolha do seu novo Diretório Nacional nos próximos dias.

Conheço o Senador Mão Santa já de algum tempo e o respeito de forma muito afetuosa. Não conhecia um atributo seu que, hoje, parece ter S. Ex^a mostrado aqui: o de que é possuidor também de algumas faculdades mediúnicas, já que insinuou que estaria expressando a vontade do nosso saudoso, inesquecível e querido Ulysses Guimarães. Não tenho essas faculdades mediúnicas, mas concordo com a referência que S. Ex^a fez ao nosso ilustre Presidente Michel Temer. Efetivamente, é um grande brasileiro, e qualquer Partido político deste País se orgulharia de tê-lo como Presidente, como nos orgulhamos hoje. Não tenho a menor dúvida sobre isso. Trata-se de grande jurista, de grande político e de homem de perfil ilibado na conduta dos negócios públicos e dos interesses partidários.

Entendo que essa disputa que está sendo travada pelo controle do Diretório do PMDB não é saudável para o Partido, já que nela estão dois nomes que desfrutaram de grande prestígio e que dão ao Partido o orgulho de exibir à Nação um dos melhores quadros, tanto pelo lado da chapa comandada pelo companheiro Michel Temer, quanto pela outra chapa, comandada pelo jurista Nelson Jobim, que foi meu colega na Assembleia Nacional Constituinte, também integrando a Bancada do PMDB.

Trata-se de disputa de grandes figuras, que não traz para o Partido benefício algum. A solução consensual seria aquela que consulta mais os interesses da nossa base. Nossos companheiros militantes do PMDB, em todo o meu Estado, por exemplo, esperam que a cúpula do Partido tenha juízo suficiente para preservar a dignidade destas duas grandes figuras: o Ministro Nelson Jobim e o jurista Michel Temer, que, com certeza, tem ainda uma grande missão, seja qual for o resultado da convenção, para cumprir em favor do nosso Partido e do nosso País.

No entanto, Sr. Presidente, não pedi a palavra para abordar essa questão partidária, que está sendo tratada, intramuros, por todas as Lideranças do Partido,

incluindo o Senador Mão Santa, a fim de que possamos encontrar essa solução consensual. Vim aqui para trazer duas notícias: uma notícia alvissareira, muito boa, e outra, nem tanto.

A notícia boa que eu gostaria de transmitir a esta Casa é a de que, na tarde de hoje, o Incra conseguiu pôr fim a uma disputa que havia sido travada, anteriormente, entre esse órgão e o Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária, que estava impossibilitando uma negociação já madura, já fechada, entre o Incra e os proprietários de algumas áreas de terra no extremo sul do estado. Mil e quinhentas famílias ocuparam uma rodovia em sinal de protesto, porque havia o compromisso do Governo, por meio do Incra, de promover-lhes o assentamento, mas, de repente, o Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária colocou dificuldades para que se concretizasse essa transação. Hoje, o Conselho Diretor do Incra aprovou essa transação. A terra será adquirida nos próximos dias, e os camponeses serão assentados, pondo fim à celeuma que se instalou nas imediações do Município de Itaquiraí, envolvendo a fazenda Santo Antônio e algumas glebas conhecidas por Caburé I, II e III.

A outra notícia que eu gostaria de registrar, Sr. Presidente, é a de que amanhã, dia 27, será julgado um recurso do ex-Governador José Orcírio dos Santos, mais conhecido como Zeca do PT, pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Esse recurso decorre de uma condenação imposta pelo Juiz de Direito Dorival Moreira dos Santos, da Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos, devido a uma transação extremamente nebulosa e imoral praticada pelo Governo do PT do meu estado. O Governador e seus familiares – incluindo cunhados, sobrinhos, irmãos etc – simplesmente se apossaram do terminal portuário de Porto Murtinho.

Uma notícia publicada pelo jornal **Correio do Estado** fez o seguinte comentário:

[...] defesa assegura que o ex-governador não praticou improbidade ou ato ilegal e imoral, bem como não tem qualquer responsabilidade pela recomposição dos prejuízos sugeridos na ação popular proposta por Esacheu Cipriano Nascimento e Jesus Alfredo Ruiz Sulzer, que são membros do PMDB. A ação não atinge apenas José Orcírio.

E aí fala da família todinha.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a, então, adentrasse agora naquele meu outro horário, só para eu concluir.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Informo a V. Ex^a que lhe restam ainda quatro minutos, além dos cinco. A propósito, também vamos conceder cinco minutos ao Senador Renato Casagrande.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Não quero causar prejuízo à fala do Senador Renato Casagrande.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Não haverá prejuízo. Pedimos apenas a compreensão de V. Ex^a.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, gostaria de frisar um outro detalhe da notícia que é digna de registro:

“Dentre todos os atos e instrumentos citados na ação popular, o então Governador admite que o Contrato de Concessão nº 001/2001, firmado com o Consórcio Comport, foi o único por ele subscrito, não contando os demais com qualquer espécie de anuência, autorização ou ratificação sua.”

Ora, se todos os parentes do governador ocupavam altos cargos na administração estadual, como negar, hoje, a anuência, a autorização para que eles praticassem os atos em nome do governador, se até um Secretário de Estado, que hoje é parlamentar, Deputado Federal, estava presente, assinando os atos do Governo?

Por outro lado, Sr. Presidente, mesmo que tenha sido uma única assinatura do então governador, a configuração do crime já está presente. Aí vem uma questão crucial: não sei qual será a decisão do Tribunal de Justiça do meu estado, mas a grande verdade é que, mesmo que o Tribunal venha a entender que a ilegalidade tenha sido observada, é preciso observar também que a ética é uma exigência nacional, é uma exigência de toda a sociedade brasileira. E é difícil admitir como ética a conduta de um governador que se apossa de um terminal portuário, patrimônio do Estado, em sua administração, em sua gestão, em quatro anos de governo. E o mais grave é que, apesar de tudo isso, os amigos, os parentes e os aderentes do governador propalam, pelos quatro cantos do estado, que Zeca do PT, uma das maiores lideranças do PT nacional, estaria na iminência de ser guindado à condição de Embaixador do Brasil no Paraguai ou na Bolívia – ainda não se sabe ao certo – ou à condição de Ministro de Estado, na administração do Presidente Lula. Se o Presidente Lula, efetivamente, quiser dar esse salvo-conduto para o governador – porque se diz, à boca pequena, que é um verdadeiro salvo-conduto o que o ex-governador busca –, se ele estiver agindo

com essa intenção, indiscutivelmente estará maculando, mais uma vez, a imagem do seu Governo.

Portanto, Sr. Presidente, ao fazer esse registro, espero que esse desatino em aproveitar alguém envolvido com tanta patifaria no meu Estado não venha a se consumar no Governo do Presidente Lula.

Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra, com base no art. 14 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por haver sido citado pelo ilustre orador, reivindico usar da palavra pelo art. 14.

Caro Senador Valter Pereira, não é mediunidade não. Trata-se de conhecer a vida do PMDB. Gostaria – sei que V. Ex^a é um dos melhores líderes do nosso quadro – que V. Ex^a lesse o livro de Tarcísio Delgado **Quarenta Anos**. Portanto, não foi por mediunidade não, e, sim, por conhecê-los, por admirá-los, por segui-los e por aceitá-los como líder, como hoje aceito Michel Temer. V. Ex^a acabou de seguir um deles. Ulysses dizia: “Ouça a voz rouca das ruas”. Essa voz é o povo. Foi o que Michel Temer fez com as prévias. E mais: a corrupção é o cupim que destrói a democracia. V. Ex^a acaba de dizer, e não foi o espírito de Ulysses, foi por conhecimento. V. Ex^a denunciou o que era a bandeira de Ulysses: combater a corrupção do PT. V. Ex^a e eu estamos juntos nisso. Mas o que eu quero dizer é que não é bem assim. Seria, mas estamos numa democracia! Viemos, do Rio de Janeiro, o Diretório, maciçamente, aclamando o nome de Michel Temer. Até o Governador do Rio de Janeiro enaltecia as virtudes e as qualidades do nosso candidato Michel Temer. Mas não é bem assim. Um quadro vale por 10 milhões de palavras. V. Ex^a disse que tem dois, mas o PMDB tem milhares de líderes bons. V. Ex^a está lá, eu também estou aqui – são milhares.

Vim do Rio de Janeiro, onde passei a minha mocidade. Fui buscar, nos melhores anos da minha juventude, ciência para, com consciência, ajudar o Piauí e o Brasil. Sou do tempo da música “Garota de Ipanema”. As garotas do Rio nos encantavam, mas só se pode casar com uma, e fui buscar a melhor de todas no Piauí, a minha Adalgisa. O mesmo se dá com o PMDB: só podemos eleger um Presidente, e o melhor. No momento, o mais digno, o mais honrado, o mais correto, o denominador comum, a unidade do PMDB é Michel Temer, o resto é a divisão. O Presidente Lula lê – esse negócio de dizer que o Presidente não lê, ele lê, sim – o Maquiavel, ele é pequenininho: dividir

para reinar. Dividiu o PT, dividiu o PTB do Senador Francisco Dornelles e está dividindo o nosso PMDB. A nossa unidade são os mortos: Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Tancredo Neves, Ramez Tebet, Marcos Freire, Juscelino Kubitschek, e o comandante vivo é o nosso Michel Temer, para quem – está escrito no livro de Deus: “pedindo, dar-se-vos-á” – vim pedir o apoio de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Muito obrigado, Senador Mão Santa, por sua compreensão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Renato Casagrande, como orador inscrito.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES.
Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, quero dizer que tentarei me ater aos cinco minutos que V. Ex^a me concedeu.

Não tive a oportunidade de estar presente na Casa na semana que antecedeu o Carnaval, período em que o Senado realizou um grande debate sobre o combate à criminalidade e sobre a redução penal. Naquela oportunidade, estava representando o Congresso em Washington, para discutir o aquecimento global. A respeito dessa viagem, falarei no decorrer desta semana.

Muitos apostaram que o Congresso Nacional esquecer-se-ia do assunto, que dele não trataria depois do Carnaval, porque o nível de exposição ficou reduzido nos meios de comunicação. Por isso, esta Casa precisa dar uma demonstração clara, e os indícios são positivos, de que continuará debatendo o assunto da segurança pública, que é fundamental para nós.

O Congresso Nacional, o Senado da República, a sociedade brasileira precisam debater acerca da questão do combate à criminalidade. Acredito que só com um debate permanente envolvendo o Poder Legislativo em todos os níveis, o Poder Executivo e, em especial, a sociedade brasileira, por meio dos conselhos de segurança e de diversos foros de debates, buscando alternativas para combater a criminalidade, encontraremos as saídas necessárias para a crise que vivem as instituições brasileiras que hoje têm o objetivo de combater o crime no nosso País.

A criminalidade avançou mais do que o aparelho policial ou do que avançou a sociedade nos últimos anos.

Mas estamos debatendo aqui o aperfeiçoamento legal. Primeiro, antes até do aperfeiçoamento legal, muitas coisas precisam mudar, Sr. Presidente, com relação à gestão, à administração do Poder Executivo, com as normas legais vigentes hoje em nosso País. É

fundamental que possamos, no combate à criminalidade, melhorar a implementação e a gestão do sistema carcerário. Nós temos, Sr. Presidente, um custo elevadíssimo por preso em cada unidade, no País. São mais de R\$2 mil por cada preso. Isso é má gestão.

Nós temos necessidade de melhorar o serviço de inteligência das nossas polícias, para que possamos igualá-las tecnologicamente. Nós temos de preparar melhor, qualificar e valorizar os nossos policiais. Precisamos fazer a integração entre as nossas polícias e a integração entre os Estados e o Governo Federal e, agora, com as Guardas Municipais. Essa é uma decisão de gestão. Não é uma decisão do aperfeiçoamento legal. Então, mesmo com as atuais leis que temos, há muito o que fazer. E cabe a nossa cobrança para que a gestão se aperfeiçoe, para que possamos efetivamente dar resultado.

Com relação ao aperfeiçoamento legal, há muito a fazer também. Temos de acelerar os processos. Há diversos projetos em andamento nesta Casa que agilizam a tramitação de processos no Tribunal do Júri.

Nos casos de homicídios e de combate à corrupção, temos de avançar para que a impunidade não esteja presente. Então, o aperfeiçoamento da gestão e o aperfeiçoamento legal são para que possamos combater uma praga que hoje traz muita insegurança à população, que é a impunidade. Não é o tamanho da pena que reduzirá a criminalidade em nosso País. O que reduzirá a criminalidade é o combate à impunidade. Isso fará com que haja redução dos crimes, dos atos ilícitos praticados hoje por diversos membros da sociedade brasileira.

Precisamos ter noção clara sobre tudo isso. E aí manifesto a minha opinião: sou contra a redução da maioria penal. Isso não resolverá o nosso caso. Sou favorável ao aumento da reclusão, da internação de menores para que possam ter capacidade de se recuperarem, ou de se manterem reclusos para evitar problemas à sociedade quando os crimes forem hediondos, como o do último caso a que assistimos no Rio de Janeiro, do menino João Hélio.

Essa é uma posição que eu gostaria de colocar aqui, para deixar clara a minha visão sobre o combate à criminalidade. Durante a semana, terei oportunidade de me manifestar com maiores detalhes sobre o trabalho das instituições no combate à criminalidade, fundamental para garantir segurança à população brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Muito obrigado, Senador Renato Casagrande.

Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes como orador inscrito.

V. Ex^a terá cinco minutos para fazer uso da palavra. São os cinco minutos que estou concedendo como prorrogação da presente sessão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, curvo-me diante da rigidez de V. Ex^a, Sr. Presidente, e diante da evidência de quem sou eu para falar, eu, uma pobre senzala depois de Casagrande, mas tenho de cumprir aqui a minha missão.

Sr. Presidente, a imprensa tem-me perguntado muito a quantas anda a CPI das ONGs. Quero deixar bem claro não só à imprensa brasileira, mas também aos milhares de ouvintes da TV Senado, da Rádio Senado, que a CPI das ONGs tem hoje cerca de 65 assinaturas; portanto, está tecnicamente pronta para seu início. E aí quero dizer por que não dei entrada ainda, como manda o Regimento do Senado. Por um fato muito simples, Sr. Presidente: estamos em um País administrativamente acéfalo. Não temos Ministros; os Ministérios estão sendo ocupados, em sua grande maioria, por interinos. Ora, vamos admitir que a CPI instalada tenha de ouvir o responsável por alguma pasta. Poderemos ser surpreendidos com a informação de quem ali está de que nada pode responder porque apenas aguarda a chegada do seu substituto, e nós queimaríamos o precioso tempo regimental que cada CPI possui para o seu funcionamento.

Quero deixar bem claro que o fato de termos, a esta altura, mais de 60 assinaturas já chega à proximidade de um desejo unânime desta Casa em ver fatos apurados. Causa-me espécie alguns setores do Governo, e de maneira muito específica do PT, correm da CPI como o diabo corre da cruz. Até parece que a CPI, Senador Mão Santa, é contra o PT e não contra a má gestão daqueles que se aproveitam das entidades não-governamentais para o exercício de atividades que desmoralizam esse sistema criado para trazer benefícios ao País e à sociedade por meio de instituições não-governamentais dentro da filosofia de diminuição do tamanho do Estado.

Essa CPI não tem absolutamente nada contra ou a favor de partido a, b ou c.

Digo isso porque o meu pedido tem início nas investigações no ano de 2003. Eu tinha de colocar uma data, e coloquei a mais recente, do início de uma administração. Aqueles que vêem chifre em cabeça de onça acham que pode ser uma investigação contra o PT. De maneira alguma, Sr. Presidente. Eventualmente, poderemos atingir maus petistas, como poderemos atingir também pefelistas, petebistas, enfim, qualquer

cidadão que se locupletou com entidades como ONGs, para finalidades não confessáveis.

Fiz até um acordo com o Senador Sibá Machado – e vou honrá-lo – de aceitar o seu requerimento aditivo: S. Ex^a pede que retroajamos até o ano de 1998, salvo engano, ou 1994, não me lembro agora, ao Governo retrasado, para que as investigações sejam feitas.

Da nossa parte, não há nenhum problema. Se tiverem notícias de que o Cabral, ao vir para o Brasil, trouxe em uma das suas frotas o implantador original de ONGs no Brasil, e quiserem investigar suas atividades, da minha parte não haverá nenhum problema. Tenho certeza de que também não haverá problema da parte de todos aqueles que subscritaram esse requerimento.

Quero deixar esse esclarecimento, para que a informação tranquilize milhares e milhares de brasileiros que nos telefonam, que nos mandam *e-mails*, que se comunicam por intermédio das mais diversas formas da tecnologia moderna, ansiosos por saberem quando teremos a oportunidade de dar início à instalação da CPI. É evidente que regimentalmente me cabe entregar o requerimento ao Presidente, mediante protocolo. S. Ex^a, então, dará o seu encaminhamento. Já ouvi, por parte do Presidente Renan Calheiros, a afirmação de que, ao receber o pedido devidamente protocolado, obedecerá a todos os trâmites legais.

Faço esse registro, para dar uma satisfação aos colegas Senadores, mas, acima de tudo, à opinião pública brasileira, que está realmente desejosa de saber o que há por trás dessa caixa de surpresas, dessa caixa-preta que envolve entidades não-governamentais, ONGs, Oscips e derivados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão extraordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte:

1

REQUERIMENTO Nº 94, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 94, de 2007, do Senador Alvaro Dias, que solicita informações ao Tribunal de Contas da União para a realização de auditoria no Sistema de pagamentos das Loterias da Caixa Econômica Federal, visando verificar a “lavagem” de dinheiro, bem como a possibilidade de manipulação dos resultados.

ORDEM DO DIA**1****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 326, DE 2006**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 326, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de um bilhão de reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 10-4-2007

2**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO****Nº 29, DE 2006**

(Proveniente da Medida Provisória nº 327, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 327, de 2006), que *dispõe sobre o plantio de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação; acrescenta dispositivos à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e à Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005; revoga dispositivo da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Delcídio Amaral

Prazo final: 10-4-2007

3**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO****Nº 30, DE 2006**

(Proveniente da Medida Provisória nº 329, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 329, de 2006), que *autoriza o Ministério da Defesa a efetuar contratação de pessoal, por prazo determinado, imprescindível ao controle do tráfego aéreo.*

Relator revisor:

Prazo final: 12-4-2007

4**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 330, DE 2006**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 330, de 2006, que *abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de empresas do Grupo Eletrobrás, no valor total de cento e seis milhões, setecentos e vinte e seis mil, setecentos e sessenta e nove reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 19-4-2007

5**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 59, DE 2005**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que *acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios.*

Parecer sob nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

6**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 37, DE 2004**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera a redação da alínea d do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antiguidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente).*

Parecer sob nº 16, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, DE 2005

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso nº 1, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2005, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que *altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências* (disciplina a concessão de benefícios previdenciários decorrentes de doença e acidentes e dispõe sobre o ingresso do trabalhador autônomo no sistema previdenciário).

Parecer favorável, sob nº 1.290, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Romero Jucá.

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 2007

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2007, de iniciativa da Comissão Mista do Salário Mínimo, que dispõe sobre *o reajuste dos benefícios mantidos pelo regime geral de previdência social e o índice de correção previdenciária*.

9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, DE 2007

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2007, de iniciativa da Comissão Mista do Salário Mínimo, que *altera a Legislação Tributária Federal para reduzir a contribuição social incidente sobre a folha de salários e aumentar a incidente sobre a receita bruta*.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 43 minutos.)

(OS Nº 10628/2007)

**AGENDA DO PRESIDENTE
DO SENADO FEDERAL**

26-2-2007

segunda-feira

• **17:00 – Ministro Rider Nogueira de Brito, Presidente eleito do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Milton de Moura França, Vice-Presidente, e Ministro João Oreste Dalazen, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho.**

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal.

• **17:30 – Deputado Estadual (AM) Libermam Moreno, Presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais – UNALE, acompanhado da Diretoria Executiva da entidade e de Presidentes de Assembléias Legislativas Estaduais.**

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal.

• **19:30 – Senadora Patrícia Saboya Gomes, acompanhada de parlamentares e representantes da sociedade civil contrários à diminuição da maioria penal.**

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal. – **Martha Lyra Nascimento**, Chefe de Gabinete, Presidência do Senado.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães *
PFL – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Regis Fichtner*^S
PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

PFL – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
PTB – Epiácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery*^S
PSDB – Flexa Ribeiro*^S
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

PFL – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
PFL – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^S
PFL – Eliseu Resende**

Goiás

PFL – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
PFL – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes*
PSDB – Tasso Jereissati*
PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

PFL – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
PR – Magno Malta*
PSB – Renato Casagrande**

Piauí

PFL – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
PFL – José Agripino*
PFL – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto de Conto *^S
PFL – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^S
PRTB – Fernando Collor**

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
PFL – Maria do Carmo Alves **

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
PR – Alfredo Nascimento**

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^S
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^S
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
PFL – Adelmir Santana *^S
PMDB – Joaquim Roriz**

Tocantins

PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
PFL – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
-----------------------------	------------

(Atualizada em 1º.2.2007)

Notas:

¹ Eleito na 3ª Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – PFL

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT

Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. José Agripino - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya Gomes – PSB	1.Fátima Cleide – PT
Flávio Arns –PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. (vago)
Alfredo Nascimento – PR	7. (vago)
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Mário Couto – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL

Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Renato Casagrande - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Alfredo Nascimento - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretária: Gildete Leite de Melo

Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315

E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Augusto Botelho - PT	2. Alfredo Nascimento - PR
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. (vago)
Inácio Arruda – PC do B	6. (vago)
Renato Casagrande - PSB	7. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	8. (vago)
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Garibaldi Alves Filho	4. Valter Pereira
Valdir Raupp	5. Jarbas Vasconcelos
Paulo Duque	6. Joaquim Roriz
Geraldo Mesquita Júnior	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Sérgio Guerra - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
	6. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. (vago)
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Papaléo Paes – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : sscomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB	2. Expedito Júnior – PR
Alfredo Nascimento – PR	3. Inácio Arruda – PC do B
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: sscomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Alfredo Nascimento – PR
Augusto Botelho – PT	5. (vago)
PMDB	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões:

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail:



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



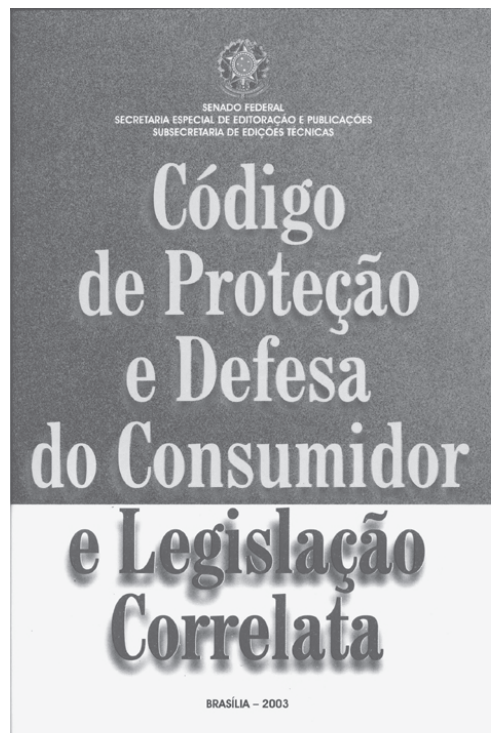
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 114 PÁGINAS